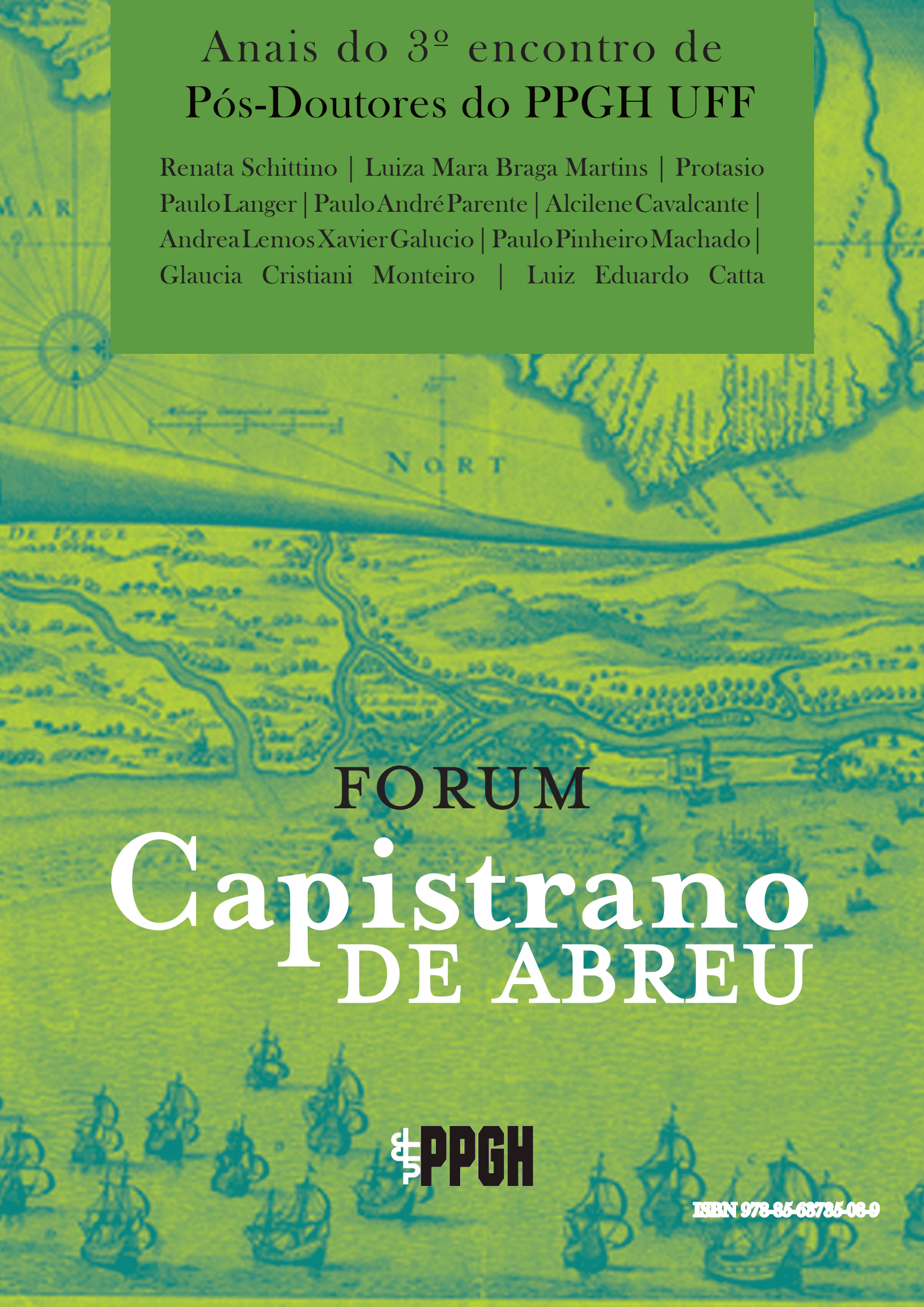


Anais do 3º encontro de Pós-Doutores do PPGH UFF

Renata Schittino | Luiza Mara Braga Martins | Protasio Paulo Langer | Paulo André Parente | Alcilene Cavalcante | Andrea Lemos Xavier Galucio | Paulo Pinheiro Machado | Glaucia Cristiani Monteiro | Luiz Eduardo Catta

FORUM

Capistrano DE ABREU

PPGH

ISBN 978-85-68785-08-9

Carolina Vianna Dantas e Maria Fernanda Baptista Bicalho (orgs.)

Anais do III Encontro de Pós-Doutores do Programa de Pós-Graduação em História da UFF

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto Sousa Salles
Vice-Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:
Antônio Claudio Lucas de Nóbrega
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História:
Maria Fernanda B. Bicalho e Carlos Gabriel Guimarães

Diagramação: Margret Gouveia Engel
Capa: André Castro

A532 Anais do III Encontro de Pós-Doutores do programa de Pós--Graduação em História da UFF - 2010 [recurso eletrônico] / org. Dantas, Carolina Vianna; Bicalho, Maria Fernanda Baptista – Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2012.

164 p.

ISBN 978-85-63735-08-9

1. História. 2. Congresso. 3. Programa de pós-graduação. I. Dantas, Carolina Vianna. II. Bicalho, Maria Fernanda Baptista.

CDD 900

Sumário

- *Democracia e totalitarismo – 05*
  Renata Torres Schittino
- *Renascimento do choro e do samba de raiz cariocas na cidade do Rio de Janeiro (anos 1970 a 2010) – 23*
  Luiza Mara Braga Martin
- *Etnônimos e representações sobre os guarani falantes da cordilheira andina – 41*
  Protasio Paulo Langer
- *Os forais na estrutura do direito medieval português, nos séculos XII e XIII – 67*
  Paulo André Leira Parente
- *O passado nos filmes de autoria feminina do período de transição democrática (Argentina e Brasil – anos 1980) – 79*
  Alcilene Cavalcante
- *A criação da editora Expressão Popular e o MST – 107*
  Andrea Lemos Xavier Galucio
- *Estudo comparativo sobre os movimentos sociais rurais na península ibérica e no Brasil – 119*
  Paulo Pinheiro Machado
- *A compilação e reprodução de manuscritos durante o período colonial na Nova Espanha: o caso dos códices Telleriano Remensis e Vaticano A – 133*
  Gláucia Cristiani Montoro
- *Pobreza e estratégias de sobrivivência no cotidiano de uma fronteira (1992-2006) – 143*
  Luiz Eduardo Catta

Democracia e totalitarismo

Renata Torres Schittino[1]

A proposta desse artigo é apresentar e discutir o pensamento de dois autores contemporâneos – Robert Kurz e Giorgio Agamben – no que diz respeito à apropriação do conceito de totalitarismo. Temos como horizonte mais amplo a constituição da história dessa noção cunhada pela primeira vez na década de 1920 por Giovanni Amêndola para referir-se ao regime de Mussolini.[2]

O interessante é observar como o conceito, que, inicialmente, é usado para indicar a ausência de liberdade, pode, no alvorecer do século XX, aparecer na esfera de significação da democracia.

Assim como todo conceito, o de totalitarismo não encontra consenso ou um sentido unitário, mas deve ser compreendido em sua própria história, através dos usos e apropriações que lhe são lançadas, por meio da consideração das continuidades e rupturas dos significados que lhes são atribuídos. Tal como sugerido por Koselleck, para delimitar a história de um conceito é importante acompanhar seu desenvolvimento tanto no âmbito diacrônico, como no sincrônico. Qual seja, entender as diferenciações do uso do conceito em diferentes épocas e compreender a significação que pode vir a adquirir em cada contexto.[3]

A suposição desse texto – que se desenvolve através da consideração de Kurz e Agamben – é a de que o conceito de totalitarismo sofre uma variação esquerdizante no período pós-guerra fria. Para refletir sobre essa mudança é necessário observar como a noção, reivindicada por Mussolini, toma forma conceitual, sobretudo, como posicionamento crítico diante das experiências fascistas e nacional-socialistas, e, apesar da pluralidade de proposições, configura-se teoricamente, como destaca Francisco Falcon, como um conceito que se desenvolve fora da esfera marxista, sendo entendido muitas vezes

---

[1] Pesquisadora de Pós-doutorado UFF/Faperj.

[2] O próprio Mussolini reclamava para si a construção de um *stato totalitario*, que abarcasse todos os grupos sociais e todos os setores de produção. Ver SCHIEDER, W., Fascismo. In: MOMMSEN, H; SCHIEDER, W. (org.) *Marxismo e democracia*, v.3. Madrid, Edica, 1975, p.124.

[3] KOSELLECK, R., *Futuro passado*, Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio, Contraponto, 2006.

como um conceito liberal.[4] Isso ocorreu pela associação que alguns autores fizeram entre nazismo e bolchevismo. Num contexto de guerra fria, a noção de totalitarismo serviu como arma política contra a URSS e em defesa da democracia e do capitalismo encabeçado pelos Estados Unidos. Essa associação se torna decisiva na obra de Hannah Arendt, que se configura como uma das referências mais importantes acerca do conceito de totalitarismo.[5]

Interessa, portanto, frisar como um conceito que era considerado eminentemente liberal, que trazia em seu cerne a associação entre fascismo e bolchevismo e a defesa da democracia, sofre uma reviravolta e passa a ser utilizado para compreender a própria situação de crise da democracia. Em outras palavras, como a democracia torna-se ela mesma totalitária ou como o conceito de totalitarismo desdobra-se para englobar a democracia e o capitalismo.

Para compreender essa passagem e as continuidades e rupturas aí envolvidas, retomaremos alguns pontos fundamentais da noção arendtiana de totalitarismo. A concepção arendtiana é decisiva para esse trabalho não apenas porque sua leitura se configura como texto essencial da associação entre nazismo e bolchevismo – nesse sentido, como suposto expoente da vertente liberal -, mas também porque tanto Robert Kurz quanto Giorgio Agamben estão com ela dialogando.

A hipótese arendtiana, para sustentar o uso do conceito totalitarismo, funda-se na concepção de que os regimes de Hitler e Stálin constituem-se como uma nova forma de governo. Deve-se observar que, ao considerar o totalitarismo como uma nova forma de governo, Arendt não acredita que ele seja diferente em grau das ditaduras e tiranias, constituindo-se como uma forma mais feroz de autoritarismo, donde o líder oprime absurdamente uma massa de subjugados. O totalitarismo surge como um tipo distinto de relação entre governantes e governados e não pode ser confundido com autoritarismo, ditadura ou tirania, por mais que nos seus estágios iniciais possa haver semelhanças entre esses regimes. Para a autora, o totalitarismo é uma experiência

[4] FALCON, F., Fascismo – novas e antigas idéias. In: PARADA, M. (org.) *Fascismos*, Rio de Janeiro, Mauad X, 2008, p.17-8. O autor chama a atenção para o fato de que nem sempre o conceito de totalitarismo se fundamentou na aproximação entre fascismo e bolchevismo. Cf. NEUMANN, F. *The democractic and the authoritarian state***.** Glencoe, Free Press, 1957; **RAUSCHNING**, H. *The revolution of nihilism***.** New York, Alliance Book, 1942.

[5] Não sem razão, como aponta Angelo Segrillo, foi extremamente difícil para os marxistas aceitar a validade dessa conceituação e o próprio autor chama de "herética" a sua leitura por propor determinada intenção "totalizante" por parte da URSS. SEGRILLO, Angelo, O fascismo como 'totalizante': uma (herética) tentativa de inflexão marxista em um conceito eminentemente liberal, *Revista Intellector*, anoII, vol.II, n.4, 2006.

histórica que insurge na Alemanha com o nacional-socialismo desde 1938 e na URSS com o bolchevismo a partir de 1930.

Arendt evoca a proximidade entre nazismo e comunismo para formar seu conceito. O totalitarismo se circunscreve aos regimes de Hitler e Stálin. Ao notar a diferenciação que a autora empreende entre o fascismo italiano e o totalitarismo alemão, teremos uma boa pista para avançarmos no entendimento da sua conceituação de totalitarismo.

Arendt não considera a Itália fascista como totalitária, embora sublinhe o desejo de Mussolini de alcançar um estado totalitário, considerando o uso da expressão pelo político. Um dos pontos que se destaca na exclusão do caso italiano do quadro totalitário é a indicação sobre o uso da violência. "Uma prova da natureza não-totalitária da ditadura fascista é o número surpreendentemente pequeno de criminosos políticos, e as sentenças relativamente suaves que lhe eram aplicadas."[6]

> Nesse mesmo sentido, a autora evoca a disputa interna entre Hitler e Röhm, líder das tropas de assalto da *SA*. Röhm imagina a possibilidade de incorporar à *SA* ao *Reichswehr* para fundamentação da ditadura, supondo que seria vantajosa para o nazismo a substituição do poder político pelo poder militar. Sobre o assassinato de Röhm por Hitler, Arendt destaca que
>
> O que finalmente custou a Röhm a sua cabeça foi que, após a tomada do poder pelos nazistas ele visualizava uma ditadura fascista nos moldes do regime italiano, no qual o partido nazista 'quebraria as correntes do partido' e 'se tornaria, ele próprio, o Estado', o que era exatamente o que Hitler estava disposto a evitar.[7]

Se, por um lado, a separação entre totalitarismo e ditadura fascista se evidencia pelo tipo de violência e tipo de concentração da autoridade, por outro lado, a aproximação entre nazismo e comunismo se mostra principalmente no destaque aos expurgos em massa. O que precisamos observar aqui é que o relevante para a questão de Arendt não é a matança em massa ou a quantidade de pessoas assassinadas, mas a caracterização da ampliação progressiva dos inimigos do regime. Quando destaca que o fascismo italiano punia poucos criminosos políticos, está exatamente comprovando sua tese de que o totalitarismo mata indiscriminadamente e progressivamente, ou seja, que

---

[6] ARENDT, H., *Origens do totalitarismo*, São Paulo, Cia das Letras, 1989, p. 358.

[7] Ibid, p. 420. Arendt analisa o discurso de Röhm publicado em 1933 sob o título *Warum SA? Por que SA?*

os inimigos a serem eliminados tornam-se cada vez mais numerosos por mais que sejam eliminados. Trata-se aí da categoria de "inimigo objetivo" que é cunhada para classificar os opositores do regime.

O problema com os totalitarismos é que os inimigos nunca acabam, ao contrário, sempre surgem mais e mais inimigos porque essa categoria é variável e está em movimento. Segundo Arendt, com exceção de uma minoria que realmente faz oposição política, os inimigos do totalitarismo são criminosos sem crime. Por isso, a autora discorda do relatório Khruschev, onde o secretário descreve o extermínio dos contra-revolucionários – os inimigos políticos que, como Trostki, seriam resgatados do esquecimento. Para ela, o relatório acaba encobrindo a verdadeira criminalidade do regime e o caráter totalitário do governo soviético que consiste na matança indiscriminada de supostos inimigos.

> Stálin iniciou seus gigantescos expurgos não em 1928, quando admitia que 'temos inimigos internos', e quando realmente tinha motivos de receio – pois sabia que Bukharin, convencido de que sua política 'estava levando o país à fome, à ruína e a um regime policial" (...), mas em 1934, quando todos os antigos oponentes haviam 'confessado os seus erros', e o próprio Stálin no Décimo Sétimo Congresso do Partido, que ele também chamou de Congresso dos Vencedores' havia declarado: "Neste Congresso (...) já não há o que provar e, a que parece, não há ninguém mais a combater.[8]

A diferença das ditaduras, tiranias e fascismos no que se refere aos expurgos totalitários, portanto, não é o fato de não haver oposição no totalitarismo, como se fosse a concretização de uma totalidade homogênea regida pelo poder do Líder. A distinção é que as ditaduras perseguem e eliminam inimigos 'reais', que estão envolvidos com algum tipo de oposição, enquanto, no caso dos totalitarismos, essa fronteira se dissolve. Não é o que os homens fazem que os transforma em inimigos.

O caso alemão deixa isso muito claro quando são considerados inimigos a serem exterminados os judeus e outras minorias pelo simples fato de serem judeus e não por qualquer oposição ao governo. É nesse sentido que

[8] Arendt trabalha com o arquivo Smolenk publicado por Merle Fainsod How Russia is ruled, Cambridge, 1959. Numa passagem de pé de página, Arendt revela que "Às vítimas do Primeiro Plano Qüinqüenal (Piatiletka: 1928-33), estimadas em 9 a 12 milhões de pessoas, é preciso adicionar aproximadamente 3 milhões de executados durantes os Grandes Expurgos e de 5 a 9 milhões de deportados. Mas todas essas estimativas ainda parecem situar-se aquém da realidade factual. Prova disso são diversas execuções maciças (como a de milhares de pessoas, descoberta pelos alemães em Vinitsa, que data de 1937 ou 1938) e das quais nada se sabia no Ocidente. Isso reforça a semelhança existente entre os regimes nazista e bolchevista, a despeito das variantes entre esses dois modelos." In: Ibid, p. 344.

Arendt indica que o verdadeiro terror totalitário surge quando a oposição real e organizada já foi praticamente eliminada e o governo totalitário sabe que não precisa ter medo. O que a autora frisa é que as ditaduras matam para se manter no poder e o totalitarismo mata em massa para manter o movimento intrínseco ao totalitarismo. Os campos de extermínio não têm praticamente nenhuma função utilitária de fazer frente aos opositores. A semelhança fundamental entre nazismo e comunismo é a existência desses expurgos secretos e sem aparente razão de ser.

Pode-se vislumbrar que, na situação da Guerra fria, o impacto da teoria arendtiana aparece como uma defesa do regime capitalista frente ao comunista. No entanto, não se deve perder de vista que, no seu subseqüente *A condição humana*, ela analisa profundamente a relação da decadência do político na modernidade e mostra que liberalismo e marxismo estão envolvidos na mesma admissão equivocada do *labor* como atividade humana fundamental. Arendt refere-se aí à afirmação crucial das revoluções liberais e dos direitos universais do homem que elas trazem em seu bojo, donde o direito à vida surge como valor capital da modernidade. [9]

A autora é crítica veemente da concepção segundo a qual a vida natural ou biológica é o principal bem humano porque entende que a validade política do homem está exatamente na afirmação daquilo que não é natural, isto é, na constituição de uma comunidade política.

Segundo Arendt, o totalitarismo fez ver exatamente que a vida humana em sua pura natureza biológica não tem nenhum valor se não é assegurada por um Estado de direito ou uma comunidade política. O problema é que a igualdade biológica que sustenta a noção de igualdade dos direitos universais modernos, o qual se fundamenta na idéia de que todos os homens nascem iguais, só tem validade quando a igualdade é garantida por um Estado.

Assim, o totalitarismo, em Arendt, aparece num contexto de crítica à modernidade, que apesar de sua novidade, deve ser compreendido em relação ao processo de decadência do político – da transposição de uma liberdade positiva da pólis para a liberdade negativa das formulações liberais.[10] Tal perspectiva relativiza o peso de uma conceituação do totalitarismo como arma de guerra fria e já joga a noção de totalitário na direção da democracia.[11]

---

[9] ARENDT, H., *A condição humana*, Rio de Janeiro, Forense universitária, 2000.

[10] Ver SKINNER, Q., *As fundações do pensamento político moderno***.** São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

[11] Veremos como Agamben retoma esse ponto.

Se, por um lado, a questão dos inimigos objetivos e expurgos em massa são pontos centrais na definição arendtiana de totalitarismo, por outro, também se destaca a questão movimento.

Arendt não subestima o poder da propaganda totalitária e o exercício da violência que reinaram nos primeiros estágios do desenvolvimento dos movimentos totalitários. O nazismo fazia o jogo sujo de sabotagem e usava de criminalidade comum e grosseira para assustar aqueles que não eram do Partido e tornar verdadeiras as suas teorias. Por um lado, diziam que "Tudo o que está fora do movimento está morrendo e é decadente", que os que não estivessem com eles eram perigosos, e assim por diante. Por outro, agiam para confirmar o que diziam. Matando, assustando e boicotando deixavam parecer que não seguir o nazismo era um perigo e uma estupidez. Os nazistas promoviam os ataques como forma de coagir, mas também como meio de convencer sobre a inevitabilidade de sua superioridade e vitória. Susan Bartoletti mostra como essa corrente de coerção e adesão funcionava para angariar jovens e seus pais, observando como aqueles que estavam fora da organização se sentiam excluídos e ameaçados. Depois do incêndio ao *Reichstag*, a autora dá uma mostra do engrandecimento do movimento nazista. "Graças ao atentado, extinguiram-se mais de 400 outros grupos de jovens, na maioria de orientação política ou religiosa. Muitos integrantes passaram para a Juventude Hitlerista: alguns, por vontade própria; outros, porque era perigoso não entrar." [12]

Na concepção arendtiana, no entanto, há uma diferença crucial entre esses estágios iniciais do totalitarismo e o totalitarismo no poder, sobretudo, quando se coloca em guerra. Isso porque, no início, o movimento tem que usar propaganda e terror para conseguir adesão e espantar as oposições. Uma vez no poder é que o nazismo tem a oportunidade de se tornar de fato totalitário, pois pode colocar em andamento a predestinação da história que vinha divulgando – a idéia da superioridade da raça ariana. Assim, a autora acredita que nos primeiros estágios do movimento totalitário ele ainda pode se assemelhar a uma ditadura. Quando o terror se faz com vistas à eliminação da oposição política e à restrição da liberdade. A distinção especificamente totalitária surge quando o regime não usa mais propaganda e terror, mas quando os iniciados reafirmam a sua lealdade através de rituais e o terror se torna a essência do movimento.

---

[12] Ibid, p.431. BARTOLETTI, S., *A juventude hitlerista*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2006, p. 36. Outro exemplo interessante citado pela autora é sobre como os filhos pediam que seus pais fossem bons nazistas para não serem discriminados na Juventude hitlerista. p.30.

Segundo a autora, trata-se mais de interpretar tudo a partir de uma premissa ideológica, abrindo mão da experiência real e fechando-se na teoria dada de antemão. Desse modo, o que importa é menos a inspiração nacionalista, racista ou comunista e mais a explicação total e coerente através da qual os regimes concebem a história e seu movimento. "Os movimentos totalitários empregam o socialismo e o racismo esvaziando-os de seu conteúdo utilitário, dos interesses de uma classe ou de uma nação."[13]

Nesse sentido, apesar do nazismo enfatizar a luta de raças e o comunismo, a luta de classes, em ambos os casos, nota-se a projeção que está lançada para a história, que traz o sucesso predestinado dos movimentos. Ou seja, tanto o nazismo quanto o comunismo vislumbram um processo histórico em movimento e anunciam para onde a história caminha. No nazismo, para a construção da pura raça ariana. No comunismo, para a supressão da luta de classes.

Arendt acredita que os membros nos regimes totalitários não se mobilizam por paixão, e, sim, por uma espécie de compulsão que compele para frente. O movimento do qual ela fala, portanto, é fundamentalmente o movimento progressivo da história. Do processo histórico. Por isso, é importante destacar que existe na crítica arendtiana aos totalitarismos um profundo questionamento sobre a concepção moderna da história, que se apresenta, para usar as palavras de Reinhart Koselleck, como um processo autônomo dotado de sentido. A autora vê na perspectiva moderna da história, que se manifesta de modo mais característico nas filosofias da história, a própria perda da liberdade humana de agir. Sempre que a História é pensada como um processo que pode ser vislumbrado *a priori*, o qual caminha inevitavelmente para um determinado fim que o dota de sentido, está colocada em xeque a capacidade humana de começar e iniciar alguma coisa nova no mundo – a própria liberdade humana de agir.

- A democracia como totalitarismo

Se Arendt vislumbra na experiência totalitária uma nova forma de governo e delimita o totalitarismo aos regimes de Hitler e Stálin, a formulação contemporânea do totalitarismo retomará alguns de seus argumentos justamente para compor uma versão mais esquerdizante do conceito. Em Robert

[13] Para Arendt, os rituais, marchas, cerimônias, bandeiras são truques organizacionais para fazer funcionar o movimento. Na verdade, a autora segue Koyré e Simmel para conceber a organização do totalitarismo como uma sociedade secreta, apesar de o segredo totalitário ser dito "em plena luz do dia".

Kurz, intelectual de orientação marxista, o conceito de totalitarismo se refere à própria democracia capitalista.[14]

Confrontando diretamente a perspectiva arendtiana, o autor se apropria de seu conceito de totalitarismo para formular sua tese segundo a qual o totalitarismo, que sempre foi pensado como um sistema político que se opõe às democracias, como os regimes de Hitler e Stálin; deve, antes, ser entrevisto em sua matriz político-econômica. Na verdade, conforme a definição arendtiana do totalitarismo, Kurz identifica que mais totalitário é o próprio regime econômico que se forma, sobretudo, depois da segunda guerra e que se concretiza como um "mercado total". Aquilo que alguns autores definem como o capitalismo tardio.[15]

O autor supõe que, excluir a questão econômica do debate sobre o totalitarismo, é conveniente ao liberalismo, que pelo menos desde Adam Smith quer manter o econômico na esfera da natureza, como se de fato o mercado fosse regido por "leis naturais". Assim também era conveniente para as democracias silenciar que compartilhavam com os totalitarismos "as formas econômicas do moderno sistema produtor de mercadorias".[16]

Se, no caso político, as democracias se sustentavam como oposição às ditaduras e aos totalitarismos, levantando a bandeira das liberdades civis e políticas, quando se pensa como Kurz, que é "a própria lógica econômica do capitalismo [portanto] que suscita a vocação totalitária", não há mais meios de apartar totalitarismo e democracia.[17]

A proposição de Kurz não visa certamente uma separação rígida entre o político e o econômico, mas sugere, ao contrário, que totalitarismo econômico e totalitarismo político estão entrelaçados. O autor destaca três pontos fundamentais para indicar a semelhança entre totalitarismo e democracia: liberdade, igualdade e história/movimento.

No caso da liberdade, trata-se de indicar, na verdade, uma ausência de liberdade, que perpassa não apenas o âmbito dos regimes tradicionalmente

---

[14] Robert Kurz é ensaísta e faz parte da Revista Krisis (Alemanha).

[15] Nesse sentido, podemos ver as proposições de Marcuse. H., *O homem unidimensional*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.Também na *Dialética do esclarecimento*, Adorno e Horkheimer evidenciam os poderes da indústria cultural e definem o esclarecimento como totalitário.

[16] KURZ, R., *Quem é que é totalitário*?, p.1(*Wer ist totalitär? Disponível* em www.exit-online.org.) Publicado na Folha de São Paulo de 22/08/99 com o título *Totalitarismo económico e* tradução de José Marcos Macedo. Disponível em: http://obeco.planetaclix.pt/rkurz35.htm. Acessado em:8/03/11.

[17] Idem.

entendidos como totalitários, mas que é o próprio cerne do sistema capitalista. Ao mencionar que Henry Ford dizia que "os compradores de seu Modelo T poderiam adquiri-lo em qualquer cor que desejassem, contanto que ela fosse preta", Kurz revela que a dominação pelo mercado total implica na falsa liberdade de escolha dos sujeitos.

Kurz sugere que a democracia constrói um falso mundo da liberdade – que antes de ser uma liberdade genuína, seria no máximo a escolha entre *a* e *b*. No fundo, o sujeito não escolhe nada, mas pensa que escolhe e a democracia faz o seu discurso da liberdade de escolha, da liberdade econômica. Esse modelo e sua ausência de liberdade - esse esquema da falsa liberdade - se aprofundam ou se aprimoram no pós-guerra.

A mobilização para a guerra aparece como o outro ponto fundamental no que se refere à semelhança entre totalitarismo e democracia – a produção concreta da igualdade, que surge não como uma igualdade jurídica entre pessoas diferentes, mas como um processo de equalização dos homens. Muito mais que a igualdade, a mobilização para a guerra, com suas paradas e lições de patriotismo produziu a aglomeração dos homens, tornou-os homens-massa.

> Para tornar de todo os indivíduos material humano da máquina capitalista era necessário primeiro uma mobilização política das massas: a esfera política ganhou nessa época um momento "de excesso", servindo como uma espécie de esquentador que se carregava, por assim dizer, a fim de pôr em funcionamento o totalitarismo econômico.[18]

Kurz não pensa esses elementos de modo estático, mas dentro de um processo histórico que torna cada vez mais a economia capitalista totalitária. Note-se que quando menciona Henry Ford e o capitalismo dos anos 20, indica que, até então, apesar da falsa liberdade de escolha que o capitalismo estava promovendo, ele não era de fato total. É nesse sentido que o impulso para a totalitarização do capitalismo proveio da guerra e da mobilização total para a guerra. Nesse ponto, o autor faz uma comparação entre as paradas e mobilização geral (marchas, nacionalismo, etc.) com a estetização da política dos regimes totalitários, observando a produção de imagens semelhantes tanto na Rússia e na Alemanha como nos EUA.

> (...) a mobilização do *New Deal* foi acompanhada de paradas militares, cortejos de mísseis e shows de propaganda política. Tratava-se de abarcar a sociedade 'como um todo' e de lhe dar uma 'sacudida', para muito além dos objetivos

[18] Idem.

> políticos e militares imediatos. O escritor alemão Ernst Jünger cunhou para tanto, em 1934, o conceito de "mobilização total. [19]

O importante no caso da mobilização total é que todo o aparato e esforço que se voltava para a guerra, tudo o que promovia a concentração e atenção das pessoas, passou a se direcionar para a publicidade e o consumo.

> Nas democracias comerciais do pós-guerra, as 'bombas de toda espécie, as folhas volantes e os demais materiais de propaganda' de Ludendorff transformaram-se na metralha giratória da publicidade e na tagarelice da mídia, que como apelo visual e acústico preenche todo o espaço público, assumindo traços francamente terroristas: eis que ninguém é capaz de esquivar-se a esse lero-lero infindo e a sua despudorada impertinência. O que aqui 'volta-se contra o inimigo' (e o 'inimigo' são tudo e todos na guerra permanente pela clientela, por postos de trabalho, carreiras, prestígio etc. num mundo capitalizado até a medula) excede em todos os aspectos os primórdios militares da 'guerra total' entre 1914 e 1945.[20]

Importa-nos demarcar que a apropriação do conceito de totalitarismo se faz em nome da suposição da ausência de liberdade e equalização dos homens – é quando os homens se tornam de fato massa e são movidos pela mobilização total da publicidade. Em outras palavras, os homens são manipulados, iludidos, alienados, massa de manobra. É nesse sentido que Kurz acredita poder estender a teoria arendtiana ao capitalismo econômico e às sociedades democrático-capitalistas.

Para fechar o quadro proposto por Kurz, deve-se ainda considerar o terceiro ponto que denominamos como fundamental. O que se refere à questão do movimento. Se Arendt defende que os totalitarismos alemão e soviético dependem da lógica de movimento, a ideologia no sentido da lógica da idéia, que compele o movimento para a frente, Kurz acredita que a lei do movimento não é específica do nacional-socialismo ou do bolchevismo. A seu ver, foi a ideologia capitalista quem forjou de modo inigualável a concepção da lei de movimento da história como um movimento progressivo semelhante ao da natureza.

Demarcando esses elementos, Kurz afirma que não há nada mais totalitário que o capitalismo totalitário e que a essência do totalitarismo nada mais é que a essência do liberalismo. Vale a pena uma longa citação para iluminar o ímpeto de Kurz.

---

[19] Ibid, p.2

[20] Idem.

> Isso porque não foi ninguém mais senão a nata da economia política burguesa e da filosofia iluminista que, desde o princípio, fez sua a pretensão de executar nos homens "as leis da natureza e da história". E é o capitalismo totalizado que, no espaço social em que impera, despoja seus habitantes "de toda ação que nasce da livre espontaneidade", uma vez que toda atividade nesse espaço é axiomaticamente modelada pelo imperativo econômico. Bem mais implacável do que as ditaduras dos Estados totalitários, os indivíduos economizados pelo livre mercado mundial são 'mantidos em permanente movimento como exponentes do gigantesco processo sobre-humano' de uma cega dinâmica de crescimento marcada por falhas estruturais, dinâmica essa que 'passa zunindo por eles' e é proclamada pelos ideólogos neoliberais como 'processo objetivo da natureza e da história'. [21]

Como vemos, a indicação da continuidade histórica entre a mobilização total para a guerra e a mobilização total do mercado está, para Kurz, definida no próprio seio do liberalismo que teria em si os elementos totalitários cruciais. A reviravolta 'esquerdizante' contra o conceito de totalitarismo assume então a apropriação do conceito para pensar o liberalismo e o capitalismo das democracias atuais, fundindo democracia e totalitarismo. O verdadeiro totalitarismo, para Kurz, é o econômico capitalista.

A apropriação de Arendt por Kurz se faz assim, como ele mesmo expressa "a contrapelo da ideologia legitimadora ocidental", podendo constituir-se mesmo como uma crítica à concepção arendtiana. A leitura de Kurz e sua insistência em alargar o conceito de totalitarismo do político ao econômico pode legitimar a corrente que vê em Arendt a defesa do liberalismo, embora o autor argumente em prol da autora, indicando que era compreensível que, em 1951, ainda não pudesse vislumbrar os mercados cada vez mais totalitários.

Kurz não menciona as análises arendtianas sobre os problemas da democracia e os elementos totalitários que nelas podem se manifestar, nem se refere à relação entre totalitarismo e modernidade ou à decadência do político na época moderna, desenvolvida em *A condição humana*, que poderiam sugerir as imagens de um capitalismo totalitário.[22]

O que podemos frisar antes de passar à leitura de Agamben é que a apropriação de Arendt promovida por Kurz configura-se como uma ampliação do leque totalitário, para aí incluir entre as experiências totalitárias a democracia capitalista. É como se ele constatasse que, sendo o totalitarismo uma combinação de ausência de liberdade, equalização e mobilização de massa e

[21] Idem, p.3

[22] ARENDT, H., *Crises da república*. São Paulo, Perspectiva, 1999.

lógica do movimento, o capitalismo constitui-se não apenas também como uma experiência totalitária, senão a mais totalitária dentre as suas congêneres hitlerista e stalinista. Entretanto, a aproximação de Kurz não leva em consideração um elemento fundamental na caracterização do totalitarismo por parte de Arendt – a questão dos expurgos em massa e a constituição do inimigo objetivo.

Aproximando-se mais desse viés é que Giorgio Agamben elabora sua tese da proximidade entre totalitarismo e democracia. O que devemos observar é como Agamben está mais próximo de Arendt porque pensa o totalitarismo na esfera do político e ainda mais porque compreende a relação do totalitário com o matável – a vida nua e o poder soberano.

Agamben, como Kurz, parte de Arendt para supor uma "íntima solidariedade entre totalitarismo e democracia". É na observação de que a política transmutou em biopolítica que podemos entender a relação entre democracia e totalitarismo suposta pelo autor.

Em *Homo sacer*, o autor trabalha com as leituras de Arendt e Foucault, que, de modos particulares, indicam o avanço do biológico na política. Arendt, na *Condição humana*, preocupa-se em traçar o decaimento da política desde a pólis até a modernidade, observando que o *labor*, atividade humana que se refere ao trabalho biológico do organismo configurou-se como principal atividade. Foucault tem também toda a sua obra marcada pela preocupação com o controle do corpo e a afirmação daquilo que se configura na modernidade como um biopoder, o poder sobre a vida biológica, sobre o corpo físico.[23]

Amparando-se nesse diagnóstico sobre a ascensão do biológico, Agamben traça sua tese sobre a politização da vida nua. O autor observa que o biológico, que denomina como 'vida nua', sempre esteve excluído da política desde o seu aparecimento na época clássica. Em Aristóteles, constata a formulação tradicional da distinção entre a vida qualificada (*bíos*) e a vida biológica (*zoé*), entre o espaço da polis e o espaço da casa. No entanto, Agamben sustenta que essa exclusão configura-se, na verdade, como uma exclusão inclusiva através da qual se fundamenta o político na concepção ocidental.

Para desvelar o lugar da exceção oculto na fundação da política, o autor analisa a noção de soberania, mostrando, com Carl Schmitt, que o soberano se mantém em relação com a norma na forma da exceção, constituindo um lugar paradoxal que "não tem necessidade do direito para criar outro direito". O que Agamben retém de seus estudos sobre o poder soberano é que ele não

[23] AGAMBEN, G., *Homo sacer*. O poder soberano e a vida nua I, Belo Horizonte, UFMG, 2004.

implica simplesmente a figura de um soberano que escolhe quem está fora ou dentro do *nómos*, quem deve matar e quem deve morrer. A relação de soberania aparece como uma relação de exceção que sustenta a relação entre política e vida, entre direito e caos. Em suas palavras, "a exceção é a estrutura da soberania".[24]

No que se refere à temática da proximidade entre totalitarismo e democracia, devemos notar que o autor mostra como a insurgência da vida nua na modernidade está relacionada ao processo de alargamento do estado de exceção. Agamben, com Benjamin, vai visualizar na modernidade o processo em que a "exceção se torna regra".[25] O fato de a exceção se tornar a regra indica que a política moderna se sustenta na indistinção das instâncias de bíos/zoé, interno/externo, direito/fato.

O que Agamben vislumbra na modernidade é mais que a valorização da vida nua. Se o fundamento da política era a relação de exceção que produzia uma exclusão inclusiva da vida nua, o processo de indiferenciação - de indistinção - que se promove na valorização do direito à vida é uma espécie de ponto sem retorno para a tradição ocidental. É uma espécie de fim da metafísica da política. Não há mais nada por trás do homem político – o corpo natural é o próprio sujeito da política.

O que vale tanto para a democracia inspirada pelos direitos naturais dos homens, quanto para os totalitarismos – sua "cumplicidade secreta", como fala Agamben, é que em ambos os casos é central a tutela da vida e a ascensão do biológico – "a vida nua torna-se simultaneamente sujeito e objeto do ordenamento político – ponto comum da organização estatal e emancipação dele".[26] Ao considerar o puro fato do nascimento como portador de direitos,

> As declarações dos direitos representam aquela figura original da inscrição da vida natural na ordem jurídico-política do Estado-nação. Aquela vida nua que, no antigo regime, era politicamente indiferente e pertencia, como fruto da criação, a Deus, e no mundo clássico era (ao menos em aparência) claramente distinta como *zoé* da vida política *(bíos*), entra agora em primeiro

[24] Ibid, p. 24 e 35. Nesse sentido, lemos ainda que "(...) o poder soberano é justamente essa impossibilidade de discernir externo e interno, natureza e exceção, physis e nómos. O estado de exceção, logo, não é tanto uma suspensão espaço-temporal quanto uma figura topológica complexa, em que não só a exceção e a regra, mas até mesmo o estado de natureza é o direito, o fora e o dentro transitam um pelo outro." p. 43.

[25] Ibid, p.62.

[26] Ibid, 17.

> plano na estrutura do Estado e torna-se aliás o fundamento terreno de sua legitimidade e soberania.[27]

O autor explica que a sacralidade da vida, outorgada pelas declarações dos direitos do homem, torna o biológico elemento crucial da política, permitindo aos homens, pelo simples nascimento, serem sujeitos da política e não meros objetos, mas também, revela-se como um paradoxo, pois coloca a vida em uma situação de exposição jamais vista antes.

Arendt também se refere a esse ponto em *Origens do totalitarismo* e em *Eichmann em Jerusalém*, quando observa que não existe passagem direta entre o direito natural e o direito de fato. O que ocorre é que os direitos naturais só podem se realizar enquanto são garantidos por um Estado de direito. Segundo a autora, o que o totalitarismo deixou ver com a experiência dos campos de concentração foi justamente que o homem natural não tem nenhuma defesa e nenhum direito. Quando Hitler retira de suas vítimas a cidadania, torna-as de fato homens naturais que podem ser exterminados como animais ou como piolhos, para usar a expressão do próprio *Führer*.

Na configuração da proximidade entre totalitarismo e democracia, Agamben se apropria dessa concepção arendtiana, mas cunha sua formulação própria. Mais que o aparecimento do biológico na política, "Por trás desse longo processo antagonístico que leva ao reconhecimento dos direitos e liberdades formais está, ainda uma vez, o corpo do homem sacro com seu duplo soberano, sua vida insacrificável, porém matável."[28]

O autor constata uma aporia da democracia que na liberação da *zoé* parece incapaz de salvá-la. É como se, ao promover a vida a direito fundamental, a democracia não pudesse conceder-lhe de fato superioridade. Na concepção de Agamben, a reversão moderna acaba deixando a vida numa situação de abandono, à mercê, matável. Lembrando que abandono aqui tem um sentido específico. Ao indicar que a relação de exceção é a relação de bando, o autor mostra que aquele que é banido não é colocado fora da lei, mas é abandonado "exposto e posto em risco no limiar em que vida e direito, externo e interno se confundem."[29] É nesse sentido que observa uma convergência entre a democracia e os estados totalitários.

---

[27] Ibid, 134.

[28] Ibid, 17.

[29] Ibid, p.36.

Agamben explica que Hitler articulou de modo *sui generis* o que estava em questão na política moderna e por isso pretendeu seguir com o programa de eutanásia, apesar de sua impopularidade. E poderíamos acrescentar. O *Führer* seguiu com a solução final e a manutenção dos campos apesar de isso muitas vezes tornar-se um empecilho aos esforços de guerra. Segundo o autor, a razão de prosseguir com a eutanásia seria tomar para si o poder soberano, que decide sobre a matabilidade.

> tudo se desenrola como se nesta decisão estivesse em jogo a consistência última do poder soberano. Na biopolítica moderna, soberano é aquele que decide sobre o valor e o desvalor da vida enquanto tal. A vida, que na declaração dos direitos, tinha sido investida como tal do princípio de soberania, torna-se agora, ela mesma o local da decisão soberana.[30]

Com o alargamento do estado de exceção ou com a organização dos campos, a política se torna de fato biopolítica ou biopolítica absoluta, o que no entender de Agamben sugere a indistinção entre vida nua e política. O campo e o estado de exceção não são para o autor conjunturas ultrapassadas. Ao contrário, trata-se de

> olhar o campo não como um fato histórico e uma anomalia pertencente ao passado (mesmo que, eventualmente, ainda verificável), mas, de algum modo, como a matriz oculta, o *nómos* do espaço político em que ainda vivemos. (...) O campo é a matriz oculta da política em que ainda vivemos, que devemos aprender a reconhecer através de todas as suas metamorfoses, nas *zones d'attente* de nossos aeroportos bem como em certas periferias de nossa cidade.[31]

Em *Estado de exceção*, o autor indica como a democracia vem atuando cada vez mais sob força-de-lei – ou seja, através de normas que não têm validade de lei, mas pretendem encontrar o mesmo respaldo da lei. Agamben menciona diversas situações em que os governos democráticos agem numa zona de exceção, como no caso do Ato patriótico nos EUA e dos detidos em Gantánamo, que, a seu ver, só têm correspondência nos campos totalitários.[32]

- *Considerações finais*

Para concluir essa digressão sobre a variação contemporânea do conceito de totalitarismo, parece interessante considerar o contraponto entre Arendt,

[30] Ibid, 149.

[31] Ibid, 182.

[32] AGAMBEN, G., *Estado de Exceção*, São Paul, Boitempo, 2002.

Kurz e Agamben. É importante ter em vista que o conceito de totalitarismo em Arendt, embora pudesse indicar semelhanças com os procedimentos democráticos, sobretudo, nos casos em que a democracia vacila como o Machartismo nos EUA, não tem como pressuposto uma equivalência entre totalitarismo e democracia.

Sobre esse ponto, Kurz faz uma conexão direta entre totalitarismo e democracia e acaba por entrever uma falsa democracia, onde os sujeitos políticos e históricos na verdade são manipulados, iludidos, enganados. Mantém em última instância a concepção de uma alienação de uma ideologia. Isso é complicado tanto para pensar a democracia, que apesar de suas falhas conta com agentes conscientes, quanto para o totalitarismo que não se configura na perspectiva arendtiana como mera manipulação. Ao contrário, ela mesma cobra responsabilidade de agentes como Eichmann. A noção de total não aparece como uma supressão total dos sujeitos, mas como a pretensão de totalidade do globo, da história e dos homens pelo totalitarismo. Segundo Arendt, essa pretensão só se realiza de fato como domínio total nos campos de concentração, que por isso configuram-se como o nervo fulcral dos regimes.

Atrás dessa pista está, com certeza, Agamben, que compreende que não é a questão da alienação ou da massificação, mas, sobretudo, a experiência dos campos de concentração que caracteriza o totalitarismo. Ao propor que os campos configuram-se como o novo *nómos* e que a relação de exceção caracteriza o político na modernidade, o autor sustenta uma proximidade entre totalitarismo e democracia sem, no entanto, afirmar diretamente que a democracia é totalitária como faz Kurz.

> A tese de uma íntima solidariedade entre democracia e totalitarismo (...) não é, obviamente (como, por outra, aquela de Strauss sobre a secreta convergência entre liberalismo e comunismo quanto à meta final), uma tese historiográfica, que autorize a liquidação e o achatamento das enormes diferenças que caracterizam sua história e seu antagonismo; não obstante isto, no plano histórico-filosófico que lhe é próprio, deve ser mantida com firmeza, porque somente ela poderá permitir que orientemo-nos diante de novas realidades e das convergências imprevistas do fim do milênio, desobstruindo o campo em direção àquela nova política que ainda resta em grande parte inventar.[33]

O que observamos é que Agamben insere a democracia no espaço de significação do conceito de totalitarismo, promovendo um deslocamento ou uma variação do conceito sem, no entanto, romper definitivamente com a

[33] Ibid, 18.

perspectiva tradicional, segundo a qual democracia e totalitarismo são experiências opostas. É possível também que a aproximação entre totalitarismo e democracia proposta pelo autor seja mais decisiva do que ele mesmo esteja disposto a aceitar.

Renascimento do choro e do samba de raiz cariocas na cidade do Rio de Janeiro (anos 1970 a 2010)

Prof.ª Doutora Luiza Mara Braga Martins

Pode-se dizer, em poucas linhas, que este é um estudo das manifestações musicais da cidade do Rio de Janeiro entre 1970 e 2010, quando grupos de músicos amadores da classe média carioca fizeram retornar à cena cultural da cidade um repertório de choro e de samba que vai de fins do segundo império até hoje (no caso do Choro), e dos primeiros anos da República (década de 1910) até os anos 1940, fase cunhada pelo jornalista da música carioca Ary Vasconcelos como fase primitiva (1889/1927) e fase de ouro (1927/1945) da música brasileira.[1]

Este duplo movimento se fez na contramão da indústria fonográfica, o que conferiu a este renascimento um cunho de resgate de uma cultura imaterial carioca que jazia esquecida da maior parte dos ouvintes da cidade.

Entendendo que os vínculos entre cultura e política no Rio de Janeiro passaram pelas mediações das associações musicais, que lhes deram um sentido de identidades, cidadania e pertencimento a uma comunidade cultural logo assimilada ao nacional[2], vamos mapear estes grupos musicais em suas estratégias de fazer sobreviver uma herança musical que muitos deles mesmos aprenderam a pesquisar.

Recusando a estandartização da indústria fonográfica, e os freqüentes apelos da cultura de massas, tornaram-se eles mesmos grupos de entretenimento musical de uma fatia de público da cidade que passou a se interessar por aqueles antigos compositores, como em um movimento de reencontrar um elo quase perdido do passado cultural da cidade. Foi toda uma herança

---

1 Ary Vasconcelos, *Panorama da música popular brasileira*, São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1964.

2 Luiza Mara Braga Martins, *Quem foi que inventou o Brasil? A invenção do Brasil pelos sambistas cariocas (1917/1937)*, Dissertação de Mestrado, PPGHIS/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004, p.123/149

sonora e poética que foi reconstituída por estes músicos, alguns deles mesmos autores de projetos ambiciosos de registro desta herança musical, como veremos adiante.

Em um movimento em que a juventude da cidade criou e continua criando um *lugar de memória*[3] desta produção musical, constituiu-se em torno deles selos e até gravadoras independentes para o registro destas composições, assim como um jornalismo que deles se ocupa e uma escola de música. Esta foi a juventude que nos idos de 1970 voltou a cantar e tocar os sambas de Noel Rosa e os choros de Pixinguinha.

Este movimento não se deu sozinho. Teve seus antecedentes na Revista da Música Popular, no restaurante Zicartola e em espetáculos que despertaram esta geração para o renascimento desta herança musical imaterial. As universidades têm feito dissertações e teses sobre samba e choro, as monografias da FUNARTE desde os anos 1970 deram vez e voz a estes músicos, e a imprensa em geral lança livros sobre o assunto. No jornalismo, os jornalistas João Máximo e João Pimentel dedicam espaço para o assunto.

No mercado capitalista do entretenimento que vigorava, regido pelo modismo e pelo imediatismo, pelo espetacular e pelo efêmero, seria possível manter as heranças culturais musicais antigas da cultura popular?

Sobre os pioneiros: primeiras entrevistas com história oral

Os pioneiros: Carlos Didier e Maurício Carrilho[4].

Carlos Didier: precursor no samba

No samba, temos o surgimento do grupo "Coisas Nossas" entre 1974 e 1975, contando inicialmente apenas com o violonista e cantor Carlos Didier[5], que era filho de violonista e conhecia um disco de Noel gravado pelo MIS. Ele cantava Noel Rosa pelos botequins da Zona Sul. Aos poucos, outros integrantes se somaram e formaram o grupo que se apresentou pela primeira vez com o nome de "Coisas Nossas" em 13 de outubro de 1975, num anfiteatro da PUC, na Gávea. Em agosto de 1976, inauguraram, no Teatro Cacilda Becker, Catete, o Ciclo Noel Rosa, cinco espetáculos diferentes com oitenta de suas músicas.

3 Pierre Nora, *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard,1984.

4 Verena Alberti, *Ouvir contar. Textos em história oral*, Rio de Janeiro, FGV, 2004.

5 Entrevista concedida pelo escritor, violonista e cantor Carlos Didier à autora em 30 de abril de 2010.

Segundo Carlos Didier, os músicos tinham a mesma formação do conjunto de Benedito Lacerda, que acompanhou muitos sambas de Noel no disco do MIS, acrescida de um piano que, aqui e ali, também aparece nas gravações. Invenção nenhuma, tradição pura, segundo o autor. Noel Rosa sempre foi a base do repertório do Coisas Nossas, nome tirado de um de seus sambas para batizar o grupo. Em maio de 1977, no Seis e Meia, homenagearam o compositor nos quarenta anos de sua morte ao lado de Marília Baptista. Ainda em 1977, passaram a misturar música com esquetes teatrais, a combinar composições da autoria de integrantes do conjunto com obras de autores consagrados, como Ismael Silva e Ary Barroso: Homens Trabalhando era o título do show no Teatro Dulcina. Depois pesquisaram cerca de 150 canções do carnaval carioca da década de 1910 a de 1960, para espetáculos no teatro SESC da Tijuca em 1978 e 1979. Foi assim que o Coisas Nossas conquistou uma parcela importante das melhores criações populares cariocas. Gravaram, em 1980, um LP Coisas Nossas com músicas do grupo. Em 1983, Carlos Didier e João Máximo decidiram lançar composições inéditas, que sua pesquisa localizou, e relançar algumas que quase ninguém conhecia: surgiu, deste modo, Noel Rosa Inédito e Desconhecido, pelo Selo El Dourado. Em 1985, outro fruto das pesquisas para 'Noel Rosa uma Biografia': A Noiva do Condutor, a opereta então inédita de Noel Rosa e do maestro húngaro Arnold Gluckmann, com Marília Pera, Grande Othelo, Didier e Oscar Bolão nos quatro papéis.

Segundo Didier, o que há e sempre houve é um movimento de resistência à imposição cultural pelas rádios, pela TV e, antes destes, pelo cinema. Uma resistência característica dos povos fortes, que sentem orgulho de sua cultura. Em 1946 ou 1947, por exemplo, surgiu o Pessoal da Velha Guarda, grupo liderado por Pixinguinha, para atuar em programas de rádio produzidos por Almirante. No repertório, os sambas, os choros, as valsas, que não eram mais tocados. A luta é antiga.

Em 1990, Didier e João Máximo editaram pela UNB "Noel Rosa: Uma Biografia", livro que deu grande visibilidade à obra de Noel Rosa. O trabalho de Didier continuou com a biografia de Orestes Barbosa e, atualmente, com a de Nássara

Maurício Carrilho

A década de 1970 simbolizou um renascimento do choro. Pela primeira vez jornais, revistas, rádios e TV davam destaque caloroso ao mais antigo gênero

> musical urbano brasileiro. Os festivais, com a revelação de novos grupos e músicos talentosos espalharam-se pelas principais cidades do país. Quando o jornalista e escritor Sérgio Cabral organizou o show 'Sarau' com Paulinho da Viola, Copinha e o conjunto Época de Ouro nem imaginava que os anos 1970 seriam de tão grande evidência para o choro.[6]

Maurício Carrilho[7] cresceu numa família de chorões. Seu pai era flautista e seu tio é o até hoje famoso flautista Altamiro Carrilho. Ele é violonista e arranjador, formado na tradição de Meira e Radamés Gnattali.

Na década de 1970, o choro passou por um movimento de renascimento. Radamés Gnattali fez a "Suíte Retratos", numa versão para um grupo de choro. A proposta mudou radicalmente a história do choro. A nova formação, com abordagem camerística, deu margem ao aproveitamento do potencial de cada instrumento, diferenciando-se totalmente dos tradicionais regionais. O conjunto Os Carioquinhas (1977/1979) apresentou-se com Joel Nascimento em agosto de 1979 no teatro Guaíra em Curitiba já com o nome de Camerata Carioca. Os componentes eram Radamés, Joel (bandolim), Luciana Rabello (cavaquinho), Raphael Rabello (violão de sete cordas), Maurício Carrilho (violão), João Pedro Borges (violão) e Celsinho (percussão).

O Camerata Carioca abriu espaço para novos grupos de choro que passaram a se formar a partir daí. Como exemplo: Orquestra de Cordas Brasileira (1987/1996). Surgiram ainda outros grupos como Nó em Pingo d'Água, Conjunto Sarau, Rabo de Lagartixa, Maogami, Trio Madeira Brasil, Água de Moringa, Galo Preto, O Trio, Pagode Jazz Sardinha's Club, Choro na Feira, entre outros.

Maurício Carrilho junto com a pesquisadora Anna Paes já recuperou mais de 10.000 partituras inéditas de choro de 1870 a 1930, a partir de um projeto para a Fundação Rio Arte. Vasculhou o acervo da Biblioteca Nacional, o acervo do Mozart Araújo, no Centro Cultural Banco do Brasil, no MIS ele não conseguiu acesso na época, mas Jairo Severiano pôs à disposição dele muitas partituras que eram do MIS. Teve acesso a coleções particulares como a de Gerson Figueira Pinto que foi presente do flautista Durval Berredo, um músico muito antigo que foi amigo do Pixinguinha e de Cândido das Neves. Este senhor participou de muitas rodas de choro no bar 'Suvaco do Cobra', na Penha, onde Maurício conheceu Luciana Rabello e Raphael Rabello.

---

[6] André Diniz, *Almanaque do Choro: 'A História do Chorinho, O Que Ouvir, O Que Ler, Onde Curtir'*, Rio de Janeiro, Zahar, 2003, p. 43

[7] Entrevista de Maurício Carrilho à autora em 28/04/2010

A Camerata Carioca gravou seu último disco para Polygram em 1983, e a partir da segunda metade dos anos 1980 os conjuntos com grande número de componentes tiveram dificuldade de financiamento de suas passagens e cachês. Em 1987, Maurício Carrilho forma O Trio com Pedro Amorim e Paulo Sério Santos, uma versão moderna do grupo de Joaquim Callado e com poucos instrumentistas, o que facilitava o pagamento de cachês e viagens.

Gravaram, para o projeto Sarapuí, quinze CDs que foram fruto das pesquisas de recuperação das partituras antigas de choro.

Em 1998, Maurício Carrilho e Luciana Rabello fundaram a gravadora Acari Records. Os primeiros lançamentos foram no início de 2000. A partir de meados de 1984, as portas foram se fechando gradativamente para o choro. Na metade dos anos 1990, elas já estavam totalmente fechadas. Então Carrilho viu que a única saída era fazer gravações independentes. Só que o custo do aluguel do estúdio ainda seria muito caro. Fizeram a gravadora no terraço do pai de Maurício em Coelho Neto e de lá dava pra se ver a favela de Acari. Aí puseram este nome de propósito, dando nome aos bois, já que estavam sendo jogados para a marginalidade. Fizeram a obra literalmente, carregando sacos de cimento e tijolo. Descobriram que tinham que fazer tudo: a gravação, a gravadora, a distribuidora...aí apareceu um outro problema: para quem que se vai vender uma música que não toca em lugar nenhum? Quem são os ouvintes de choro hoje, que estão dispersos e sem um canal de integração?

Foi daí que surgiu também a idéia da Escola, porque muitos jovens procuravam por Maurício e Luciana para aprender música e eles não tinham tempo. Essa Escola de choro serviu, não só para perpetuar o gênero, o conhecimento dessa linguagem, mas também para a formação de um público conhecedor dos produtos contemporâneos desta linguagem. Depois de dez anos de Escola Portátil de Música percebe-se que o público que assiste aos shows de choro passaram pela Escola. São pessoas que se habilitaram a consumir música de qualidade. O Estado não fez nada nesse sentido.

Em 2000 começaram com a Oficina da Música, primeiro na Funarte com 50 alunos e depois na Escola de Música da UFRJ. Funcionaram lá por três anos. O Hermínio Bello de Carvalho foi quem sugeriu o nome "Escola Portátil de Música" e lutou muito por sua profissionalização. O patrocinador El Passo lhes deu condições de alugar uma casa na Glória onde já se contava com 250 alunos. Em seguida, a Escola de Música da Unirio convidou-os para ir para suas instalações o que lhes permite ter hoje 880 alunos, sob patrocínio

da Petrobrás. Há mais alunos aos sábados, neste curso que se tornou um curso de extensão da Unirio que toda a graduação de música da Unirio.

O "bandão" é o momento em todos os alunos de choro tocam juntos em uma atividade de prática de música. Coloca-se lado a lado desde os alunos mais adiantados até os mais inexperientes. Isso estimula muito o aluno novo e dá ao aluno mais adiantado a responsabilidade de aprender a dividir o que sabe com seus colegas. Muitos desses alunos hoje são professores.

Antecedentes e continuidades

Entre a música carioca popular de final do Império até os anos 1940 e sua reapropriação pelos jovens músicos da classe média carioca entre 1970 e 2010, houve algumas linhas de continuidade. Pode-se dizer que o programa do radialista Almirante nos anos 1940/1950 foi a criação de um lugar de memória que trouxe à tona a Guarda Velha de Pixinguinha, a Época de Ouro dos sambistas como Noel Rosa.

Mas o antecedente que nos interessa aqui é uma revista. De 1954 a 1956, a imprensa contou com uma publicação organizada pelo jornalista Lúcio Rangel chamada de Revista da Música Popular. Seus objetivos eram resgatar a tradição dos sambistas e chorões de fins do Segundo Império até os anos 1940 como uma forma de reagir ao que Lúcio Rangel considerava como uma descaracterização e pastiche do que havia de melhor na música brasileira. Jornalista opinativo, Lúcio Rangel reuniu um time de escritores modernistas, folcloristas e crítico-musicais que ressuscitaram a memória dos pioneiros da música brasileira.

Esta é a mais importante publicação sobre música popular no Brasil. A Revista veio preencher um vazio editorial neste segmento de pensar a música popular no país, uma vez que as publicações existentes sobre música popular naquele momento, se existiam, eram voltadas para os fan clubes dos programas de auditórios de rádio, com suas rainhas Emilinha Borba e Marlene da Rádio Nacional[8].

No início da década de 1940 o ambiente musical no Rio de Janeiro era dominado, segundo Ricardo Cravo Albin[9], por angústia e sofrimento, conseqüências da guerra mundial. Após o conflito, melancólicos sambas-canção

[8] Miriam Goldfelder. *Por trás das ondas da Rádio Nacional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 34

[9] Ricardo Cravo Albin, Tons *e Sons do Rio de Janeiro de São Sebastião*, Rio de Janeiro, Instituto Cultural Cravo Albin, 2005, p. 93-107

conviviam com a alegria do baião de Luiz Gonzaga. A música de fossa, a dor de cotovelo imperavam com artistas como Dolores Duran e Nora Ney.

É importante situar o momento musical que o Brasil estava vivendo em meados dos anos 1950, quando circulou a Revista. O pós segunda guerra mundial trazia consigo a indústria de entretenimento norte-americana, com seus filmes, discos e músicas de cool jazz, orquestrações pesadas, sempre envoltos por peças publicitárias prodigiosas. O chamado samba de raiz saiu de cena e em seu lugar chegou o samba canção, além das rumbas, boleros, tangos, cha cha cha e outras influências que grassavam na música popular brasileira. Com exceção das criações de Ary Barroso e de Dorival Caymmi, e do baião, um regionalismo que cresceu por esta época e rendeu bons frutos estéticos, para o jornalista e crítico musical Lúcio Rangel, este cenário musical era o império do mau gosto.

Ele vai levar adiante sua publicação com o intuito de resgatar a boa música do passado próximo, de buscar reedições de discos antigos ao fazer antologias fonográficas das melhores gravações, de apresentar discografias completas do melhor do nosso cancioneiro, e apresentar o perfil dos músicos que melhor representaram o auge de seus estilos musicais, como Pixinguinha no choro, Sinhô no samba e King Olliver no jazz. Na Revista da Música Popular, ao contrário da tendência dominante, eram capa da revista as cantoras que evitavam ser auge de holofotes e fan clubes, como Araci de Almeida e Marília Barbosa, as duas, não é por acaso, tendo sido as maiores intérpretes do compositor Noel Rosa.

Circularam durante dois anos, de setembro de 1954 a setembro de 1956, catorze números da Revista, que inicialmente tinha periodicidade mensal, depois do sexto número passou a ter periodicidade bimestral, do nono número ao décimo segundo oscilou entre mensal e bimestral e do décimo segundo número em diante não teve data precisa para sair. Acabou abruptamente, sem explicações aos leitores nem perda de qualidade em seus últimos números.

Seus colaboradores são um capítulo especial: foram muito bem selecionados entre escritores modernistas, como Manuel Bandeira, Rubem Braga, Vinícius de Moraes e Paulo Mendes Campos. Cada exemplar da Revista tinha em média cinqüenta páginas. Foi a maior experiência de jornalismo cultural aplicado à música no Brasil até então. É importante analisar a mais importante publicação de jornalismo cultural brasileira, formadora de opinião e responsável por eleger o choro e o samba carioca dos anos 1870 a 1945 como um lugar de

memória privilegiado para a construção da identidade nacional, associando-o tanto à tradição quanto ao bom gosto.

Em 1959, começa a Bossa Nova logo seguida pela Tropicália e pela MPB. Na contra-mão desses importantes movimentos musicais foi também o tempo do Zicartola e dos espetáculos Rosa de Ouro e Opinião. O Zicartola foi um restaurante que funcionou entre setembro de 1963 e maio de 1965 em um sobrado antigo da rua da Carioca. Foi um lugar que reuniu o que havia de melhor no samba carioca e fez a ponte entre eles e os intelectuais da classe média. O show do Zicartola, organizado por Hermínio Bello de Carvalho, contava com três partes. Na primeira, apresentavam-se os músicos da casa: Geraldo das Neves, Nelson Cavaquinho, João do Valle, Zé Kéti, Leléu, Zagaia e Ismael Silva. Na segunda parte, era Cartola quem cantava; e na terceira parte, eram convidados músicos como Tom Jobim, Elizeth Cardoso ou Nara Leão. Foi nas rodas de samba deste restaurante que se gestaram dois importantes espetáculos deste período: Rosa de Ouro e Opinião. O Rosa de Ouro esteve em cartaz em 1965 e 1967 no Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Dirigido por Hermínio Bello de Carvalho, revelou Clementina de Jesus aos 63 anos de idade, trouxe de volta Araci Cortez, lançou "Os Cinco Crioulos": Paulinho da Viola e Jair do Cavaquinho da Portela, Elton Medeiros da Aprendizes de Lucas; Anescar do Salgueiro e Nelson Sargento da Mangueira. Cantava-se marcha, marcha-rancho, maxixe, samba enredo e partido alto, além de jongos, lundus e sambas macumbeiros[10].

O show musical Opinião nasceu em 1964 com Oduvaldo Viana Filho, Paulo Pontes e Armando Costas (ex-integrante do CPC da UNE). Era uma peça com o sambista carioca Zé Kéti, o cantor de temas rurais nordestinos João do Valle e a bossa-novista Nara Leão.

Em 1973, o espetáculo Sarau do Teatro da Lagoa foi um tributo a Jacob do Bandolim com o roteiro de Paulinho da Viola e Sérgio Cabral. Foi um tributo ao choro que contribuiu para o ressurgimento do gênero em meados da década de 1970.

Quadro Teórico

O embasamento teórico desta pesquisa é o que se segue. Esta pesquisa está sem dúvida referida e ligada aos temas da cultura popular. Para tanto, é

[10] Eduardo Granja Coutinho, *Velhas Histórias, Memórias Futuras, O Sentido da Tradição na Obra de Paulinho da Viola*, Rio de Janeiro, Editora UERJ, 2002, p. 64-65

importante aqui delinear este conceito em suas linhas gerais. Este conceito , desde o século XVIII com Herder na Alemanha vem recebendo vários significados políticos e teóricos, sempre historicamente construídos ou inventados, envolvido com questões políticas e ideológicas do seu tempo.

Segundo Martha Abreu[11], é um ponto de vista para se observar a sociedade e sua produção cultural. Martha faz a história do conceito ao invés de fechá-lo numa visão única. Mostra que desde fins do século XIX no Brasil a expressão esteve vinculada entre grupos de intelectuais a uma preocupação com a identidade nacional mestiça. Nas décadas de 1940-50, os populismos latino- americanos lançaram mão da expressão para legitimar seus projetos políticos, e nos anos 1960 o conceito migrou mais para a esquerda, que buscava uma consciência mais crítica de classe.

Mais recentemente, os historiadores da história cultural se lançaram o desafio de fazer uma história da cultura popular. Apesar das dificuldades postas pelo francês Roger Chartier, que embora reconheça existir uma cultura popular, diz ser quase impossível saber exatamente quais são seus limites, devido aos intercâmbios culturais constantes entre os mundos sociais, ou seja, entre cultura de elite e cultura popular, em seus intercâmbios de apropriações mútuas. Ele adverte para se tomar o devido cuidado para não se ficar procurando na história uma idade de ouro da cultura popular, momento em que ela seria independente e intocada por influências da cultura de elite.

O historiador inglês Peter Burke procurou resolver o problema trabalhando com o termo biculturalidade, mostrando o quanto havia de compartilhamento cultural entre membros da elite e do povo, como espaços públicos freqüentados por ambos os segmentos, como as feiras e as festas. Mostrou também que um mesmo fenômeno podia ter significados diferentes para povo e elite.

Sem ser um "conjunto fixo de práticas, objetos ou textos, nem um conceito definido aplicado a qualquer período histórico", a cultura popular "é algo que precisa ser sempre contextualizado e pensado a partir de alguma experiência social e cultural"[12]. O conceito só aparece na medida em que as camadas populares enfrentam as modernidades e criam, expressam sua cul-

---

[11] Martha Abreu. "Cultura Popular:um conceito e várias histórias", In: Martha Abreu e Rachel Soihet (org), *Ensino de História. Conceitos, temáticas e metodologia*, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003, p. 83-102

[12] Idem. P. 95

tura (festas, música, religião, tradições), levando-se sempre em conta a relação complexa e conflituosa com a sociedade em geral.

Outra referência teórica importante para se trabalhar com o Renascimento do choro e do samba cariocas são os lugares de memória, conceito de Pierre Nora.[13] Segundo o autor, vivemos numa sociedade onde os meios de memória já não existem mais, daí a necessidade de se criar lugares de memória, lugares onde a memória seria preservada, cristalizada. Seriam refúgios para esta memória não se perder numa sociedade marcada pela aceleração da História e onde a percepção do passado como algo definitivamente morto nos ronda o tempo todo. A luta entre esquecimento e memória é a dinâmica dos lugares de memória.

Memória e História não são sinônimas. A memória é viva, está sempre em evolução, é sempre atual e é carregada por grupos vivos. A história é uma operação intelectual e analítica, que recorre ao discurso crítico.

> Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. (...) Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los.[14]

Neste estudo sobre cultura popular, estamos trabalhando com o conceito de tradição, por isto é necessário distinguir o conceito de tradição do conceito de tradicionalismo.

Segundo o teórico da comunicação Eduardo Granja Coutinho, existe uma diferença fundamental entre a tradição e o tradicionalismo. A tradição é viva. Consiste na "articulação orgânica entre o sujeito e o objeto, entre o povo e seu patrimônio histórico cultural"[15]. Já o tradicionalismo é a tradição fossilizada pelos colecionadores conservadores, que aprisionam a realidade mutável em cadinhos fechados, referidos a um passado morto.

---

[13] Pierre Nora, *Les Lieux de Mémoire. I La Republique*, Paris, Gallimard, 1984, pp. XVIII--XLII. Tradução de Yara Aun Khoury.*IN: Projeto História 10* Dezembro 1993. Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do departamento de História Puc/SP

[14] Idem, ibidem. p. 12-13

[15] Eduardo Coutinho, p. 15

Para Coutinho, o tradicionalismo advoga uma concepção metafísica da tradição, ao "abstrair a cultura do processo histórico e pensá-la como algo da ordem do natural. Tal concepção expressa o chamado discurso da 'autenticidade', possui grande afinidade com o discurso religioso"[16] que situa a tradição das manifestações da cultura popular acima e fora da história, uma atitude formalista que impede a cultura popular de lançar mão do novo, reformulando em sua práxis histórica o legado da tradição viva das gerações que lhe antecederam. O formalismo tradicionalista está presente em discursos hegemônicos de dominação de classe, na medida em que uma classe, ameaçada pelas transformações histórico-políticas em curso lança mão de formas ideológicas tradicionalistas, apresentando-as como imutáveis, barrando desta forma o acesso do novo, desmobilizador do discurso hegemônico.

Para todos aqueles que compreendem a tradição como um processo, a transformação a partir da tradição pode significar continuidade e regeneração.

Segundo Coutinho, em uma perspectiva gramsciana, a tradição viva é fundamental para a elevação da consciência ético-política das casses subalternas, na medida em que seleciona do novo aquilo que lhe serve, refundando cotidianamente o legado das gerações anteriores dentro de construções político-culturais renovadas.

Se a aldeia global está mesmo perdendo sua identidade, e se segundo Terry Eagleton isto tem a ver com as formas culturais que vão nas suas águas, o resgate da memória musical carioca feita a partir principalmente a partir dos anos 1970 até hoje por grupos de jovens músicos da classe média carioca é uma forma de opôr resistência à estandardização da indústria fonográfica.

Hipóteses trabalhadas e fontes de pesquisa

Temos por hipóteses para este trabalho que:

O resgate da memória musical carioca feita a partir principalmente a partir dos anos 1970 até hoje por grupos de jovens músicos da classe média carioca é uma forma de opor resistência à estandardização da indústria fonográfica, que virou as costas para estes músicos, garantindo um sistema de pertencimento e identidades a formas culturais tradicionais que surgiram com a urbanização do Rio de Janeiro desde fins do Segundo Império.

No momento em que o pós-modernismo insiste na estética da reprodução, do pastiche e do ecletismo, e que sua retórica do lucro fácil toma a

[16] Idem p. 16-17

indústria fonográfica, surgem formas de resistência cultural dos cariocas em relação a estes mecanismos globalizantes de poder."

Buscando criar um consenso que gere o lucro capitalista dentro da indústria cultural, os atores pós-modernistas se vêem, porém confrontados com povos que têm uma cultura popular forte, e buscam preservá-la mesmo que nas margens do sistema globalizado.

Sob a orientação de Hebe Mattos, vamos trabalhar com o LABHOI. Criado em 1982 o Laboratório compõe o programa de atividades acadêmicas do Departamento de História da UFF, integrando ensino, pesquisa e extensão universitária, incentivando a construção de novos objetos de pesquisa e o recurso a metodologias e fontes inovadoras, destacando-se a documentação oral e iconográfica. Paralelamente estabelece contatos com instituições nacionais e internacionais ligadas à investigação no campo das fontes orais e visuais, sendo membro fundador da Associação de História Oral.

Acreditamos que nossa pesquisa , que terá grande parte destinada à história oral, e ainda à produção de imagens (um DVD) fará parte integrante do núcleo e seus objetivos.

Serão realizadas entrevistas (história oral) com os principais grupos de samba de raiz e choro da cidade. Será realizado, como parte do projeto de elaboração de imagens sobre o universo do samba e do choro, um DVD a respeito do tema. E estudaremos a produção editorial e acadêmica que tem sido efetuada desde 1970 em torno do choro e do samba cariocas, para mapearmos o interesse crescente dos músicos, estudiosos e acadêmicos em torno do tema.

As fontes serão:

- os quatorze números da Revista da Música Brasileira, de Lúcio Rangel e Pérsio de Moraes; vai ser feita uma releitura desta revista, diversa da proposta por Maria Clara Wasserman, que fez uma dissertação de mestrado a respeito da revista e da qual divergimos.

- vão ser estudados os seis números da Revista Roda de Choro,de Egeu Laus e Rodrigo Ferrari, fanzine que circulou entre 1995/1997 com 800 assinantes;

- as monografias, dissertações e teses acadêmicas sobre samba e choro produzidas no período;

- o principal da produção em livro sobre samba e choro no período;

- as monografias da FUNARTE sobre samba e choro;
- mapeamento das principais rodas de choro e samba que existiram e existem atualmente;
- entrevistas com os principais músicos nelas envolvidos e quais suas estratégias de resistência aos modismos da indústria cultural. Aqui vai ser utilizada toda uma metodologia em historia oral, já desenvolvida no LABHOI, assim como a realização de um DVD, com a tecnologia já desenvolvida também no LABHOI.
- Busca na imprensa por matérias que versem sobre este lado musical da cidade, em geral feitas pelos jornalistas João Pimentel e João Máximo.

A metodologia para as entrevistas vai seguir o pensamento de Verena Alberti[17] e Michael Pollack[18]. Os autores citados no quadro teórico nortearão a metodologia para os demais estudos.

Cronograma

Temos por cronograma as seguintes datas:

1. SETEMBRO DE 2010 A SETEMBRO DE 2011: -Estudo das Revistas Roda de Choro e Revista da Música Popular
2. SETEMBRO DE 2011 A SETEMBRO DE 2012: -Leitura das teses e dissertações acadêmicas, monografias da FUNARTE e publicações em geral sobre o tema
3. SETEMBRO DE 2012 A SETEMBRO DE 2013: -Busca na imprensa sobre matérias que versem sobre o tema
4. SETEMBRO DE 2013 A SETEMBRO DE 2015: -Entrevistas (história oral) com os músicos cariocas, mapeamento das rodas de choro e samba de raiz da cidade e feitura de um DVD a respeito.

---

17 Op. Cit.

18 Michael Pollack, "Memória e Identidade Social". In: *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10, 1992.

Pretendemos obter os seguintes resultados com esta pesquisa: Mapear as rodas de samba e choro da atualidade na cidade do Rio de Janeiro, entrevistando seus músicos e compreendendo suas formas de resistência cultural diante da cultura de massas e da pressão da indústria fonográfica.

Produzir e realizar, com o apoio do LABHOI, um DVD com as entrevistas com os músicos e as rodas musicais mais significativas. Fui convidada e aceitei o cargo de coordenadora acadêmica do acervo do LABHOI.

Produção de textos em forma de artigos científicos sobre os estudos deste tema na imprensa, do estudo das revistas especializadas em choro e samba de raiz e da produção acadêmica e, da FUNARTE e das editoras sobre o assunto.

Recuperar em voz e vídeo este que é um patrimônio musical imaterial da cidade do Rio de Janeiro, deixando o registro para a posteridade.

Ao longo desta pesquisa estaremos à disposição da orientadora para ministrar cursos na graduação e na pós-graduação.

Esta pesquisa se insere no Programa PENSA RIO – Apoio ao Estudo de Temas Relevantes e estratégicos para o Estado do Rio de Janeiro. Seu tema: PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL E CULTURAL.O título do projeto: *Identidades do Rio de Janeiro: desafios de um patrimônio compartilhado*

A Coordenadora do projeto: Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro (UFF – Pesquisadora 1A do CNPq)

A proposta do projeto é empreender um amplo estudo sobre a constituição identitária do estado do Rio de Janeiro a partir de uma abordagem multidisciplinar voltada para intervenções no campo da produção e divulgação de conhecimento, da educação patrimonial e da formação de recursos humanos, em termos do ensino e da pesquisa. Com uma equipe formada por historiadores, antropólogos e educadores, o projeto reúne cinco programas de pós-graduação em História do estado (PPHG/UFF, PPGHS/UERJ, PPGH/UFRRJ, PPGH/UNIRIO, PPHPBC/CPDOC-FGV), o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) e o Museu de História e Artes do Estado do Rio de Janeiro (MHAERJ). Propõe-se a refletir sobre a memória social e cultural do estado do Rio de Janeiro, considerando sua pluralidade, tomando a circulação e as trocas culturais, nas diferentes cidades e regiões, como questões-chave para pensar em novas bases a identidade estadual e para propor intervenções na área de preservação e educação patrimonial a partir da criação do *Memorial*

Virtual do Rio de Janeiro. Neste portal disponibilizaremos instrumentos e acervos de pesquisa, informações e atividades para um público amplo que abrange pesquisadores, professores, educadores, alunos, agentes culturais e lideranças comunitárias.

O principal resultado esperado é o *Memorial Virtual do Rio de Janeiro*, para o qual converge o trabalho das pesquisas. O impacto da intervenção desse *Memorial* na *web* está no livre acesso a instrumentos de pesquisa, acervos audiovisuais, orientações metodológicas, atividades, informações e textos para um público amplo.

Para o público escolar (professores, alunos, coordenadores pedagógicos e diretores) estará disponível: uma oficina virtual sobre a escravidão no Vale do Paraíba; oficinas de sensibilização sobre história local e educação patrimonial; textos didatizados sobre a temática do projeto; mapas e textos explicativos sobre a evolução urbana e os lugares do patrimônio da cidade do Rio.

Para o público não-escolar (pesquisadores, agentes culturais, lideranças comunitárias e demais interessados na cultura do Rio) disponibilizaremos: instrumentos de pesquisa, como um banco de dados sobre a produção intelectual dedicada às reflexões sobre culturas e identidades no estado do Rio; um acervo audiovisual sobre imigração, emigração, memória dos aldeamentos indígenas e memória do cativeiro no Rio de Janeiro; filmes historiográficos já existentes e mais quatro novos a serem produzidos através deste projeto; um calendário festivo do estado do Rio de Janeiro, como forma de divulgação de suas manifestações culturais; um livro sobre a identidade fluminense.

Além de disponibilizar na *web* os resultados citados, as ações de intervenção propostas incluem a realização de oficinas sobre patrimônio e história local com professores dos municípios-piloto e com membros de comunidades jongueiras e a realização de um seminário envolvendo os pesquisadores do projeto.

Bibliografia

ABREU, Martha. *Cultura Popular: um conceito e várias histórias*. In:Martha Abreu e Rachel Soihet (org) Ensino de História. Conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar. Textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBIN, Ricardo Cravo. *Tons e Sons do Rio de Janeiro de São Sebastião*. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cravo Albin, 2005.

BACKSO, Bronislaw, *Les imaginaries sociaux*, Paris, Payot, 1984.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2005.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp 2006

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. *Um Estudo Sobre Seu Pensamento Político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999

COUTINHO, Eduardo Granja. *Velhas Histórias, Memórias Futuras, O Sentido da Tradição na Obra de Paulinho da Viola*. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2002.

_____. (org) *Comunicação e Contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008

DINIZ, André. *Almanaque do Choro: 'A História do Chorinho, o que ouvir, o que ler, onde curtir'*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. *Almanaque do Samba, 'A História do Samba, o que ouvir, o que ler, onde curtir'*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

EAGLETON, Terry. *As Ilusões do Pós-Modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FENERICK, José Adriano. *A Globalização e a Indústria Fonográfica na Década de 1990*. IN: ArtCultura volume 10, número 16, janeiro/junho de 2008

GOLDFELDER, Miriam. *Por trás das ondas da Rádio Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

IANNE, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

MARTINS, Luiza Mara Braga. *Quem foi que inventou o Brasil? A invenção do Brasil pelos sambistas cariocas (1917/1937)*, p.123/149. Dissertação de Mestrado. PPGHIS/IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. *História e Música*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002 .

NORA, Pierre. Les *Lieux de Mémoire. I La Republique. Paris: Gallimard*, 1984, pp.XVIII-XLII. Tradução de Yara Aun Khoury. *IN: Projeto História 10* Dezembro 1993. Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do departamento de História PUC-SP

POLLACK, Michael. *Memória e Identidade Social*. In: Estudos Históricos, vol. 5, n. 10, 1992.

RANGEL, Lúcio. *Samba, Jazz & Outras Notas*. Org. Sergio Augusto. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

SOUZA, Tárik de. *Coleção Revista da Música Popular. Coleção completa em fac-símile.* Rio de Janeiro: FUNARTE: Bem-Te-Vi, 2006.

TINHORÃO, José Ramos. *História Social da Música Popular Brasileira*. São Paulo, Editora 34

_____. *Cultura Popular, Temas e Questões.* São Paulo, Editora 34.-2001

VASCONCELOS, Ary. *Panorama da música popular brasileira*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1964.

WASSERMAN, Maria Clara. *Abre a Cortina do Passado: a Revista da Música Popular e o pensamento Folclorista*. (RJ:1954/1956).

Etnônimos e representações sobre os guarani falantes da cordilheira andina

Protasio Paulo Langer

os nomes dos bichos não são os bichos
os bichos são:
macaco gato peixe cavalo
macaco gato peixe cavalo
vaca elefante baleia galinha
[...]
[...]
[...]
[...]
só os bichos são bichos
[...]
nome não, nome não
nome não, nome não
(Arnaldo Antunes, Nome Não.*)*

1) Introdução

Os povos guarani falantes da cordilheira andina representaram, ao longo de mais de três séculos, um desafio aos projetos seculares e religiosos que propugnavam sua assimilação à lógica do sistema colonial hispânico. Situados ao pé da cordilheira, esses grupos atacavam as fortalezas incas e aniquilavam expedições militares que Cusco enviava para proteger seus súditos da fronteira oriental. A partir da conquista do império inca, pela via do Pacífico, e da "aliança" hispano-guarani, na bacia do Rio da Prata, paulatinamente duas

frentes de conquista se projetam em direção à *cordillera chiriguana*[1] e, por volta de 1549, se encontram nas contiguidades daquela serra. Porém, mais de duas décadas antes dessa data, os expedicionários ibéricos do Rio da Prata, e logo em seguida, os conquistadores do Peru, são informados da existência de guarani falantes nas imediações de uma *Serra de Prata*. Na década de 1530 e 40, na medida em que as duas frentes (uma platina procedente de Assunção e outra andina procedente de Charcas, ou La Plata) se aproximavam, o conhecimento e as expectativas sobre como inserir os guarani da cordilheira na lógica colonial se ampliam.

No presente trabalho buscamos captar as representações inerentes aos diversos etnônimos produzidos e aplicados, aos guarani falantes da cordilheira, por uma e outra frente de conquista, também, por sucessivas gerações de historiadores; ou seja, por agentes exteriores a eles próprios. De acordo com Viveiros de Castro: "[...] a objetivação etnonímica incide primordialmente sobre os outros, não sobre quem está em posição de sujeito. Os etnônimos são nomes de terceiros, pertencem à categoria do 'eles', não à categoria do 'nós'."[2] Com efeito, o foco desse artigo não são as autodesignações; aqueles nomes que via de regras são traduzidos por "ser humano", "gente" e seus intensificadores, "de verdade" e "realmente"[3]. A idéia é tecer um diálogo entre história, onomástica e representações no intuito de perceber como os guarani falantes da cordilheira foram entulhados de significados que ajudam a entender tanto o status humano desse grupo aos olhos dos "outros" – espanhóis, incas etc. – quanto as peculiaridades relacionais tramadas por uma e outra frente de conquista.

As fontes disponíveis, compostas de diversos gêneros literários – crônicas, poemas, relatórios e memoriais – permitem captar os sentidos atribuídos aos guarani-falantes da cordilheira por meio de dois tipos de discurso definidor: um deles define o significado inerente ao etnônimo, ou seja, pela decomposição etimológica declara o "sentido exato" do nome; o outro, evoca supostos traços

[1] A *Cordillera chiriguana* era um "vasto território de unos 100.000 Km^2 ocupado por los Chiriguano y que formaba una unidad geográfica entre la fisografia de piedemonte y subandino. Era un territorio desconocido y marginal, llamado por los cronistas jesuitas 'Mediterráneo de la América Austral'". (PIFARRÉ, Francisco. *Historia de un pueblo*. La Paz: Ed. CIPCA, 1989. p. 37). No período colonial situava-se no entremeio da rica província de Charcas, nos Andes e Santa Cruz de la Sierra, no Chaco. O territórrio outrora conhecido como *Cordillera chiriguana* está dividido em três departamentos bolivianos: Santa Cruz (provincia Cordillera), Chuquisaca e Tarija.

[2] VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana* [online]. 1996, vol.2, n.2, p. 126

[3] Idem

e adjetivos intrínsecos ao grupo nomeado. Portanto, o estudo dos etnônimos coloniais referentes aos guarani da cordilheira permite perceber as categorias de pensamento, os sistemas classificatórios, em fim, o universo representacional e simbólico colonial cristão cuja única perspectiva, em relação aos povos nativos, era a submissão a programas de redução político\civilizacional.

Todorov apresentou com propriedade as relações de poder e as conseqüências inerentes ao ato de nomear. Colombo nomeava e, mesmo sabendo o nome indígena, renomeava acidentes geográficos, localidades, povos e pessoas com nomes "adequados"; capazes de expressar aquilo que as "coisas" realmente são. E foi assim que o almirante cunhou o etnônimo *índios* com o qual designou todos os povos do continente que ele supunha ser a Índia. Ao analisar a atitude intelectual de Colombo no ato de atribuir nomes, Todorov ensina que – ao contrário do que o almirante pensava – os nomes dizem mais sobre quem os atribui do que sobre os seres nomeados. Por outro lado, esse exemplo explicita o quanto os nomes estão suscetíveis à incorporações e ressignificações que podem partir tanto das entidades nomeadas quanto de quem as nomeou.

No paradigma intelectual/científico moderno, interpretar ou "decifrar" os significados ocultos nos étimos tem se revelado, simultaneamente um desvendamento e um exercício de construção e atribuição de sentidos. Tal como Colombo declarava os sentidos inerentes aos nomes, a começar pelo seu próprio[4], outros conquistadores asseveravam significados pautados em antigas representações lapidadas pelo imaginário colonial. O leque de nomes atribuídos aos guarani falantes da cordilheira, se situa nesse linha do pensamento colonial.

De certo modo o presente trabalho se aproxima e corrobora as observações de Eni P. Orlandi, sobre o ato de nomear, exercido pelos conquistadores/colonizadores. Para a autora essa atividade ocupa o "núcleo da atenção e os esforços de documentação dos europeus, face ao índio [...]. Para os europeus dessa época, "conhecer" é "saber os nomes", é dar os nomes, é nomear"[5].

2) Etnônimos de origem platina

A começar pelo nome que denomina toda uma família lingüística, guarani tornou-se um termo usual a partir da expedição de Sebastian Caboto

[4] TODOROV, Tzetan. *A conquista da América: a questão do outro.* Trad. Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 26-27.

[5] ORLANDI, Eni P. *Terra a vista!: discurso do confronto: velho e novo mundo.* São Paulo: Cortez, 1990, p. 90.

que, em1526, explorava o estuário do Rio da Prata. Provavelmente o primeiro a grafar uma das variantes desse nome foi Luís Ramíres que, em correspondência ao seu pai, em 1528, em dois momentos se refere aos *guarenís*. Na citação a seguir observa-se que naquele ano os espanhóis já tinham ricas informações sobre a abrangência dos territórios que esses ocupavam. Embora não afirme claramente, pode estar subentendido que, Ramírez sabia que aqueles que habitavam a *sierra* (Cordillera Chiriguana) eram também *guarenís*. Se essa não é a interpretação adequada, é certo que Ramíres sabia que esta *generación* confinava com a cordilheira:

> Aquí con nosotros está otra generación que son nuestros amigos, los cuales **se llaman guarenís** y por otro nonbre chandris. Estos andan derramados por ésta tierra y por otras muchas, como corsarios, a causa de ser enemigos de todas éstas otras naciones y de otras muchas que adelante diré. […]. Estos señorean gran parte de ésta India y confinan con los que **habitan en la sierra** [grifos nossos]. Estos traen mucho metal de oro y plata en muchas planchas y orejeras y en achas, con que cortan la montaña para senbrar[6].

Em poucos anos *guarani* tornou-se um filtro que em meio à "babel" étnica e lingüística do Paraguai quinhentista discriminava aqueles que falavam um idioma e apresentavam sistemas sócio-econômicos e simbólicos semelhantes. Nas palavras de Noelli, o termo passou a referir diversos grupos que "[...] tinham em comum a língua, a cultura material, as tecnologias, as formas de subsistência, os padrões de assentamento e adaptativos, a organização sócio-política, a religião e os mitos. Entre eles havia, contudo, variações dialetais, de adaptabilidade e de etnicidade"[7].

Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés, que nunca esteve no Rio da Prata, mas contava com inúmeros informantes, foi, provavelmente, quem primeiro propôs uma explicação para o nome Guarani. Para ele, a origem estaria numa arma até então desconhecida pelos espanhóis:

> Tengo averiguado con muchos testigos de vista, que ciertos indios que en el Rio de la Plata se llaman los guaranias usan cierta arma, y no todos los indios son hábiles para ella sino los que he nombrado: ni se sabe si este nombre guarania es del hombre ó de la misma arma, la qual exercitan en la caça, para

[6] RAMÍREZ, Luís. *Carta de Luis Ramírez a seu pai desde o Brasil (1528).* Introdução, edição, transcrição e notas: Juan Francisco Maura. **Lemir** (Departamento de Filología Hispânica da Universidade de Valencia), <http://parnaseo.uv.é/Lemir/Textos/Ramirez.pdf> 2007. p. 51

[7] NOELLI, Francisco da Silva. Os indígenas do Brasil Meridional. In: MELLO, Amilcar D'Avila de. *Expedições: Santa Catarina na era dos descobrimentos geográficos*. Florianópolis: Editora Expressão, 2005,v. 1, p. 126.

> matar los venados, y con la misma mataban á los españoles, y es desta forma. Toman una pelota redonda de un guijarro pelado, tamaño como el puño, é aquella piedra átanla una cuerda […][8].

Essa arma descrita por Oviedo – conhecida até hoje nos pampas platinos como boleadora ou boleadeira – também foi descrita por Luís Ramíres. Este, porém, não indica como tal arma se denomina e tampouco diz que os índios que a usavam eram *guareníes*, e sim, *quirandies*: "Estos quirandies […] pelean con arcos y flechas y con unas pelotas de piedra redondas como una pelota y tan grandes como el puño, con una cuerda atada que la guia los cuales tiran tan certeros que no hierran a cosa que tiran"[9].

Isso significa que em 1535, quando a primeira parte da sua monumental crônica foi publicada, Oviedo estava a par das expedições ao Rio da Prata, mas seus informantes foram menos assertivos que Ramíres. No mesmo ano de 1535 os espanhóis do Rio da Prata continuavam sendo castigados com aquelas bolas de pedra. Ulrich Scmidel, que participou da expedição de Pedro de Mendoza ao Rio da Prata, diz ter lutado contra os *carendies* que além das armas convencionais (arco, flechas, lança) também usavam "[...] unas bolas de piedra aseguradas a un cordel largo; son del tamaño de las balas de plomo que usamos en Alemania. Con estas bolas enredan las patas del caballo o del venado […]. Fue también con estas bolas que mataron a nuestro capitán y a los hidalgos[…]"[10].

A partir da década de 1570 outros escritores falam sobre o significado da palavra guarani. Juan López de Velasco, cosmógrafo e cronista oficial de Felipe II, ao falar dos povos do Rio da Prata, afirmava que: "los otros son los indios labradores *guaraníes*, que quiere decir *guerreros*, porque van muy lejos de su tierra a guerrear"[11]. Como se vê, o autor não faz uma análise dos étimos, mas apenas afirma e atribui um significado. Não sabemos quem inaugurou essa analogia, mas, o certo é que ela foi corroborada em diversos textos lite-

[8] FERNANDEZ DE OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo [1535]. *Historia general y natural de las Indias, islas y Tierra-Firme del mar océano*. Primeira Parte. Edit. D. Jose Amador de Los Rios. MADRID: Real Academia de la Historia, 1855. , Libro V, Cap. XXXV, p. 225.

[9] RAMÍREZ, Luís. *Carta de Luis Ramírez a seu pai desde o Brasil (1528)*. Introdução, edição, transcrição e notas: Juan Francisco Maura. Lemir (Departamento de Filología Hispânica da Universidade de Valencia), <http://parnaseo.uv.é/Lemir/Textos/Ramirez.pdf> 2007. p. 50

[10] SCHMÍDEL, Ulrich. [1567] *Viaje al Río de la Plata*. Notas biblio y biográficas por Bartolomé Mitre. Prólogo, traducción y anotaciones por Samuel A. Lafone Quevedo. Buenos Aires: Cabaut y Cía., Editores, 1903. p. 150. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/

[11] LÓPEZ DE VELASCO, Juan [1574]. Descripción general hecha por Juan López de Velasco sobre las Indias, límites, hidrografía e islas. Ed. Madrid 1894, p. 555

rários e administrativos. O poeta e clérigo Martín del Barco Centenera, que na década de 1570 participou de expedições no Rio da Prata, e em seguida atuou em Cochabamba e Chuquisaca, em seu célebre poema, *La Argentina o La conquista del Río de la Plata*, canta, com os versos a seguir, a origem dos Guarani e o significado desse nome:

> Muy largos tiempos y años se gastaron,
> y muchos descendientes sucedieron
> desde que los hermanos se apartaron.
> De Tupí en el Brasil permanecieron
> Tupíes, y destotros que pasaron
> Guaraníes se nombran, y así fueron
> guerreros siempre aquestos en la tierra
> que el nombre suena tanto como guerra[12]

Numa nota explicativa à margem desses versos, o poeta sugere uma nova analogia semântica: "*Guaraní* significa una mosca muy importuna que hay en aquella tierra, a la manera del tábano, que chupa la sangre, y por serles tan importuna la guerra a los indios la llaman del nombre de esta mosca". A palavra guarani significaria guerra, e um inseto hemofágico, tão inconveniente quanto, teria recebido esse nome por analogia. De todas essas formulações nenhuma foi proposta por conquistadores que atuaram *in loco* entre os guarani falantes nas primeiras décadas da conquista. Além do mais, o respaldo lingüístico é duvidoso; ou melhor, os autores não arrolam dados etimológicos.

Embora haja uma certa unanimidade sobre o *ethos* guerreiro conquistador, dos guarani e tupi falantes do período pré-colonial e colonial[13], na língua guarani essa interpretação foi colocada sob suspeição. Os elementos para defender essa proposição não permitem vislumbrar uma relação semântica entre guarani e guerra, guerreiro e muito menos "boleadeira". O *Vocabulário de* Montoya registra 4 palavras para o verbete Guerra e a que foneticamente

[12] BARCO CENTENERA, Martín del. *La Argentina: poema histórico*. Edición digital: Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002. Canto primeiro, Versos 217-224. Disponivel em: http://www.cervantesvirtual.com

[13] O *ethos* guerreiro dos povos filiados à família lingüística tupi-guarani é quase um consenso tanto entre os cronistas coloniais quanto entre os guaraniólogos e tupinólogos atuais. Sobre esse tema há uma copiosa bibliografia na qual se destacam: *FERNANDES, Florestan. A função social da guerra na sociedade tupinambá*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1970; *SUSNIK, Branislava*. El Índio *Colonial* de Paraguay: El *Guarani Colonial*. v.1. Museo Etnográfico "Andres Barbero", Asunción, 1965; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Araweté: Os Deuses Canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1986.

mais se assemelha é *guarinĩ*. Para o verbete guerreiro a palavra que mais se aproxima é *guarinĩhára*[14].

Pedro de Angelis – que no século XIX compilou uma rica coleção de documentos sobre o Rio da Prata, editou e compôs um Índice Geográfico e Histórico para a *Argentina*, de Ruy Diaz de Gusmán – também diverge desse viés interpretativo ao passo que apresenta uma nova alternativa:

> Casi todos los que han investigado la etimología del nombre *Guaraní* , lo han mirado como una corrupción de la palabra *guariní*, que en este idioma significa "guerra". Pero nosotros preferimos la siguiente interpretación: *Gua*, pintura; *ra*, manchado; *ni*, señal del plural: *Guaraní*, "los manchados de pintura, o los que se pintan"; aludiendo a la acostumbre de estos pueblos de pintarse el cuerpo. (p. 233)

Ao ser indagado sobre o significado dos étimos que compõem essa palavra, Bartomeu Melià revelou:

> Nunca he sabido lo que significa guaraní, pero por analogía con guarajú, que serían la gente, la parcialidad áurea o perfecta, la partícula **ni**, indicaría pluralidad, los de aquí, pero tal vez un grado de intensidad y autenticidad: la gente auténtica. Hay que estudiarlo un poco más a fondo[15].

Outro etnônimo frequentemente aplicado aos mesmos grupos, era Cario (Carijó, Caryo). Como observa Combès[16], a partir de meados do século XVI Carió tornou-se sinônimo de guarani e, do mesmo modo, abrangente que referia tanto os grupos do litoral sul do Brasil (Carijós), quanto os da cordilheira andina - Carios de la sierra (Irala, 1555). Qual seria o significado etimológico desse nome? Para Meliá esse problema se apresenta mais difícil que o anterior de modo que apenas arrisca discretas conjecturas: "Para los Cario es todavía más difícil. En todo Montoya no encuentro un **cari**, y lo que más se acerca es

[14] MONTOYA, Antonio Ruiz de [1640]. *Vocabulario de la lengua guaraní.* Transcripción y transliteración por Antonio Caballos. Introducción por Bartomeu Melià. Asunción: CEPAG, 2002.

[15] MELIÁ, Bartomeu. Mensagem pessoal por correio eletrônico - enviado: quarta-feira, 1 de dezembro de 2010, 10:48. Para Susnik *guará* é "[…] um concepto socio-político que determina una cierta región bien definida, delimitada generalmente por ríos. SUSNIK, Branislava. *El rol de los indígenas en la formación y en la vivencia del Paraguay*, II, CEADUC, Asunción, 1983, p. 32. Também no vocabulário de Montoya, região é traduzido por *guára*.O sufixo *ni* segue sem uma tradução convincente.

[16] COMBÉS, Isabelle. *Diccionario etnico. Santa Cruz la vieja y su entorno en el siglo XVI.* Coleccion Scripta Autochtona. No. 4. Cochabamba: Instituto de Misionologia; Editorial Itinerarios; Misiones Franciscanas Conventuales - MFC, mayo 2010. 406p. - 4 vol., p. 86.

carai + **o**(ga): la casa del hechicero o del chamán. ¿Qué etimología se suele dar de Carijó? Por ahí se podría vislumbrar algo" [17].

Pedro de Ángelis entende que o sentido se revela quando a palavra é tomada nos seguintes termos:

> Esta voz *Cario* se compone de *ca*, que es avispa, y de *rio*, o más bien *rea*, que es campero, silvestre, o que vive en el campo: es decir, gente arisca como las abejas silvestres; con las que pudo también haberseles comparado por el aguijón que traían pendiente de sus labios, a modo de avispas. Probablemente los españoles creyeran que, tratándose de nación, debían dar a este nombre la terminación masculina, y de careas hicieron *careos* , y *carios* .][18]

O *Vocabulário* de Montoya confirma que *ka* é vespa. Quanto ao segundo termo, não consegui confirmá-lo nos dicionários. De qualquer modo, a vespa não é um inseto domesticado, ou seja, é sempre silvestre. Vale destacar que esta é segunda ocorrência em que a imagem de um inseto agressivo é usada para metaforizar os guarani. Essa interpretação tem o mérito de trabalhar com a língua guarani e valorizar elementos da cultura material para compor uma explicação (o tembetá é comparado ao ferrão). As fontes históricas, todavia, não corroboram essa explicação.

Há que se considerar que, por se tratar de uma denominação referente a grupos guarani falantes, os pesquisadores tendem a buscar os significados nessa mesma família lingüística. Todavia, não seria absurdo supor que tanto *guarani* quanto *cario* derivem de nomes atribuídos por povos circunvizinhos, de outras famílias lingüísticas e que os guarani falantes tenham, enfim, submetido essas denominações a novas formas fonéticas e semânticas. Isso tornaria a tarefa, de desentranhar os significados, ainda mais complexa e, talvez, inatingível.

Guarani e *Cario* eram os nomes próprios mais costumeiramente aplicados aos guarani-falantes do Rio da Prata, pelos espanhóis conquistadores. As diversas parcialidades étnicas filiadas a essa família lingüística iam sendo nomeadas, geralmente, com topônimos relativos ao *guará* (região) que habitavam (Itatim=itatines; Guairá=guairáes). Desde as primeiras incursões espanholas *Rio* [Paraguay] *arriba* ou *tierra adentro*, qualquer grupo guarani falante

[17] MELIÁ, Bartomeu. Mensagem pessoal por correio eletrônico - enviado: quarta-feira, 1 de dezembro de 2010, 10:48

[18] GUZMÁN, Ruy Díaz de. Historia Argentina del descubrimiento, población y conquista de las provincias del Río de la Plata. IN: DE ANGELIS, Pedro. *Colección de obras y documentos relativos a la Historia Antigua y Moderna de las provincias del Río de La Plata. Tomo Primero*, Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1835, Apendice A, p. XVI ou p. 200.

é distinguido com essa informação que, muitas vezes, é agregada ao próprio nome, como ocorre com, *Guarani-Itatines* ou *Carios de la Sierra*.

Quando a ausência de dados lingüísticos inviabiliza uma asserção consistente, do ponto de vista etno-histórico, alguns escritores partem para interpretações livres fundadas em analogias imaginárias, por vezes, bastante insólitas. Para os conquistadores procedentes do Peru, o termo *Cario* deriva de *Caribe* e o significado deste podemos ver no discurso de Lorenzo Suarez de Figueroa, governador do de Santa Cruz de la Sierra na década de 1570: "El propio nombre de esta generación es ***Cario***, de donde se diriva el nombre que tienen, ***Caribes***, que quiere decir 'comedores de carne humana'"[19]. Evidentemente, não obstante a coincidência das duas primeiras sílabas, a analogia entre *Cario* e *Caribe* se situa mais no âmbito semântico do que no etimológico. A designação *caribe* para os guarani falantes da cordilheira é própria de autores vinculados à frente andina de conquista e começa a ser aplicada com mais freqüência a partir de 1570.

De acordo com o dicionário *Houaiss*[20] *Caribe* é uma palavra de origem arawak que designava um povo que habitava partes das Antilhas e do litoral norte da América do Sul. Todorov mostrou que a palavra canibal surgiu em 1492, quando Colombo soube da existência de povos denominados *Caribas*. Do seu agir comunicativo com outros grupos nativos das Antilhas, soube que os *Caribas* comiam gente e tinham cabeça de cão (do espanhol *can*). Essas informações que Colombo deve ter obtido por meio de gesticulações, já que nenhuma das partes conhecia o idioma da outra parte, levaram-no a concluir que o nome correto do referido povo devia ser *Caníbas*, isto é, súditos do Grande Can – imperador da China descrito por Marco Pólo[21]. Afinal, o descobridor da América tinha certeza absoluta que estava na Índia, perto da China. Desses diálogos gestuais ou como sugere Todorov, desse monólogo consigo mesmo, resultou que o significado ameríndio de *Cariba* foi entulhado de significações do imaginário cristão medieval. Caribes, Caribas, Canibas, Canibalis, Canibais e outras variantes tornaram-se sinônimos de "comedores de carne humana". Tão logo que Colombo operou essa ressemantização, a literatura e a iconografia

[19] SUÁREZ DE FIGUEROA, Lorenzo. [1586] "Relación de la ciudad de Santa Cruz de la Sierra". In: Marco Jiménez de la Espada: *Relaciones geográficas de Indias: Relaciones Geográficas del Peru*. Tomo II. Madrid: Biblioteca de autores españoles, 1965, t. 1: 404.

[20] Dicinário Eletrônico Huaiss da Língua Portuguesa. Editora Objetiva, 2002. Verbete – Canibal.

[21] TODOROV, Tzetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 30.

sobre o *Novo Mundo* reproduziu intensamente imagens de *Caribes* ou *Canibais* para evidenciar essa alteridade situada no extremo oposto da europeidade.

Nos versos a seguir, Barco Centenera parte da premissa colombiana de que os *Cario* são *Caribes* e, para significar esse termo, o poeta vai às "raízes" da palavra e encontra dois étimos: um latino, *Caro* (carne), e outro guarani, *ibi* (terra): O resultado dessa "gambiarra" etimológica ficou: Caribe = Sepultura de carne Humana.

Que si mirar aquéstos bien queremos caribe dice, y suena sepultura de carne, que en latín *caro* sabemos que carne significa en la lectura. Y en lengua guaraní decir podemos *ibi*, que significa compostura de tierra do se encierra carne humana; caribe es esta gente tan tirana.*	

* BARCO CENTENERA, Martín del. La Argentina: poema histórico. Edición digital: Alicante : Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002. Canto primeiro, Versos 201-209. Imagens similares àquela a direita dos versos abundam nas crônicas e na cartografia colonial dos séculos XVI e XVII. Esta encontra-se em: MOCQUET, Jean (1617) - Voyages en Afrique, Asie, Indies Orientales e Occidentales, Paris: Jean de Hievquevieu. (IEB). Disponível em: http://books.google.com/

Essa conjectura tão extravagante, do ponto de vista linguístico, só pode ser considerada razoável pelos critérios da licitude da arte poética, de um lado, e pelo intuito de produzir ou justificar sentidos que passam a fluir no imaginário colonial sobre todos os grupos que, assim como os guarani falantes da cordillheira, representavam um desafio político à soberania ibérica. Bernand

& Gruzinski confirmam esse jogo semântico e a acepção política que o nome *Caribe* adquiriu:

> O termo *caribe* acabou sendo aplicado a todos os autóctones que fossem antropófagos ou que opusessem a menor resistência aos conquistadores. De denominação étnica, ele se tornou, automaticamente, legitimação do extermínio e da escravidão das populações das ilhas e das costas da América do Sul[22].

Um dos autores que expressa bem a abrangência desse termo, sua atribuição a diversos grupos, não só das Antilhas e costas, mas também do mediterrâneo sul-americano, é José de Acosta ao circunscrever o terceiro e mais baixo grau de bárbaros que habitam a terra.

> Finalmente, a la tercera clase de bárbaros […]. En ella entran los salvajes semejantes a fieras, que apenas tienen sentimiento humano; sin ley, sin rey, sin pactos, sin magistrados ni república, que mudan la habitación, o si la tienen fija, más se asemeja a cuevas de fieras o cercas de animales. Tales son primeramente **los que los nuestros llaman Caribes**, siempre sedientos de sangre, crueles con los extraños, que devoran carne humana, andan desnudos o cubren apenas sus vergüenzas. […] así son los Chunchos, los **Chiriguanás**, […][23][grifos nossos].

Além da transformação semântica, *caribe* passou a exercer a função de outra classe gramatical; ou seja, além de substantivo próprio tornou-se adjetivo qualificativo. Na passagem a seguir, que relata uma entrada rioplatense em busca do *El dorado* ou *Paititi*, esta nova função está bem clara: "Y salio el gouernador con gentte y fue atrauesando el monte y hallaron **yndios muy caribes** [grifo nosso] y tuuo grandes Reuatos con ellos y le mataron españoles y muchos yndios y de ay se boluieron"[24]. Por associação aos significados de agressividade e voracidade, o termo *caribe* também foi empregado para denominar animais que notadamente manifestavam tais comportamentos: *pez caribe* = piranha (Serrasalmus nattereri); *hormiga caribe* = Solenopsis geminata.

---

[22] *BERNAND*, Carmem; *GRUZINSKI*, Serge. *História do Novo Mundo: da Descoberta* à Conquista, uma Experiência Européia (1492-1550). 2a ed. São Paulo:Edusp, 2001, p. 600.

[23] **ACOSTA, José de (1577).** *De Procuranda Indorum Salute*. **Reeditada sob o título: Predicación del evangelio en las indias. –** *Estudio preliminar y edición del P. Francisco Mateos* – **Madrid: Atlas, 1954.** Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/mcp/01361686433460613088024/p0000001.htm

[24] SOLETO PERNIA, Alonso**.** Memoria de lo que han echo mis padres y yo, en busca del Dorado que anssi se llama esta conquista y diçen que es el Paytitti. *A.G.I. Charcas 21, ramo 1, número 2, f.51v.*

Há que se destacar que ao longo dos mais de vinte anos de contato entre espanhóis e carios (guarani) no Rio da Prata, esse etnônimo não tinham essa carga de significados negativos, relacionados a agressividade e antropofagia. Para os espanhóis protagonistas da fundação de Assunção, que em suas longas expedições *Rio arriba* e *tierra adentro* eram acompanhados de centenas ou milhares deles, encontrar assentamentos guarani significava abundância de alimentos, notícias sobre as terras e gentes e aumento do contingente aliado dos espanhóis[25]. Todavia, para os espanhóis procedentes do Peru os *Cario* eram *Caribes*, como já vimos, e *Chiriguanaes*[26] como veremos.

3) Chiriguanaes: um etnônimo de origem andina

Seguramente, os primeiros europeus que tiveram notícias de um grupo denominado Chiriguanaes (Chirihuanas) foram os espanhóis que conquistaram o império inca. Nas primeiras décadas 1530 - 1550 esse nome foi mencionado em documentos relativos à expedição de Almagro ao Chile (1534-45) e por cronistas como Cieza de León (1553). Nessas décadas, porém, ninguém inquiriu ou especulou pelo significado etimológico do termo. A partir de 1570, na medida em que esse grupo se manifestava irredutível à sujeição colonial e enfrentou vitoriosamente o vice-rei do Francisco de Toledo, a maioria dos escritores começa a propor explicações etimológicas para esse etnônimo. No século XX, diversos etno-historiadores se debruçaram sobre esse problema sendo que alguns chegaram a conclusões tão insólitas que bem poderiam figurar na galeria das explicações dos cronistas e poetas.

Qual seria, afinal, a etimologia e a semântica desse vocábulo para os conquistadores espanhóis da frente andina? Desde logo, adiantamos que as versões são tantas que não pretendemos ser exaustivos, e tampouco daremos a mesma ênfase a umas e outras. O que interessa mesmo é observar uma espécie de incitação cognitiva que lança mão de fragmentos lingüísticos e muita imaginação para definir e instituir significados. Grosso modo, pode-se

---

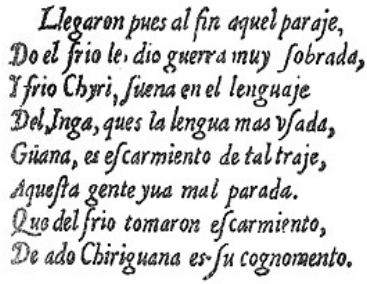
[25] Em diversos ensaios Meliá destaca a dinâmica e a fartura da economia guarani que sustentou milhares de exploradores espanhóis inertes em termos de produção agrícola. A propósito desse tema as seguintes obras são referência obrigatória: MELIÁ, Bartomeu. *El Guarani Conquistado y Reducido: Ensayos de Etnohistória*, 3. ed. Asunción: CEADUC, 1993; TEMPLE, D. *El don, la venganza y otras formas de economía Guarani*. Centro de Estudios Paraguayos "Antonio Guasch", Asunción, 2004.

[26] Esse substantivo foi grafado de diversas formas: até o presente momento identificamos as seguintes: *Chiriguanaes*, *Chiriguanas*, *Chiriguanás*, *Chirihuanas*, *Chiriguanos*, *Chiliguanaes* e *Cherigoanaes*.

observar dois vieses etimológicos: um que parte do quíchua e outro que parte do guarani. Além desses há alguns palpites tão desapegados da lingüística histórica que apenas podem ser arrolados pelo seu teor exótico.

As versões que partem do quíchua, que são as que se tornaram hegemônicas na literatura histórica, oferecem subsídios de considerável valor histórico para a elucidação das relações entre os guarani migrantes e os súditos do Inca. Novamente Barco Centenera é uma referência indispensável:

Llegaron, pues, al fin a aquel paraje
do el frío les hizo guerra encarnizada,
y frío *chiri* suena en el lenguaje
del Inga, que es la lengua más usada;
guana es escarmiento de tal traje.
Aquesta gente iba mal parada,
y el frío que tomaron, escarmiento fue
para el Chiriguana y cognomento.**


Llegaron pues al fin aquel paraje,
Do el frio le dio guerra muy ſobrada,
Y frio Chyri, ſuena en el lenguaje
Del Inga, ques la lengua mas vſada,
Güana, es eſcarmiento de tal traje,
Aqueſta gente yua mal parada.
Que del frio tomaron eſcarmiento,
De ado Chiriguana es ſu cognomento.

** BARCO CENTENERA, Martín del. La Argentina: poema histórico. Edición digital: Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002. Canto Primeiro, Versos 240-248. Ao lado, Ed. Facsímil de 1602.

Em nota, à margem desses versos o autor esclarece que o nome deriva de uma fala do *Gran zapainga*, que teria desdenhado o risco que os povos "bárbaros" das terras baixas e quentes representavam ao seu império. Como estes andavam sem agasalho, o frio da cordilheira haveria de castigar aos que se vestem com o traje da nudez: "deixai-os, que o frio os castigará (*dejadlos, que el frío les escarmentará*)"[27] teria dito o Inca.

Castigados pelo frio é também a explicação etimológica proposta por uma das mais intrigantes crônicas sobre as migrações guarani ao pé da cordilheira motivadas pela busca de metais. Em 1638 o Pe. Diego Felipe de Alcaya, prestou uma *Relación cierta* de uma história que ouvira do seu pai Sánchez de *Alcayaga*. Guacane e Condori, parentes do Inca teriam conquistado, por

[27] *El Gaan-zapainga, que significa «solo Señor», les puso este nombre a los Guaraníes, diciendo que a gente que venia desnuda de donde nace el sol, que es tierra caliente, hacia aquellas partes y cordilleras, que es tierra fría, el frío, que es chiri, les escarmentaría, que es guana, de donde vino Chiriguana, como que diciendo: dejadlos, que el frío les escarmentará.* (N. del A.) BARCO CENTENERA, Martín del. La Argentina: poema histórico. **Edición digital:** Alicante : Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002.

meios pacíficos, em troca de presente, alguns grupos lavradores que viviam nas planícies do Rio Guapay, sob a chefia de Grigotá. Barganhando com esses novos súditos teriam efetivado a exploração argentífera do Cerro de Saypuru, na cordilheira.

Assim que as notícias da riqueza e bonança que essas partes desfrutavam chegaram aos Guarani do Paraguai, estes teriam partido em busca dessas promissoras terras. Após duas vitórias "traiçoeiras" e arrasadoras contra Guacane e Condori, o *Ynga del Cuzco enfureçido en yra con la triste nueua determinó haçer el castigo,* mas seu exército de cinco mil homens e o novo capitão *Turumayo* foram novamente aniquilados. A revanche foi empreendida por Grigotá, súdito local, leal aos capitães incas derrotados. Nessa contra-ofensiva Grigotá teria matado 500 e aprisionado 200 inimigos que, por intermédio de um embaixador, foram enviados à Cuzco. A etimologia de *chiriguanas* seria decorrência do desfecho desse episódio, ou melhor, da punição que o Inca aplicou aos prisioneiros Guarani:

> […] fueron puestos por su mandado desnudos en los estremos mas altos de vnos çerros neuados atados de pies y manos y alli con guarda que les puso quedaron vna noche donde amaneçieron muertos […]. Sauido por el Ynga como eran muerttos leuantandose de su asiento muy contento dixo en voz alta halla, halla chiripiguanachini que quiere deçir assi assi que **les he dado escarmiento en el frio, que chiri es el frio en su lengua y guana el escarmiento de donde se les quedó hasta oy el nombre de chiriguana** [grifo nosso][28].

O caráter meio fantasioso e insólito (em termos empíricos) dessas duas narrativas abriga elementos históricos importantes. Não se trata de confirmar ou negar a veracidade de tais fatos, e sim, de perceber a intensidade da pressão que os migrantes guarani exerceram sobre as fronteiras orientais do Império. Mais de cem anos após a ocorrência das supostas peripécias, não obstante o impacto da conquista espanhola, o ímpeto violento desses confrontos passou a ecoar nos sentidos atribuídos ao etnônimo.

---

[28] AGI Charcas 21, r.1, N.11, bloque 7, f.22. *Relación del padre Diego Felipe de Alcaya*. Esta crônica também foi publicada em: LIZARAZU, Juan de. [1636-1638]. "Consultas hechas a S.M. por don Juan de Lizarazu, Presidente de Charcas, sobre su entrada a los Moxos o Toros". En: V. Maurtúa (ed.), *Juicio de límites entre el Perú y Bolivia, tomo 9*. Madrid: imp. de los hijos de G. Hernández, 1906, 121-216. Também foi publicada em: ALCAYA, Diego Felipe de. 1961 [1607] "Relación cierta que el padre Diego Felipe de Alcaya, cura de Mataca […]. en: *Cronistas cruceños del Alto Perú Virreinal*, Santa Cruz: UAGRM: p. 47- 86.

Ainda em relação ao viés quíchua alguns autores entendem que o nome atribuído aos guarani da cordilheira signifique "esterco frio": Chiri [frio] guano [esterco][29]. Etimologicamente essa composição pode até ser "correta". Todavia, do ponto de vista da documentação do século XVI ela se mostra inconsistente uma vez que nem os cronistas andinos e, tampouco a documentação administrativa, grafaram [chiri]*guano* mas si [chiri]*huanaes*, [chiri]*guanás*, *etc.* Ou seja, nas fontes mais antigas esse nome sempre termina em *a(s)* ou *a(es)*[30]. Nesse sentido, *Chiriguano(s)* é uma denominação ainda mais depreciativa que se tornou usual apenas no século XVIII e, além do mais, não se apóia num enredo histórico-literário, como as duas versões anteriores. Ainda assim, vale registrar, foi precisamente essa grafia e interpretação que se tornou uma das mais recorrentes.

Enrique de Gandia, um dos mais profícuos historiadores argentinos do século XX, avaliou e considerou plausíveis três interpretações distintas. A primeira delas é a mais controvertida: "Chiri (frío en quechua), gua, guara (patria o lugar que habita, en guaraní), y ana (pariente, en guaraní). El vocablo habría sido creado por los guaraní y significaría 'nuestros parientes de la región fría'" [31]. Nesse caso parece que os autores (Fulgencio R. Moreno; e Gandia que considera aceitável essa explicação) cometem a mesma falácia que Barco Centenera que, ao explicar a palavra Caribe, parte de um étimo proveniente do latim, e outro do guarani. No presente caso, Moreno e Gandia tomam um morfema do quíchua e outros dois do guarani. A pergunta é: Porque os Guarani do Paraguai quinhentista empregariam a palavra chiri ao invés de *ro* = frio em guarani? Nota-se que essa sugestão baseia-se tão somente num jogo imaginativo, pois, as fontes rio-platenses não registraram a palavra chiriguana antes do encontro com a frente andina.

---

[29] OBERMEIER, Franz. As relações entre o Brasil e a região do Rio de La Plata no século XVI nos primeiros documentos sobre Assunção (Asunción) e Santa Catarina. *JbLA* Vol. 43/2006, p. 319. Disponível em: http://www-gewi.uni-graz.at/jbla/JBLA_Band_43-2006/jbla06_317_342.pdf

[30] Garcilaso de la Vega, que tinha o quíchua como língua mãe, grafava *Chirihuana*. Ao explicar o nome de um rio Runahuanac, Garcilaso explica que *Runa* quer dizer gente, e *huanac* é o verbo castigar e o *c* final indica o tempo particípio do presente. Portanto o étimo do rio corresponde com o do etnônimo. GARCILASO DE LA VEGA, Inca. *Comentarios reales de los Incas e historia general del Perú*. Edição, prólogo, índice analítico e glossário Carlos Araníbar. Lima: FCE, 1991. CAP XXIX LIBRO VI. p. 389

[31] GANDIA, Enrique de. *Historia de Santa Cruz de la Sierra: una nueva republica en Sud América*. Buenos aires: Talleres Gráficos Argentinos de L. J. Rosso, 1935. p. 16

Gandia também considera admissível a versão de Pedro de Ángelis. No verbete Chiriguanos, de Ángelis concede a seguinte explicação: "El clima es frígido en las montañas, de donde le vendrá tal vez el nombre de *Chiriguanos*, que en la lengua quecchua, quiere decir hombres que tienen frío. (*Chiriguan*, tengo frío)"[32]. Todavia, para Gandia a versão mais razoável é "gente suja" apresentada por Eric Von Rosen que, em 1901, participou da expedição sueca *chaco-cordillera*. A teoria de Von Rosen é que: "O nome Chiriguano (quéchua), que significa "povo sujo", foi-lhes dado pelos incas vaidosos, que desprezava o povo Chiriguano, representando-o como bárbaros"[33]. Gandia comenta que os chiriguano eram um povo extremamente limpo (higiênico) e que o objetivo dos incas era mesmo causar ressentimentos.

Em *Chiriguana: nacimiento de una identidad mestiza*, Combés e Saignes[34] fizeram um levantamento histórico e lingüístico acurado das fontes coloniais e também das proposições científicas de distintos pesquisadores (Nordenskiold, Metraux, Gandia e Susnik). Ao longo de toda obra a perspectiva que perpassa a análise das fontes é a questão da mestiçagem guarani – chané (arawak) como fundamento de uma nova identidade. Apoiando-se mais nos idiomas guarani Combés e Saignes vão além das interpretações tradicionais, que pressupõe que as raízes de *Chiriguana* são exclusivamente quíchua, e identificam indícios da mestiçagem no próprio termo.

Com base num documento de 1586, em que o governador de Santa Cruz de la Sierra afirmava: "También les llaman *Chiriguanaes*, corrompido el vocablo, *el* cual se diriva de *Chiriones*, que quiere decir "mestizos, hijos dellos e de indias de otras naciones"[35], Combès e Saignes sugeriram uma interpretação

[32] GUZMÁN, Ruy Díaz de. Historia Argentina del descubrimiento, población y conquista de las provincias del Río de la Plata. IN: DE ANGELIS, Pedro. *Colección de obras y documentos relativos a la Historia Antigua y Moderna de las provincias del Río de La Plata. Tomo Primero*, Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1835, p. 201. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/68049485989571385754491/p0000002.htm#I_13_. Acesso em 7 de janeiro de 2011.

[33] "The name of Chiriguano (quechua), which means 'dirt people', was given them by the vainglorious Incas, who despised the Chiriguano people, afecting to look upon them as barbarians. COUNT ERIC VON ROSEN. Ethnographical Research work during the swedish chaco-cordillera expedition, 1901—1902. Stockolm, p. 188. Citado por: GANDIA, Enrique de. *Historia de Santa Cruz de la Sierra: una nueva republica en Sud América*. Buenos aires: Talleres Gráficos Argentinos de L. J. Rosso, 1935. p. 16

[34] COMBÈS e SAIGNES, Thierry. "Chiriguana: nacimiento de una identidad mestiza". In: J. Riester (org.). *Chiriguano*. Santa Cruz: APCOB. 1995 pp. 25-221.

[35] SUÁREZ DE FIGUEROA, Lorenzo. [1586] "Relación de la ciudad de Santa Cruz de la Sierra". In: Marco Jiménez de la Espada: *Relaciones geográficas de Indias: Relaciones Geográficas del Peru*. Tomo II. Madrid: Biblioteca de autores españoles, 1965, t. 1: 404.

alternativa que atendia à tese central de uma "identidade mestiça". Perceberam que outros autores quinhentistas (Calvette de Estrella, 1557 e Pedro de Segura 1584) registraram uma etnia denominada Chiriones e a situaram proximamente aos Chiriguana.

Além do mais, evocaram que na Amazônia boliviana existe, ainda hoje, um grupo linguisticamente filiado ao guarani denominado Sirionó. Chiriono e Sirionó seriam, pois sinônimos considerando que na língua dos próprios Sirionó, "Ch" corresponde a "S". Qual seria, então, o significado de "chiri" ou "siri" na língua guarani-sirionó? De acordo com o Diccionario chiriguano-español y español-chiriguano, de Romano y Cattunar (Op. cit. Combés; Saignes) siri equivale a expatriar-se. O raciocínio que os autores propõem é que as expedições guarani rumo à cordilheira eram predominantemente masculinas e, no decorrer da jornada, os guerreiros contraíam mulheres dos grupos vencidos que, por sua vez, procriavam filhos mestiços. Portanto, os expatriados eram também mestiços, "y los sirionó son también unos 'mestizos'"[36]. A proximidade entre siri e chiri é corroborada por uma carta em que o P. Martinez de 1601 que escreve Chiriguana como Siriguana (crónica anónima, 1944: 498. Op. Cit. Cambés; Saignes)

Para explicar a terminação *guana* Combés e Saignes perguntam: "¿con quién se han mestizado los guarani migrantes?" Embora diversos grupos tenham sido atingidos pela expansão guarani, as fontes históricas indicam que as mulheres Chané, obtidas em guerras de conquista, se tornavam as parceiras por excelência. Os Chané são da família lingüística Arawak assim com os Guana. A possibilidade de o "guana" de chiriguana ser uma referência aos chané já havia sido aventada por Susnik[37]. A conclusão que sucede é que chiriguana seria uma alusão a "los que nacieron de padre guarani com madre guana"[38]. Em outra palavras, os que se expatriaram e se mestiçaram com *Guana*.

Essa versão foi muito bem recebida pelo antropólogo Xavier Albó na medida em que substituía as conotações depreciativas por uma explicação mais plausível com a trajetória histórica dos Chiriguana. A expectativa de Albó era que as comunidades guarani falantes da atual Bolívia assumissem novamente

---

[36] COMBÈS, Isabelle e SAIGNES, Thierry. Chiriguana: nacimiento de una identidad mestiza. In: J. Riester (org.). *Chiriguano*. Santa Cruz: APCOB. 1995, p. 88

[37] *SUSNIK*, *Branislava*. *Chiriguanos: Dimensiones etno- sociales*. Asunció: Museo Etnografico Andres Barbero, 1968.

[38] COMBÈS, Isabelle e SAIGNES, Thierry. Chiriguana: nacimiento de una identidad mestiza. In: J. Riester (org.). *Chiriguano*. Santa Cruz: APCOB. 1995, p. 88.

esse etnônimo sem prejuízo para a auto-estima[39]. Todavia, num recente artigo Combès, desta vez em parceria com Villar[40], voltou a se pronunciar sobre essa interpretação. Nesse artigo os autores revelam que essa interpretação teve a intenção de se contrapor às conotações pejorativas de origem colonial com as quais os grupos remanescentes nunca se identificaram e que, todavia, continuam sendo difundidas na Bolívia e na Argentina. Todavia, não garantem a viabilidade dessa hipótese. Um dos motivos da desconfiança é que os Guana somente "ingressaram" nas fontes históricas platinas no século XVIII.

No *Diccionário Étnico* – obra de grande originalidade e praticidade para a etno-história do Gran Chaco – Combés afirma claramente que, toda etimologia que remete ao "[...] quechua tiene más probabilidades de ser acertadas" [41]. Ou seja, passados mais de vinte anos em relação à primeira edição francesa (em parceria com Saignes) Isabelle Combès abandonou a proposição etimológica que se mostrava a mais "correta", politicamente falando. Chiriguana seria, muito provavelmente, um termo pejorativo atribuído pelos Incas, ou por outros grupos andinos, a esses guarani falantes que tensionavam as fronteiras do grande império andino.

Duas possibilidades que, todavia, se articulam merecem ser aventadas, ainda que em caráter especulativo. As crônicas coloniais que registraram histórias épicas da tradição oral inca destacam duas etnias bem distantes, uma da outra, que infligiam enormes reveses às tropas do império andino e fustigavam seus avassalados circunvizinhos. Os *Chiriguanas*, ao oriente, e os *Araucanos* (Mapuche), ao sul do Chile, foram abordados por Nathan Wachtel[42] no que concerne aos enfrentamentos com os incas e, logo em seguida, os espanhóis.

Esse cenário, do poderoso império inca a dispender grandes esforços para guarnecer as fronteiras dos "bárbaros selvagens" foi evidenciado pelo Pe. Barnabé Cobo S.J ao discorrer sobre os serviços prestados ao império, pelos súditos do Inca, com destaque às tarefas militares:

> En primer lugar, se proveían las cosas de la guerra, y era grande el número de hombres que continuamente andaban en ella, así en los ejércitos que se

[39] ALBÓ, Xavier. *Los Guaraní –Chiriguano. La comunidad hoy*, La Paz: CIPCA, 1990, p. 12

[40] COMBES, Isabelle; VILLAR, Diego. Os mestiços mais puros: Representações chiriguano e chané da mestiçagem. *Mana* [online]. 2007, vol.13, n.1, pp. 41-62.; p. 43-44

[41] COMBÈS, Isabelle. *Diccionario étnico: Santa Cruz la Vieja y su entorno en el Siglo XVI*. Cochabamba: Itinerarios/Instituto de Misionología. 2010, p. 131.

[42] WACHTEL, Nathan. Os índios e a conquista espanhola.. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*: América Latina Colonial. vol.1. São Paulo: Edusp, 1997. pp. 195-240; p. 232-235.

> formaban y rehacían, como en las guarniciones y presidios que había en las cabeceras de provincias y en las fronteras de los enemigos; y en las conquistas ordinarias, guazáuaras que tenían los Incas con muchas naciones confinantes á su imperio, como con los indios Pacamoros, Popayanes y otras naciones fronterizas de la provincia de Quito; y por la parte del Sur y de las provincias de los Charcas con los indios **Chiriguanas, Araucanos de Chile, gentes bárbaras y muy belicosas**[43] [grifo nosso].

Essa passagem ilustra que, em termos adjetivos, uns e outros tinham o mesmo status. Recuando a 1535-1545 percebe-se uma (com)fusão histórico-geográfica ou, então, uma proximidade semântica entre Chile e Chiriguanas. Quase todos os documentos que apontam para uma simultaneidade entre esses dois âmbitos geográficos resultaram da expedição que Diego de Almagro comandou ao Chile, a partir de Cusco, 1535. Dois notáveis cronistas quinhentistas, e diversos testemunhas que figuram num processo sobre as disputas entre Diego de Almagro e Francisco Pizarro falam de Chile e Chiriguana como se fossem uma mesma região. Uma das testemunhas arroladas disse que Almagro era um bom servidor de S. M, pois era zeloso no trabalho de acrescentar: "[...] tierras é señoríos, por queste testigo le vio trabajar en ello mucho, especialmente en el descubrimiento de **Chile ó Chiriguana** y en la conquista de toda la tierra del Perú; […]"[44]. Outra testemunha diz saber que Vasco de Guevara foi com "[…] el adelantado don Diego de Almagro á la provincia de **Chiriguana ó Chile**, porque le vio venir al tiempo que el dicho Adelantado vino á esta ciudad con él […]"[45]. Diversas *probanzas* da *Colección de documentos inéditos para la historia de Chile* sobre a expedição de Almagro, seu retorno e conflito com os Pizarros denotam que, na primeira metade do século XVI, Chiriguana e Chile eram sinônimos para os conquistadores andinos.

Os historiadores da época também tiveram esse entendimento. Para compor sua obra Cieza de León (que de acordo com F. Pease é um dos mais precoces e célebres historiadores do Peru pré-colonial e colonial), arrolou fontes orais, documentos oficiais, participou *in loco* das campanhas militares para subjugar os pizarristas rebeldes à coroa e viajou por diversas províncias

[43] COBO, Bernabé. [1653] *Historia del Nuevo Mundo*. Publicada por: Marcos Jiménez de la Espada, Sociedad de Bibliófilos Andaluces (Sevilla), 1892. p. 270

[44] MEDINA, José Toribio éd. *Colección de documentos inéditos para la historia de Chile*. [1518-1818] T.6. Fee de cierta probanza é abtos é escripturas de don Alonso Enriques contra Hernando Pizarro (Archivo de Indias, 52-2-1/14).p. 225-226. http://www.archive.org/details/coleccindedocum03medigoog

[45] MEDINA, José Toribio éd., op cit. Probanza de méritos y servicios del capitán Vasco de Guevara p. 270 http://www.archive.org/details/coleccindedocum03medigoog

peruanas – inclusive Charcas, vizinha aos Chiriguanas. A citação a seguir, além ilustrar como Cieza de León manteve essa imbricação – *Chile* e *Chiriguana* – traz importantes aportes sobre a perspicácia dos incas que, para se livrarem dos espanhóis, convencem-nos a partir para regiões distantes e ásperas onde, segundo os mesmos: "[...] había tanto oro y prata que tenían las casas chapadas de ello [...][46]"

> A todo esto tengo que decir, que como los indios naturales viesen la gran potencia de los españoles, y por experiencia sabían irles mal en tomar armas, hostigados por los muchos que habían muerto en las guerras pasadas, habían asentado y tratado paz; pero con mezcla de fingimiento y con deseo de verlos divididos y de tal manera que pudiesen vengarse de tantos daños como habían recibido. Y teniendo este intento y conociendo su gran codicia y demasiada avaricia, publicaron grandes cosas de lo de **Chiriguana**, afirmando haber tanto oro y plata, que no era nada lo del Cuzco para compararlo con ello. Los españoles creíanlo y pensaban henchir las manos en aquella tierra[47].

Diante destas notícias Almagro organizou uma expedição e se dirigiu ao Chile, donde retornou com imensas perdas humanas e materiais. A conjunção Chiriguana/Chile, ocorre seis vezes na terceira parte da obra de Cieza de León, sempre relacionada à expedição de Almagro. A(s) hipótese(s) que intencionamos expor é que para o próprio Manco Inca – que, segundo Cieza de León, teria incentivado a expedição de Almagro para livrar-se dele e recuperar seu poder imperial – esses dois âmbitos geo-etnográficos podiam significar um só e, nesse contexto, representavam uma forma de abater os espanhóis enviando-os para terras distantes e perigosas. Ou seja, essa coincidência sugere que ao tempo da conquista espanhola dos incas, *Chiriguana* se referia a uma realidade etnográfica e espacial bem mais ampla que a cordilheira chiriguana.

A depender da versão de Gonzálo de Oviedo, pelo menos parcialmente, os incas que incitaram essa expedição alcançaram seus objetivos. Vale destacar que a representação desse cronista acerca dos indígenas que Almagro encontrou coincide com a de Poma de Ayala e Garcilaso de la Vega[48] sobre os guarani falantes da cordilheira. Uns e outros eram selvagens, pobres e semelhantes a feras: essa é a alegação mais recorrente para o fracasso das expedições, tanto incaicas pré-hispânicas, quanto espanholas.

---

[46] CIEZA DE LEÓN, Pedro: *Crónica del Perú. Tercera Parte.* [1553]. Cap. LXXXV

[47] CIEZA DE LEÓN, Pedro: *Crónica del Perú. Tercera Parte.* [1553]. Cap. LXXXIV.

[48] LANGER, Protasio Paulo. Piores que bestas feras : Garcilaso de la Vega e o imaginário hispano-inca sobre os Guarani Chiriguano. Topoi (Rio de Janeiro), v. 11, p. 5-22, 2010

> É assi se confirmaron é lo juraron, é passó adelante Almagro (con relaçion que tuvieron de muy buena tierra) la vuelta de Chile é de Chiriguana, conforme á los conçiertos dados entre ambos compañeros, jurados é assentados; é fué quinientas leguas ó más adelante del Cuzco, donde él é la gente hiçieron la exçesiva penitençia que se dirá en el libro siguiente, **é halló con una tierra frigidíssima, donde ni les faltó sed ni hambre ni otros trabaxos nunca antes oydos á chripstianos**; **é la gente que toparon pobre é salvage, vestida de cueros, é las moradas debaxo de tierra, como osos**, [grifo nosso] sin saber qué cosa es oro ni plata, ni averlo menester[49].

A passagem grifada, além de situar os araucanos no mesmo âmbito ontológico dos chiriguanas, enseja outra aproximação. Em sua expedição ao Chile, Almagro encontrou uma terra *frigidíssima* na qual padeceu toda sorte de "castigo". Em outras palavras, Almagro foi castigado pelo frio numa terra em que só havia bárbaros. A Cordilheira Chiriguana e o Chile tinham em comum esses atributos. Isso não significa uma identidade climatológica de fato: os guarani da cordilheira teriam sido castigados pelo frio de acordo com a crônica de Alcaya. Agora, na expedição de Almagro ao Chile, o frio castigou os espanhóis da frente andina que, em vez de riqueza e civilizações, só encontraram bárbaros que viviam como animais.

Outro documento interessante acerca desse tema é uma *probanza de méritos* em que Diego de Encinas presta conta de uma extensa lista de façanhas de conquista e "pacificação". Ao contrário dos documentos anteriores, com o nome *Cherigoanaes* se refere explicitamente a indígenas, e não a uma região ou província. Entre as diversas façanhas arroladas, uma delas foi acompanhar Almagro ao Chile e, no caminho, a partir de Topiza [Tupiza, na atual Bolívia], castigar certos índios *Cherigoanaes* que haviam atacado cinco espanhóis em Jujui, três dos quais pereceram. Estes haviam se afastado do grupo de Almagro que, assim que soube do ocorrido, enviou uma tropa para castigá-los.

> Diego de Encinas […] en compañía del adelantado don Diego de Almagro, al descubrimiento de las provincias de Chile, y en la dicha jornada sirvió en todo lo que se ofreció, é fué con el capitán Juan de Saavedra á conquistar las provincias del Collao é Charcas é Chichas y sus comarcas hasta llegar a Topiza; y estando alli mandó el dicho don Diego de Almagro al capitán Rodrigo de Salcedo, que fuese con gente de á caballo á hacer guerra y castigo de **ciertos**

[49] FERNANDEZ DE OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo. *Historia general y natural de las Indias, islas y Tierra-Firme del mar océano*. Tecera Parte, tomo IV. Edit. D. Jose Amador de Los Rios. MADRID: Real Academia de la Historia, 1855. Disponível em: http://165.98.138.131/BibliotecaGeneral/coleccion_UNO/libros_capitulos_pdf/CCBA%20-%20SERIE%20CRONISTAS%20-%2005%20-%2009.pdf

> **indios cherigoanaes** [grifo nosso] que se habían hecho fuertes en el pueblo de Jujuy é muerto ciertos españoles, en lo cual sirvió con sus armas é caballos los pacificaron;[50]

Em relação a essas ocorrências cabe indagar: quem, dos integrantes da expedição ao Chile, teria condições de identificar, como *cherigoanaes*, os indígenas que atentaram contra esses espanhóis. Os únicos capazes de reconhecê-los seriam os próprios incas que, em considerável número, acompanharam a referida expedição, já que os espanhóis ainda não haviam percorrido e tampouco se estabelecido naquelas terras. Por esse motivo é razoável supor que os incas tenham chamado de *chiriguana* a qualquer grupo que, na avaliação "incacêntrica" fosse tão bárbaro/selvagem e agressivo quanto aqueles da cordilheira chiriguana.

A presença ou não de guarani falantes na derrota de Almagro rumo ao Chile foi analisada, recentemente, por Federico Bossert que fez um exaustivo levantamento das fontes e argumentos em torno dessa questão. Seu parecer é de que não existe qualquer documento fidedigno que prove que em Salta e Jujuy – onde supostamente ocorreram os confrontos com os *cherigoanaes* – tenha havido assentamentos de guarani no século XVI[51].

A associação entre Chile e Chiriguanas induziu outros "tropeços cronísticos". Partindo de informes sobre a travessia do Gran Chaco, pela expedição de Irala, que alcançou os guarani da cordilheira chiriguana, Gonzalo de Oviedo deduziu que Irala havia alcançado o Chile: "Y en este tiempo postrero del año que digo, [1547] han venido nuevas que la gente que quedó con el dicho Domingo de **Irala** en tierra, han descubierto tanto que han llegado hasta la provincia de **Chile**, que es **de la otra parte del Perú**, y en sus confines dícenme" [52]. Diante das fontes arroladas, não restam dúvidas que o cronista Oviedo também partia do pressuposto de que Chile e Chiriguana era um mesmo âmbito geográfico, etnográfico e semântico.

[50] MEDINA, José Toribio. *Colección de documentos inéditos para la historia de Chile: desde el viaje de Magallanes hasta la batalla de Maipo: 1518-1818*. Santiago: Imprenta Ercilla, 1888-1902. 30 v. T.7. Probanza de méritos y servicios de Diego de Encinas, conquistador y pacificador en el Perú y descubridor de Chile: [24/09/1558, Lima]**.** Santiago de Chile: Imprenta y encuadernación Barcelona, 1895, p. 208. Disponível em: http://www.archive.org/stream/coleccindedocum17medigoog#page/n223/mode/2up

[51] BOSSERT, Federico. Los chiriguano y el Tucumán colonial: una vieja polémica. *Revista Andina* 47: 151-184, 2008 p. 175.

[52] FERNANDEZ DE OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo. *Historia general y natural de las Indias, islas y Tierra-Firme del mar oceano*. Tomo Primeiro da Segunda Parte**.** Edit. D. Jose Amador de Los Rios. MADRID: Real Academia de la Historia, 1852. Libro XXXIII, Cap. XVI, p. 208. Disponível em: http://books.google.com.br/

E, finalmente, um último indício de que entre Chile e Chiriguana havia alguma estranha concordância é o memorial de Jayme Rasquín, datado em 1557. Esse documento é o primeiro, de origem rioplatense, a se referir aos guarani falantes da cordilheira com um etnônimo de procedência andina. Esse não seria um dado importante se esse novo nome não tivesse uma pequena corruptela que pode ser algo mais que um simples acaso. Ao descrever as províncias do Paraguai e Peru, Rasquín diz que: "y enmedio de destas dos províncias [Las Charcas e Pothosy] estan unos yndios que **en la prouinçia del Peru los llaman chiliguanas** y en nuestra prouinçia los llaman guaranis;"[53]. O que a princípio parece um lapso casual, uma simples troca fonética, pode ser um sintoma de que em 1557, quando o povoamento colonial do entorno da cordilheira chiriguana mal havia iniciado, para algumas pessoas ou instâncias político-administrativas do Peru, Chile e Chiriguana significava uma mesma realidade.

Conclusão

Para por termo aos dados aqui arrolados cabem algumas considerações. Uma delas diz respeito aos autores, que propuseram explicações para o significado dos nomes, e ao lugar donde falavam. Os cronistas do Rio da Prata quinhentista, que de fato atuaram entre as diversas etnias guarani falantes, não se pronunciaram sobre os significados dos nomes. A começar pela carta de Luíz Ramirez – o primeiro documento a registrar o nome *guarenies* e a elaborar uma descrição etnológica sumária desse grupo – passando pelas crônicas de Schmidel e Cabeza de Vaca – as mais célebres narrativas da era da conquista do Rio da Prata – e pelas cartas-relatórios de Irala, em nenhum desses autores há um discurso especulativo em torno dos conteúdos etimológicos dos nomes étnicos.

Todavia, a partir de 1570, quando tanto no Paraguai quanto na *Cordillera Chiriguana* eclodiriam levantes armados[54] de etnias guarani, a associação direta ou indireta dos nomes com uma suposta índole brutal e guerreira tornou-

[53] RASQUÍN, Jaime. [1557] "Petición de Jaime de Rasquín" in Catherine Julien: *Desde el Oriente. Documentos para la historia del Oriente boliviano y Santa Cruz la Vieja (1542-1597).* Santa Cruz: fondo editorial municipal, doc. 8 p. 41-44, 2008, p. 43

[54] Entre as referências historiográficas para o estudo dos levantes guarani contra instituições coloniais no Paraguai e na *Cordillera Chiriguana* vale destacar: RÍPODAS ARDANAZ, Daisy. Movimientos shamánicos de liberación entre los Guaraníes (1545-1660). *Apartado de Teologia*, XXIV(50), 1987, p. 245-275; NECKER, Louis. *Indios Guaraníes y chamanes franciscanos: las primeras reducciones del Paraguay (1580-1800).* Asunción: Centro de Estudios Antropológicos/Universidad Católica, 1990 e MELIÁ, B. *El Guarani conquistado y reducido. Ensayos de etnohistoria*. 3.ed. Asunción: Ceaduc, 1993.

-se recorrente. Lorenzo Suares de Figueroa foi governador de Santa Cruz de la Sierra, na década de 1580 quando, entre colonos e guarani falantes, as tensões eram culminantes. É dele a explicação sumária que pretende dar conta de todos os nomes correntes e seus significados[55].

Martín del Barco Centenera chegou ao Paraguai em 1573 e por dois anos atuou como capelão de tropas que partiam para novas conquistas. Em seguida estabeleceu-se em Chuquisaca e Cochabamba, contiguo aos *chiriguanaes*, que no ano de 1574 venceram a expedição militar do vice-rei Francisco de Toledo. Seu poema, publicado em 1602, imputa aos guarani, em geral, todos os adjetivos que comumente os conquistadores aplicam aos indígenas que desafiam a força e os métodos coloniais. Para esse poeta os povos guarani não representam qualquer contribuição positiva à formação da "Argentina", pelo contrário, são os bárbaros sanguinários a serem subjugados pelas nobres armas da Espanha.

Os significados dos nomes que Barco Centenera forjou para *guarani* e *cario* refletem essas premissas. A perspectiva andina também aparece na *Relación* que o padre *Diego Felipe de Alcaya* ouviu do seu pai. Num e noutro caso, vale observar, o interesse pelo significado do nome surge após 1560, período em que as tensões entre colonos e guarani se agravaram. Um e outro tiveram o universo andino como centro de atuação colonial. Em seus textos o eurocentrismo associado ao incacentrismo reduziu os grupos das terras baixas a meros bárbaros a serem civilizados e colonizados, de uma forma ou de outra.

Em comparação às especulações historiográficas, nas fontes coloniais os significados são mais categóricos do que sugestivos. A linguagem colonial não é especulativa, que busca se aproximar e desvendar os significados. Os três escritores andinos (Barco Centenera, Alcaya e Suárez de Figueroa) tomaram os nomes próprios como portadores de sentidos precisos, pré-exitentes. Para eles, os nomes não são um meio para avizinhar as pessoas dos seres nomeados, para procurar um sentido para o que pretendem nomear, "mas revelam o que já é conhecido e está pronto para ser comunicado"[56]. A mensagem do poeta Arnaldo

---

[55] "El propio nombre de esta generación es ***Cario***, de donde se diriva el nombre que tienen, ***Caribes***, que quiere decir 'comedores de carne humana'. Llámanse también ***Guaranís*** y ***Guarayus***, que quiere decir 'gente de guerra'. También les llaman ***Chiriguanaes***, corrompido el vocablo, *el* cual se diriva de *Chiriones*, que quiere decir 'mestizos, hijos dellos e de indias de otras naciones'. SUÁREZ DE FIGUEROA, Lorenzo. [1586] "Relación de la ciudad de Santa Cruz de la Sierra". In: Marco Jiménez de la Espada: *Relaciones geográficas de Indias: Relaciones Geográficas del Peru*. Tomo II. Madrid: Biblioteca de autores españoles, 1965, t. 1: 404.

[56] BARBOSA, Carlos Alberto. Ética e linguagem a partir de alguns fragmentos de Theodor W. Adorno. *EccoS Rev. Cient., UNINOVE*, São Paulo: (v.2 n.1): p. 51.

Antunes, que nos brindou com a instigante epígrafe que abre este trabalho, era desconhecida por esses autores.

Já os historiadores analisados são mais propositivos na medida em que empreendem uma busca pelo sentido e, nesse movimento, ponderam antigas explicações, propõem novas possibilidades e reavaliam criticamente acepções que, no decorrer do tempo se revelam frágeis. Ainda assim, o interesse pelo conteúdo dos nomes próprios continua em alta. Acompanhar o contexto histórico, a perspectiva dos autores proponentes, a articulação interdisciplinar dos dados lingüísticos e etnológicos que são arrolados para fundamentar esse ou aquele significado, é um exercício envolvente e rico em historicidade na medida em que aporta conteúdos sobre a representação dos povos indígenas ao longo dos séculos.

Os forais na estrutura do direito medieval português, nos séculos XII e XIII

Paulo André Leira Parente

A compreensão da dimensão urbana da sociedade medieval, destacadamente a portuguesa, oferece ao historiador a possibilidade de estudo da formação do poder institucional em suas várias manifestações. Destacadamente no âmbito da institucionalização de um ordenamento jurídico que expressava as várias competências do poder conforme sua distribuição social. A partir de meados do século XI, estendendo-se até o final do século XIII e princípios do século XIV, surgiram novas instâncias de poder político e jurídico que expressaram justamente as novas hierarquias sociais organizadas no âmbito do fortalecimento político e econômico das cidades medievais. Estas transformações propiciaram o movimento de institucionalização da cidade medieval que a distingüiu das cidades antigas, do "vicus" da alta idade média ou do "castrum" muitas vezes agregador das populações que lhe circundavam.

O movimento de intitucionalização da cidade medieval pode ser observado de forma privilegiado pelo historiador, conforme compreendemos, na formulação de suas instituições jurídicas, específicas deste período. Através do ordenamento institucional podemos resgatar na compreensão histórica a maneira como a nova dinâmica sócio-econômica se manifestou frente aos eixos de poder constituídos anteriormente. Ou seja, como os novos grupos sociais se relacionaram na construção de seu espaço de poder institucional frente aos senhorio, eventualmente feudal, e, simultaneamente, frente ao poder realengo e seus monopólios.

Nesta problemática de estudo destacamos o valor das cartas de liberdades dadas pelos reis medievais em diversas regiões da Europa medieval, principalmente na Inglaterra, no centro e norte da França e na península ibérica. Em que pese sua estrutura jurídica, tais cartas de liberdades não eram necessariamente iguais entre si, mas sim, manifestaram relações complexas

de poder entre os reis e suas gentes que variaram conforme as especificidades das áreas sociais nas quais foram distribuídas.

Em que pese o poder real e seus interesses no domínio de suas gentes no Portugal medieval, identificamos uma relativa variedade de forais que expresseram no tempo e no espaço as diferentes relações sociais e as distinções econômicas entre as regiões do norte, o Minho principalmente, a área da Guarda e a Extremadura. Estas variações manifestadas através dos forais permitem relacionar, também, seus objetivos no contexto de umahistória social das intituições do poder realengo, senhorial e urbano. Assim, compreendemos os forais medievais portugueses dados entre os séculos XII e XIII, como documentos históricos primordiais para a análise da cidade medieval portuguesa. De outra forma, a partir de uma observação espacial mais ampla, seus similares franceses, ingleses, alemães e italianos, dentre outros, que expressaram as articulações do poder e das instituições medievais urbanas construindo a singularidade da cidade medieval.

Nossa pesquisa destaca a análise das cartas forais medievais portuguesas dadas pelos reis entre os séculos XII e XIII. Nosso corte temporal privilegia os documentos forais de concessões de privilégios urbanos surgidos no contexto de superação do direito consuetudinário, de características germânicas, em prol de uma organização do direito que representasse os novos grupos sociais surgidos com a expansão das áreas urbanas em Portugal.

Frente a variedade da documentação do direito foraleiro destacamos a análise das cartas forais que concediam privilégios diversos e definiam as leis que buscavam regular os comportamentos e as liberdades locais frente ao direito senhorial e consuetudinário. Nesse contexto, identificamos um movimento de institucionalização das áreas urbanas, muitas elevadas a condição de Concelhos, o que corresponde a um novo patamar político-jurídico na organização do reino.

Em virtude da ausência de um ordenamento temático expresso nas cartas forais, analisaremos em nossa pesquisa duas grandes temáticas que se manifestam de forma integrada:

1. as relações entre aqueles que viviam nos Concelhos e a legislação foraleira. Esta, tornava-os iguais em uma condição política e jurídica que lhes concedia uma personalidade própria frente ao poder senhorial;
2. progressivamente, identificamos a superação das penas corporais em prol da instituição de penas pecuniárias que diminuíam o po-

> der senhorial nestas localidades através das leis que organizavam e instituíam as diversas punições válidas nos Concelhos e nas áreas urbanas. Visto que o exercício da aplicação das penas era uma das principais atribuições dos senhores locais, cuja vontade, conforme a força do direito consuetudinário não escrito era percebida como uma das fontes do direito. A competência para punir transferida em diversos casos pelos reis aos Concelhos diminuiu as prerrogativas senhoriais e favoreceu o surgimento de uma nova ordem política e jurídica na quais as cidades se tornaram protagonistas de destaque frente do poder real.

Estes forais expressaram um período de liberdades e autonomia das gentes das áreas urbanas do Portugal medieval, período este circunscrito entre uma época de força do direito consuetudinário e outra de senhorialização fortalecida no processo de centralização monárquica a partir do século XIV. Em nossa perspectiva de análise, o direito foraleiro surgido entre os séculos XII e XIII se caracteriza como um suporte do apogeu da cidade medieval. Potencialmente conflitante, portanto, com o direito senhorial, na medida que se esboçava uma nova geografia do poder, refletida na constituição de uma igualmente nova esfera legal (os forais) e de uma nova esfera jurídica (relações jurídicas definidas em função do meio urbano, como o comércio, por exemplo, ou as mudanças no direito de vizinhança).

O estudo histórico dos forais medievais portugueses permite ao historiador conhecer uma importante estrutura de poder constitutiva da monarquia em sua relação com a sociedade medieval e, também, do "Antigo Regime": a estrutura jurídica. Entendemos o direito como uma estrutura histórica, sendo os forais, percebidos enquanto fontes históricas privilegiadas que permitem ao historiador reconstituir as relações de poder em um âmbito singular da história do direito e das instituições. Os forais podem ser estudados, também, a partir da perspectiva da história social e econômica, da organização do poder local e suas relações com o poder régio tendo em vista a riqueza de informações que contém. Ademais, podem ser estudados também numa "análise interna" do direito que representam, mostrando seus pontos de contato e suas diferenças em relação a outros instrumentos jurídico-legais (direito comum, canônico, real, consuetudinário).

Os forais são documentos jurídicos de característica contratual que também poderiam regular as relações entre os habitantes do Concelho. Os

forais foram produzidos no contexto histórico medieval e do "Antigo Regime" de organização das instituições do poder real frente aos senhorios locais. Os forais surgiram ao final do século XI como um reconhecimento por parte do rei aos costumes da terra. Surgem como direito escrito no âmbito de superação dos direitos consuetudinários locais fundamentados na tradição oral conforme antigas tradições germânicas que sobreviviam na Península Ibérica.

Os forais provêm de uma prática repetida de condutas aceitas localmente por um grupo de iguais em uma mesma comunidade. As reuniões de vizinhos instituíram regras e posturas, válidas na localidade, que passaram a arbitrar conflitos e definir comportamentos.

É na organização sócio-econômica de vilas e comunidades urbanas, entre as culturas de tradição visigótica e moura que identificamos o surgimento dos forais. Tais vilas se organizaram com um singular grau de liberdade. Constituíram juízes e árbitros locais que reconheceram os costumes vigentes e utilizaram os forais como suporte para a arbitragem e como documentos válidos para relacionar precedentes vinculativos de julgamentos.

O direito foraleiro se manifestou na Península Ibérica medieval através dos forais e dos ***Fueros***; na França, através das ***Disposições Comunais***; na Inglaterra, através das ***Cartas de Liberdades*** políticas e estatutos comerciais de diversas cidades, dentre as quais destacamos York e Londres; na Itália, através das ***constituições*** das Repúblicas.

Na Europa da baixa idade média a organização do direito foraleiro corresponde a um movimento de organização institucional e legal de diversos grupos sociais urbanos em sua relação com monarcas que superavam o modelo de organização política germânica familiar e tribal. Dentre estes grupos sociais destacamos aqueles que mais contribuíram para a difusão do direito foraleiro: as corporações de mercadores e de ofícios obreiros.

No Portugal medieval os forais também contemplaram interesses desses grupos sócio-econômicos, definindo privilégios de comunidades, mercadores e obreiros frente ao poder senhorial. No entanto, contemplaram diversos outros interesses que convergiam para uma organização mais ampla do poder, das práticas econômicas, das instituições jurídicas e políticas.

Os forais não podem ser tratados apenas como documentos políticos fundadores de liberdades representativas, como encontramos em algumas Disposições Comunais. Muitos forais são fundadores de Concelhos na idade média portuguesa, entretanto, nem todos os Concelhos medievais portugue-

ses foram contemplados com forais. Alguns Concelhos medievais dotados de forais, inclusivamente, involuíram e não sobreviveram a reforma do direito português medieval promovida nas Ordenações Manuelinas.

As cartas de privilégios fixaram localmente diversos aspectos de ordenamento do direito público e do direito privado. Ou seja, na Península Ibérica os forais eram mais do que cartas de liberdades comerciais, pois instituíram um ordenamento legal que organizava as relações entre os diversos grupos sociais a partir de privilégios, liberdades, posse de terras, monopólios, relações comerciais (direito mercantil), relações entre iguais dos Concelhos (direito civil) e punições diversas (direito penal).

O direito foraleiro declina em Portugal a partir da ascensão da dinastia de Avis. A organização da representação das gentes do reino frente ao rei através da reunião das Cortes diminuiu a importância dos forais. Estes, não desapareceram de todo visto que alguns Concelhos ainda atualizaram seus forais até o século XVIII, através de uma homologação real, como por exemplo o Concelho da cidade do Porto. Entretanto, a partir da organização jurídica e político-institucional senhorial implantada pela dinastia de Avis, os forais perdem sua característica jurídica e política medieval.

Em Portugal, considerando os forais dados pelos reis entre o final do século XI e o século XIII – quando ocorre à recepção do direito romano em substituição a influência do direito comum -, podemos classificar tais documentos em três grandes tipos característicos:

1. Os forais de concessões locais dadas aos particulares pelo rei no qual vilas rústicas, casais, quintãs, agros ou vilares, eram elevadas à condição de Concelhos, em torno do qual se organizavam os poderes locais com o aval do rei.
2. Os forais que organizavam o povoamento de terras conquistadas conforme o avanço sobre territórios nas regiões centrais e ao sul, até então controladas pelos mouros. Estes forais afirmavam a autoridade do rei sobre estas terras e promoviam a organização política e econômica destas regiões recém incorporadas à monarquia. Poderiam ser dados também a fidalgos, origem dos forais "modernos" das capitanias do Atlântico e do Brasil.
3. Os forais de concessões diversas a Igreja, destacadamente as ordens religiosas. Estas concessões reforçavam os vínculos recíprocos entre o rei e as igrejas, particulares inclusive, estabelecendo privilégios de

posse de terras, concessões de exploração, monopólios econômicos, privilégios de capelas e padroados, etc.

Nos forais encontramos normas diversas que organizavam atividades e disposições locais conforme os interesses do rei e das populações locais que os haviam solicitado. Inclusive frente aos senhores laicos e eclesiásticos que muitas vezes participavam de concessões de privilégios, exploração de monopólios que eram entregues a igreja secular, as igrejas particulares e as ordens regulares.

A difusão dos Concelhos favorecia o povoamento do reino e permitia uma defesa das terras e das gentes mais eficaz. Em diversos casos em áreas de fronteira os forais instituíam milícias, sob a autoridade dos Concelhos, encarregadas da proteção local. Estes Concelhos, por sua vez, estavam encarregados dos custos gerados, tais como: o pagamento da cavalaria vilã, dos peões e demais encargos decorrentes dos serviços militares.

Os forais também determinavam obrigações fiscais, fixavam gentes de passagem pelas terras do rei (obreiros de ofícios, mercadores, etc.), organizavam o comércio, a exploração agrícola e pastoril das terras, normatizava os pesos e medidas, determinavam a cobrança de impostos e portagens, dentre outras formas de organização. Além disso, instituíram leis e normas que buscavam regular as relações entre os iguais juramentados nos Concelhos (direito civil) regras de conduta e proibições de determinadas ações que envolviam pessoas e patrimônio, punindo os crimes entre os habitantes e eventualmente forasteiros das áreas concelhias (Direito Penal). Os Concelhos manifestavam seu poder através das Casas de Audiências, a forca e o Pelourinho.

Em diversos casos os forais, constituídos como fontes do direito escrito, superavam os costumes locais expressos conforme o direito consuetudinário ou o direito comum adotado anteriormente a formação dos Concelhos. Identificamos este aspecto nos institutos jurídicos penais relativos ao adultério, roubo, homicídio, violências diversas, proteção ao corpo – destacadamente de mulheres e crianças -, etc.

Dessa forma, os forais garantiam direitos que amparavam os Concelhos e suas gentes frente ao poder dos senhores locais. Os forais organizavam as atividades judiciárias com a indicação de juízes, oficiais e encarregados judiciais. Determinavam seus ganhos a partir de retiradas nas penas aplicadas, forçando uma evolução para as penas pecuniárias observadas comumente nos

forais. Entretanto, a justiça real estava acima da magistratura local e julgava em última instância.

Até a ascensão da dinastia de Avis e seu movimento institucional de senhorialização, os forais concederam diversas liberdades as comunidades locais que afirmavam seu espaço de poder frente a nobreza da terra e confirmavam sua fidelidade frente ao rei. Ao mesmo tempo, a organização judiciária dada através dos forais confrontava o poder senhorial e seu monopólio no exercício da justiça. Este aspecto se encontra na raiz de diversos conflitos entre os Concelhos e a nobreza. Como forma de contornar o problema, o rei passou a indicar um lugar-tenente, geralmente um Rico-Homem, que o representava nos Concelhos.

Identificamos duas grandes tendências na distribuição do direito foraleiro em Portugal no período por nós demarcado:

1. As terras onde o poder real havia se consolidado anteriormente a reconquista, nas quais os privilégios garantidos pelos forais são apropriados pelos senhores, a partir da organização de poder dos Castelos, ocorrendo uma transferência do poder real para o poder senhorial. Nessas terras identificamos uma tendência à vitaliciedade dos privilégios e honras em uma mesma família ao longo de gerações. Localizamos geograficamente estas características na região de Entre Douro e Minho.
2. As terras onde os forais determinavam o exercício de privilégios temporários, o que provocou uma mudança mais rápida na ocupação das tenências e funções dadas pelo rei. Identificamos nesse caso as áreas do Sul, Alentejo e Algarve.

A partir da prática dos Concelhos de buscarem normas em forais anteriores que lhes pareciam adequados, identificamos duas grandes redes de influências no direito foraleiro português entre os séculos XI e XIII:

1. A partir do Foral da Guarda, 1199: encontramos uma rede de forais que se estende pelas regiões de Trás-os-Montes e Serra da Estrela cuja característica principal é a preocupação com o povoamento e a proteção. O Foral da Guarda, dado por D. Sancho I, recebeu fortes influências do Foral de Salamanca.
2. A partir do Foral de Santarém / Coimbra, 1111: encontramos outra rede de forais que concedem diversos direitos locais e comerciais. Esta rede se estende a partir de uma subdivisão. Em um prolonga-

mento maior encontramos as regiões da Serra, Beira Baixa, o litoral da Beira e a fronteira com a Extremadura. Em um prolongamento menor encontramos a rede de forais que liga os Concelhos do Minho, entre eles Viana do Castelo.

3. Assim, pretendemos compreender o significado do direito foraleiro na regulação de conflitos e no estabelecimento de obrigações e relações sociais em um novo contexto histórico que apresenta a urbanização e a expansão da sociedade portuguesa nesse período.

A pesquisa se enquadra no estudo histórico das instituições e do poder, compreendendo suas manifestações através da difusão da legalidade e das instituições do direito civil e penal. A nova importância concedida aos estudos no campo da História do Direito e das Instituições Sociais justifica o aprofundamento dos estudos históricos na compreensão de tais aspectos na sociedade medieval. Nossa pesquisa busca contribuir historiograficamente para o aprofundamento dos estudos da história social do direito medieval português. O estudo histórico dos forais medievais portugueses ainda demanda um aprofundamento da compreensão de suas estruturas sociais e de poder. trata-se de relacionar o ordenamento jurídico e institucional com a prática do poder social do rei frente a cidade medieval, suas recpção e apropriação.

Nossa pesquisa propõe compreender o documento de natureza jurídica (os forais) com características contratuais em seu contexto histórico, destacadamente político e social. Trata-se de historicizar uma relação jurídica ocorrida entre o Rei e suas gentes, em um espaço-tempo histórico: a idade média portuguesa entre os séculos XII e XIII. Os forais permitem-nos analisar um conjunto de relações de poder que ligam o Rei a suas gentes, em espaços e condições diversas de seu reino. Apresentam uma relação hierárquica transversal e direta que revela aspectos do poder em sua difusão com a base social do reino, conforme observamos nos forais de concessões e povoamento.

Optamos pelo estudo da formação de redes de poder que ligam instituições, que se apresentam em suas diversas matrizes (jurídicas, sociais, políticas, etc.), conforme proposto por Juan Castellano. O que permite compreendermos o perfil institucional da monarquia portuguesa medieval a partir de sua capacidade de mediação social e distribuição de justiça. Apontamos assim, conforme sugerido por Castellano, para uma nova compreensão do poder institucional, cuja dimensão reside em um diálogo de poder que através da

intermediação legal (os forais) aproxima extremos das instâncias do poder, ou seja, o Rei e suas gentes.

Note-se que a partir de D. João I os forais dados pelo reis de Portugal, classificados como "imperfeitos" por Alexandre Herculano, rompem com esta tradição. O Rei passa a conceder principalmente forais imperfeitos, cujos privilégios são bastante reduzidos quando comparados com o período anterior. A senhorialização avança sobre as instituições de poder, o direito e as Cortes. Anula-se o equilíbrio alcançado anteriormente, instituindo-se progressivamente a centralização monárquica em Portugal.

O estudo da organização institucional das cidades medievais portuguesas, através de seus documentos originários (os forais), possibilita compreendermos as mediações de poder e suas manifestações na organização do direito (civil e penal). A distribuição e concessão da justiça através dos forais fundam um novo patamar político-institucional no Reino: o ***"país legal"***, conforme a definição de Bernard Guenée. O Rei e suas gentes buscam a concórdia, segundo a conceituação de Kantorovicz, criando um princípio de convergência do poder entre duas forças conflitantes, mas nem sempre antagônicas: a autonomia urbana e a centralização monárquica.

Como suportes metodológicos da pesquisa utilizaremos a concepção monárquica do poder em suas instâncias privilegiadas na Idade Média, conforme identificadas por Kantorovicz: os dois corpos do rei manifestados nas funções da justiça e da guerra. A definição do conceito de ***"país legal"*** feita pro Bernard Guenée, permite analisarmos as relações de poder que criaram um novo patamar legal e institucional na monarquia medieval portuguesa, entre os séculos XII e XIII.

Assim, metodologicamente criamos uma relação histórica entre dois eixos do poder medieval – o Rei e a Cidade – que em sua atuação produziu conflitos e convergências, cuja manifestação pode ser apreendida através das cartas forais do direito medieval português. Assim, nossas hipóteses são:

1. Os forais portugueses medievais, dados entre os séculos XII e XIII, expressaram a organização de uma estrutura de poder jurídico-institucional que permitiu a superação das formas jurídicas fundadas no direito consuetudinário nos direito comum, fazendo surgir um novo conjunto (paradigma) legal no qual identificamos o direito civil e o direito penal.

2. A organização de uma rede social de poder jurídico-político, dentre outros aspectos, cujos eixos se encontravam na realeza e nas áreas urbanas, destacadamente nos Concelhos, aponta para uma harmonização de conflitos e a convergência do equilíbrio de poder entre o Rei e a Cidade medieval que encontra nos direitos civil e penal um instrumento de autonomia frente ao poder senhorial.

Nossos objetivos são:

1. Relacionar os forais portugueses, dados nos séculos XII e XIII, com o movimento de institucionalização político-jurídica das áreas urbanas e dos Concelhos na Idade Média Portuguesa, a partir da formação de duas grandes redes do direito foraleiro: Minho, Santarém e Guarda.
2. Identificar e caracterizar os institutos sociais do direito civil constitutivos das liberdades políticas das cidades medievais presentes nos forais portugueses dos séculos XII e XIII, em sua relação de conflito e convergência entre dois eixos do poder medieval: o Rei e a Cidade.
3. Identificar e caracterizar os institutos do direito penal presentes nos forais portugueses dos séculos XII e XIII em sua relação com a transição entre o direito consuetudinário de tradição germânica e a recepção do direito romano em Portugal.

A pesquisa e recolha das fontes históricas e jurídicas se realiza no Real Gabinete Português de Leitura, RJ, nos arquivos de diversos Concelhos Portugueses e através de colaboração do Pesquisador/Historiador Dr. Agostinho Mendes, pós-graduando em História da Universidade de Coimbra, vinculado ao Centro de História da Sociedade e da Cultura, com o qual atuo na condição de colaborador.

Bibliografia

ANZOATEGUI, Victor Tau. Nuevos Horizontes em el Estúdio Histórico del Derecho Indiano. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1997.

AZEVEDO, João Lúcio de. Épocas de Portugal Econômico: esboços de história. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1978.

BERMAN, Harold. La Formación de la Tradición Jurídica de Ocidente. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

BONNASSIE, Pierre, BISSON, Thomas, PASTOR, Reyna y otros. Estructuras Feudales y el Feudalismo em el Mundo Mediterrâneo. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

CAETANO, Marcelo. História do Direito Português (séculos XII – XVI) seguida de Subsídios Para a História das Fontes do Direito em Portugal no século XVI. Lisboa: Editorial Verbo, 2000.

CANNINGHAM, C. von. Uma Introdução Histórica ao Direito Civil. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CARVALHO, Sérgio Luis de. Cidades Medievais Portuguesas: uma introdução ao seu estudo. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

CASTELLANO, Juan Luis, DEDIEU, Jean Pierre y CORTEZO, Maria Victoria López-Cordón (Eds.). La Pluma, la Mitra y la Espada. Estúdios de Historia Institucional em la Edad Moderna. Madrid-Barcelona: Universidade de Burdeos, Marcial Pons, 2000.

CLAVERO, Bartolomé. Instituciones Histórica del Derecho. Madrid: Marcial Pons, 1992.

DUBY, George. A Sociedade Cavaleiresca. SãoPaulo: Martins Fontes, 1989.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Formação do Estado e Civilização. Volume 2. Rio de janeiro: jorge Zahar Editor, 1993.

ESCUDERO, José Antonio. Historia del Derecho: historiografia y problemas. Madrid: Universidad de Madrid, 1988.

GILISSEN, John. Introdução Histórica ao Direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

GUENÉE, Bernard. O Ocidente nos Séculos XIV e XV – Os Estados. São Paulo: Pioneira – Edusp, 1981.

GROSSI, Paolo. Mitologias Jurídicas da Modernidade. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

HALPHEN, Louis. L'Essor de l'Europe (XIe. – XIIIe. Siècles). Paris: Librairie Félix Alcan, 1932.

HESPANHA, António Manuel. Panorama da Cultura Jurídica Européia. Lisboa: Publicações Europa – América, 1997.

HOMEM, Armanod Luís de Carvalho. Portugal nos Finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade e Política. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

KANTOROWICZ, Ernst. Os Dois Corpos do Rei. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

KULA, Witold. Teoria Económica do Sistema Feudal. Lisboa: Editorial Presença / Martins Fontes, s.d.

LEGOFF, Jacques. A Civilização do Ocidente Medieval. Lisboa: Editorial Estampa, 2 Volumes, 1995.

_____ - O Apogeu da Cidade Medieval. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____ - Por Amor as Cidades. São Paulo Unesp, 1998.

MARIANI, Riccardo. A Cidade Moderna Entre a História e a Cultura. São Paulo:

Nobel: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1986.

MARQUES, A. H. de Oliveira. As Cidades Portuguesas nos Finais da Idade Média. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

MATTOSO, José. Portugal Medieval: novas interpretações. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992.

_____ - A História de Portugal. A Monarquia Feudal. Volume dois. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MOLLAT, Michel. Os Pobres na Idade Média. Rio de janeiro: Campus, 1989.

MONTEIRO, João Gouveia. Lições de História da Idade Média, séculos XI ao XV. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.

MUMFORD, Lewis. A Cidade na História. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PIRENNE, Henri. As Cidades da Idade Média. Lisboa: Publicações Europa-América, 1077.

QUILLET, Jeannine. Les Clefs du Pouvoir ao Moyen Age. Paris: Flamarion, 1972.

SALGUEIRO, Teresa Barata. A Cidade em Portugal: uma geografia urbana. Porto: Afrontamento, 1999.

SARAIVA, José Hermano. História Concisa de Portugal. Lisboa: Publicações Europa-América, 1981.

SILVA, Nuno Espinosa Gomes da. História do Direito Português. Fontes de Direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

STEPHENSON, Carl. Mediaeval Institutions: Selected Essays. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1954.

WEBER, Max. Metodologia das Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Camoinas, 1992.

WOLFF, Philippe. Outono d Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos? Sõ Paulo: martins Fontes, 1988.

O passado nos filmes de autoria feminina do período de transição democrática (Argentina e Brasil – anos 1980)[1]

Alcilene Cavalcante[2]

Introdução

História e cinema. A aproximação e o distanciamento entre essas duas áreas de saber têm se tornado objeto de reflexão de diferentes autores, em diversos países, nas últimas décadas, entre os quais historiadores e especialistas em cinema.

Embora não seja nossa pretensão, neste texto, sistematizar os apontamentos sobre essa questão, saliente-se que dos estudos de Marc Ferro, Pierre Sorlin, Rosenstone e Lagny – para citar apenas alguns autores estrangeiros, que abordam a relação entre a História e o Cinema – sobressaem duas questões centrais: a primeira, refere-se à maneira como historiadores abordam o objeto-fílmico – se consideram em suas análises a linguagem específica do cinema ou não; a outra, se o filme, em destaque o filme histórico, é capaz de "plasmar a história em tela", ou seja: debate-se o estatuto da abordagem do passado,

[1] Esse texto é a primeira versão de uma pesquisa de pós-doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da UFF, intitulada "A cultura política feminista na cinematografia brasileira de autoria feminina, na década de 1980", financiada pelo CNPQ, sob a supervisão da Profª Rachel Soihet.

[2] Mestra em História (UNICAMP), doutora em Letras: estudos literários (UFMG); Pós-doutoranda em História (UFF)

por conseguinte a abordagem histórica, realizada nos filmes.[3] Tais questões implicam, pois, a utilização do filme como fonte histórica e sua abordagem como "instrumento de reflexão epistemológica"[4]

Todavia, a história e o cinema não constituíram um campo de estudo específico, muito embora haja diversas tendências que tratam dessa relação. É possível destacar ao menos três enfoques diferentes: a história do cinema como atividade artística e industrial; a análise do filme como documento, a partir do qual é possível investigar aspectos culturais e sociais de determinada época; o estudo do meio audiovisual, sujeito às regras dramáticas e de ficção, que permite refletir sobre a relação com o passado.[5]

Acrescente-se que certa abordagem do filme como fonte histórica considera o documento-fílmico como sendo testemunho do presente, do período no qual foi realizado.[6] Isso está diretamente relacionado ao fato de os cineastas encontrarem-se inseridos em determinadas sociedades e épocas, nas quais compartilham valores e "diferentes percepções e apreciações do real", o que exprimem em seus filmes.[7]

Além disso, os cineastas se utilizam de repertórios de representações de sua época para "(re)construir passado, presente, futuro". Por essa razão, Miriam Rossini sublinha que "o modo como uma história é narrada, bem como o ponto de vista do qual parte, podem ser datados, localizados no espaço e no tempo, relacionados com a sociedade que os criou". Reconhece que um cineasta pode "ir além de sua própria época", contudo, seu filme exprimirá seu próprio tempo, "nem que seja para mostrar aquilo que estava latente,

[3] Sobre essas questões, ver: Marc Ferro, *Cinema e História*, São Paulo, Paz e Terra, 1992; Pierre Sorlin, "Indispensáveis e enganosas: as imagens, testemunhas da história", In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 7 nº 13, 1994, p. 81-95; ____, "El cine, reto para el historiado", In: *ISTOR*: publicación trimestral de la División de Historia del Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE) y de Editorial Jus, S.A. de c.v. año v, número 20, Primavera de 2005; Robert Rosenstone, *A história nos filmes, os filmes na história*, São Paulo, Paz e Terra, 2010; Michèle Lagny, *Cine y Historia. Problemas y métodos en la investigación cinematográfica*, Barcelona, Bosch Casa Editorial, 1997; ____,"O cinema como fonte histórica", In:, Jorge Nóvoa et al. (orgs), *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora da UNESP, 2009, pp. 99-132.

[4] LAGNY, Michèle, op. cit, 2009, p. 101.

[5] Robert Rosenstone, *El pasado en imágenes: el desafío del cine a nuestra idea de la historia*, Barcelona, Editorial Ariel, 1997, p.14.

[6] Miriam Rossini,"O lugar do audiovisual no fazer histórico: uma discussão sobre outras possibilidadesdo fazer histórico", In:, Antonio Herculano Lopes et al. (orgs.), *História e Linguagens: texto, imagem oralidade e representação*, Rio de Janeiro, 7Letras, 2006.

[7] Carlos Pernisa JR et al, *Walter Benjamin: imagens*, Rio de Janeiro, Mauad X, 2008.

mas ainda não se percebia claramente.".[8] Em sendo assim, um filme pode ser tomado como "um documento de discussão de uma época".[9]

Neste texto, abordaremos a representação do passado nos filmes *Camila*, da cineasta argentina Maria Luisa Bemberg, estreado nos primeiros dias de 1984, e *Parahyba, mulher macho*, da cineasta brasileira Tizuka Yamazaki, estreado em 1983 – ambos longas-metragens, de ficção, realizados e estreados durante o período de transição democrática na Argentina (1982/1983) e no Brasil (1974-1989), e considerados filmes históricos.[10]

Cabe uma pequena nota sobre a transição democrática. Longe de se pretender detalhar a abordagem sobre o período em questão nos limites deste texto, reiteramos que os processos de redemocratização da Argentina (1982/83) e do Brasil (1974-1989) – como se verifica em análises comparativas – guardam semelhanças e diferenças.[11]

Em linhas gerais, os apontamentos historiográficos sobre a transição democrática não se distanciam em demasia dos modelos de transição formulados no campo da ciência política – úteis para caracterizar esse período nos dois países.[12] Destacam que, no período de transição para a democracia, no Brasil, os militares negociaram a saída do poder político conduzindo um

---

[8] Miriam de Souza Rossini, *As marcas do passado: o filme histórico como efeito do real*, Porto Alegre, 1999. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do IFCH da UFRGS, p 20.

[9] Sobre o filme como documento de uma época, ver: Miriam Rossini. op. cit, 2006, pp.113-120; Maria Helena Capelato, Eduardo Morettin et al. (orgs). *História e Cinema,* São Paulo, Alameda, 2007; Mônica Almeida Kornis, *Cinema, Televisão e História,* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.

[10] A periodização da transição democrática tanto na Argentina como no Brasil varia conforme as orientações teóricas dos autores. Neste texto usamos a periodização apontada por: Boris Fausto, Fernando Devoto, *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002*,. São Paulo, Editora 34, 2005; Alzira Alves Abreu (org.), *A democratização no Brasil: atores e contextos*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006; Marcos Novaro, Vicente Palermo, "A transição para a ordem democrática", In: *A ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática*, Trad. Alexandra de Mello e Silva, São Paulo, EDUSP, 2007, pp. 605-725.

[11] Sobre História comparada, ver: Maria Lígia Prado, "Repensando a história comparada da América Latina", In: Revista de História, 153, nº2, 2005, pp. 11-33.

[12] Não é o propósito nos limites desse texto detalhar as teorias políticas sobre os processos de transição democrática. Todavia, é possível assinalar que o processo de democratização recente desses dois países configuram dois modelos específicos de transição: o do Brasil, denominado "transição pactuada", remete a uma situação em que o posicionamento dos atores políticos é bem definida institucionalmente – tanto a dos militares, quanto da oposição – o que possibilita uma reforma pactuada entre os atores moderados do regime autoritário e aqueles moderados da oposição. A outra forma, implica uma "transição imediata", por meio de processo eleitoral, em função de o regime autoritário ter perdido o poder para determinar as novas regras do jogo, mantendo, contudo, condições suficientes de administrar sua saída – é o caso da Argentina. J. Linz, A. Stepan, A *transição e consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul* , São Paulo, Paz e Terra, 1999, p. 82.

processo de abertura de forma *lenta e gradual* (1974-1989). Já os militares argentinos não se propuseram a conduzir o país para a democracia, ao contrário. Por conseguinte, em decorrência da derrota da guerra das Malvinas e das "extensas revelações dos atentados contra os direitos humanos", entre outros fatores, o regime militar entrou em colapso, havendo eleições para a presidência da República, no final de outubro de 1983.[13]

Todavia, os processos de redemocratização referem-se invariavelmente a um momento histórico de tensão e conflito, em que concorrem de forma acentuada diferentes projetos e arranjos políticos para a reorganização da vida política e social dos países que se encontram em tal cenário. Sobre esse período, uma das questões centrais que se sobressai na literatura, refere-se à discussão pertinente à continuidade ou à ruptura do autoritarismo, das ditaduras recentes, no curso da redemocratização.

Camila: entre o passado e o presente

Maria Luísa Bemberg (1922-1995), quando realizou o filme *Camila*, em 1983, já era uma cineasta de renome na Argentina, tanto por ter colaborado nos roteiros dos filmes *Crônica de una señora*, de Raúl de la Torre, e *Triângulo de Cuatro*, de Fernando Ayala, e efetuado os curtas-metragens *El mundo de la mujer* (1972) e *Juguetes* (1978), como por ter realizado dois outros longas-metragens: *Momentos* (1981) e *Señora de Nadie* (1982).

Além disso, a cineasta pertencia a uma das famílias mais tradicionais e abastadas da sociedade portenha, cuja história remonta ao século XIX, mais precisamente ao final do governo de Juan Manuel Rosas. Através de sua história familiar é possível "*seguirse la trayectoria de la alta burguesia comercial del país, vinculada al desarollo económico, social y político del país*".[14] Ocupar tal lugar social atraía para a filmografia de María Luisa certo olhar enviesado, conforme chamou a atenção Rita de Grandis:

> *Es justamente su pertenencia de clase la que há hecho del reconocimiento de Bemberg en Argentina una variable de lectura cargada de tensiones que hacen que sea dificil, como indica Eduardo Rojas, "mirar una película de Maria Luisa Bemberg en Argentina, desde Argentina, desde su historia", sin que esté teñida de prejuicios, a*

[13] Boris Fausto, Fernando Devoto, *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002),* São Paulo, Editora 34, 2005.

[14] Rita de Grandis, "Introducción: Maria Luisa Bemberg o las trampas de classe", In: *Revista Canadiense de Estudios hiospánicos*, Vol. XXVII, nº 1, otoño, 2002, p.4.

> *favor o en su contra, y que no esté mediada por las vicisitudes políticas, sociales y personales de medio siglo de presencia de la familia Bemberg en la vida publica*.[15]

Nota-se, assim, que a questão da relação entre a vida e a obra permeia a crítica e a própria produção cinematográfica de Bemberg.[16] Tanto é que seu pertencimento à elite econômica argentina rendeu-lhe indagações como, por exemplo, "por que todos seus personagens integravam as classes altas". Ao que a cineasta respondeu que: "*elegia y hacia lo que conocía muy bien y respetaba demasiado a las clases campesinas y obrera como para atreverse a improvisar sobre ellas*".[17]

Outra questão que perpassa a produção fílmica dessa cineasta diz respeito à abordagem da questão feminina em perspectiva crítica e em diálogo com o movimento feminista da época, a ponto de sua cinematografia ser caracterizada, igualmente, como feminista.[18]

Bemberg já se encontrava divorciada, tendo filhos adultos e sendo avó, quando passou a realizar filmes por meio dos quais problematizou a condição feminina: *Momentos* e *Señora de nadie* "*se centraban en la disfuncionalidad del matrimonio limitado por las reglas de género tradicionales y la doble moral*". Do mesmo modo, os curtas-metragens mostram a situação da mulher: *El mundo de la Mujer* "*documenta la exposición Femimundo en la Sociedad Rural de Palermo*", na qual questões pertinentes ao universo tradicional feminino são exploradas. Já em *Juguetes* "*analiza los roles de género implicitos en los juegos para niños*".[19]

---

[15] Idem.

[16] Fontana assinala que o sobrenome Bemberg está associado "as piores épocas da repressão conservadora". Tal associação, por si, justifica o interesse em analisar o que filmou María Luisa e como sua filmografia, em especial *Camila* – seu primeiro filme do período da transição democrática – dialogou com as questões provenientes da ditadura militar (FONTANA, 1993, citado por: Jorge Ruffinelli, "Maria Luisa Bemberg y el principio de la trangresión", In: *Revista Canadiense de Estudios hiospánicos*, Vol. XXVII, nº 1, otoño, 2002, p. 16.

[17] Jorge Ruffinelli, op. cit, p. 5. Não é o propósito problematizar no limite desse texto a relação entre vida e obra, tampouco observar como a crítica se posicionou, nessa chave, em relação às cinematografia de autoria masculina, para estabelecer contraponto. Interessa-nos apenas salientar que essa é uma marca importante das análises sobre a produção de Bemberg.

[18] O estudo de *Camila* e sua relação com os movimentos de mulheres e feminista na Argentina é matéria de outro artigo de minha autoria que se encontra no prelo. Sobre essa relação, ver: Estela Erausquin,"María Luisa Bemberg's Revolt", In: *Revista Canadiense de Estudios hiospánicos*, Vol. XXVII, nº 1, otoño, 2002, pp.45-58; Jorge Ruffinelli, op. cit., pp.15-44; Jessica Stites Mor, "Transgresión y responsabilidad: desplazamiento de los discursos feministas em cineastas argentinas desde Maria Luisa Bemberg hasta Lucrecia Martel", In: Viviana Rangil (Ed), *El cine argentino de hoy: entre El arte y la politica,* Buenos Aires, Biblos, 2007, pp. 137-156.

[19] Jessica Stites Mor, op. cit., pp. 141/142.

A mesma perspectiva verifica-se no filme *Camila*. A produtora Lita Stantic, que se associou profissionalmente à cineasta, no início dos anos de 1980, formando com ela uma parceria profissional bastante profícua, assinalou, no entanto, que nessa película se atenuou o discurso feminista. Além disso, acrescentou:

> *La primera película de María Luisa fue muy vista, y esse éxito le dio una cierta seguridad para encarar una nueva película, con un libro que había escrito antes de Momentos, Señora de nadie. Después llegó Camila, que por ser idea mía se concibió un poco como una película casi desde la producción, pero naturalmente con el sello de María Luisa*.[20]

Camila traz para a tela a história verídica de relação amorosa ocorrida no final da primeira metade do século XIX, na Argentina. Trata-se de uma história de amor proibido entre uma jovem da oligarquia portenha Camila O´Gorman (interpretada por Susú Pecoraro) e o jovem padre de Tucuman, Ladislao Gutiérrez (interpretado pelo espanhol Imanol Arias), durante a ditadura dos governos de Juan Manuel de Rosas (1829-1852).[21]

Nesse filme de Bemberg, aprofunda-se certa perspectiva já desenvolvida em seus trabalhos anteriores, relativa ao fracasso da união amorosa. Entretanto, dessa vez, trata-se da história "*de una transgresión más audaz y dramática*. (...) *Ahora era el amor pasional que ofendia al mismo tiempo a la sociedad y a la Iglesia, un hecho real que desató un escándalo y que probablemente coadyuvó a la caída de una cruel dictadura*".[22]

Como qualquer história romântica de amor, o final é trágico. Os jovens enamorados resolvem fugir para um lugar ermo da Argentina, onde se tornam clandestinos e forjam novas identidades, inclusive nomes e ofícios – abrem uma escola onde se tornam professores. O clímax implica cenas da perseguição e do aprisionamento do jovem casal; em seguida, cria-se o ambiente claustrofóbico e sinistro dos cárceres – referência inevitável ao período de ditadura recente na Argentina.

Embora a trama tenha como pano de fundo a disputa entre os federalistas e unitários, a diferenças entre as práticas atribuídas às duas principais tendências políticas do período de Rosas, principalmente no que se refere aos

[20] Evelia Romano, "Mujer que sabe de cine: entrevista a Lita Stantic", In: *Revista Canadiense de Estudios hiospánicos*,Vol. XXVII, nº 1, otoño, 2002, p. 210.

[21] Sobre os governos de Juan Manuel Rosas, ver: Túlio Halperin Donghi. *Historia Argentina 3: de la revolución de independencia a la confederación rosista,* Buenos Aires, Paidós, 2010.

[22] Jorge Ruffinelli, op. cit., 2002, p.24.

valores de tolerância e elaboração de consenso, não apresentam distanciamentos significativos no filme. Nele, desvelam aspectos da máquina truculenta e repressora do governo ditatorial do federalista Manuel Rosas, que obtinha beneplácito da hierarquia eclesiástica.

Um dos pontos de tensão se instala no desfecho que resulta no fuzilamento de Ladislao e Camila, após outras cenas, nas quais Camila, aprisionada na cela, descobre-se grávida. A notícia da gravidez permite ao advogado de defesa do casal interpor recurso às autoridades, a fim de impedir a sentença de morte, ao menos para a protagonista, uma vez que a legislação vigente e os ditames da igreja católica estabeleciam impedimento de morte para *mujeres embarazadas*, no caso para defender a vida do ventre.

Assiste-se, entretanto, à contradição, à arbitrariedade do regime político, à falta de proteção dos supostos réus e o fuzilamento da gestante Camila e do enamorado Ladislao – colocados, depois de mortos, em fossa comum.

Essa história de amor atravessa o tempo na Argentina. Já em 26 de agosto de 1849, Domingo Sarmiento escreveu e publicou uma crônica intitulada *Camila O'Gorman*, onde considerou a sentença de morte do casal Camila e Ladislao como sendo um crime perpetrado pelo Governo. Segundo ele, acabara de receber um pequeno opúsculo intitulado:

> *"Asesinato de Camila O'Gorman", en el cual se contiene la relación de um hecho acontecido em Buenos Aires hace pocos meses y que há engrosado la lista de los grandes crímenes de que la prensa da cuenta com frecuencia*.[23]

No filme de Bemberg há, contudo, uma cena em que a mãe de Camila, Joaquina O'Gorman (interpretada por Elena Tasisto) pede ao esposo, Adolfo O'Gorman (interpretado por Héctor Alterio), para interceder a favor da filha, no momento em que ela foi presa e seria condenada à execução capital. Frente à recusa do pai, Joaquina O'Gorman diz que ninguém se importa com sua filha. O governo de Rosas só quer saber de poder, a igreja em preservar seus interesses e os unitários – aos quais Sarmiento é associado –, em derrubar o governo. Para tanto, esses últimos utilizam-se do caso de Camila e Ladislao para afrontar o governo.

Voltando a referida crônica, Sarmiento é enfático quanto ao repúdio à ditadura de Rosas. O fragmento abaixo, apesar de extenso, ilustra a perspicácia do autor quanto aos *efeitos do horror*. Aponta, por exemplo, o imobilismo que o regime causava na sociedade portenha, conforme segue abaixo:

[23] Domingo Sarmiento, *La epoca de Rosa,. Buenos Aires,* Editora Tor, s/d, p, 106/107.

> El extranjero que visita aquella ciudad, el europeo que desembarca, el negociante que especula, todos están de acuerdo en decir que su estado es bueno, tranquilo, excelente para los negocios de la vida; pero hay, debajo de aquellas exterioridades, cosas que requerirían años de observación para aprender a discernirlas.
>
> *(...) Las familias se recatan una de otras; los jóvenes apuestos huyen de la sociedad que preferirían, pero que pode comprometerlos; y después de diez y ocho años de educación por el terror, por las escenas más pavorosas, el público há aprendido, al fin, a manejarse, a dominar sus inclinaciones, a reprimir toda manifestación exterior, a componer los músculos del semblante, a sofocar la emoción en el corazón mismo, de manera que nadie puede penetrar en aquella corteza exterior*.[24]

Esse relato caracteriza o regime de Manuel Rosas como ditatorial, sendo uma das diferentes versões que tal governo adquiriu ao longo da história da Argentina. Afinal, refere-se a um período histórico bastante freqüentado pela historiografia daquele país.[25]

Abordar ou explicar as revisões historiográficas sobre aquele período histórico certamente foge ao propósito desse texto. Destaca-se, no entanto, que já nos anos 1920 sobressaía certa visão historiográfica de que a política unitária, portanto, contrária ao federalismo de Rosas, "*había sido um mal contra la democracia*". "*Era la política rosista, sostenia Revignani, la que había puesto los cimientos de la organización nacional*".[26] Tal leitura da história competia com aquelas que destacavam o caráter *ditatorial e bárbaro* dos governos rosistas.

Nos anos que se seguiram, as imagens do período de Rosas continuaram sendo reabilitadas por grupos e pessoas de diferentes matizes, sendo que

> *(...) las perspectivas ideologicas que se revelaban por detrás de las virtudes que se le atribuían a Rosas no siempre eran las mismas; se disponía de una imagen que hacía de Rosas el hombre que había impuesto el orden político y social; también de una que lo convertía en épico caudillo en lucha contra el extranjero; incluso de otra que destacaba su política económica por proteccionista y veía en ella las posibilidades de un desarollo autónomo*.[27]

Para Cattaruzza é difícil restringir essas imagens positivas dos governos de Rosas a um determinado grupo homogêneo de intelectuais e políticos, em

[24] Idem, ibidem, p, 107/8.

[25] Alejandro Cattaruzza, *Los usos del pasado: la historia y la politica argentinas en discusión, 1910-1945*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2007.

[26] Alejandro Cattaruzza; Alejandro Eujanian, *Políticas de la historia: Argentina (1860-1960)*, Buenos Aires, Alianza, 2003, p. 147.

[27] Alejandro Cattaruzza, op. cit., 2007, p. 186.

detrimento de outros, considerados adversários. Trata-se, para ele, de construções de imagens do passado, que refletem as visões de mundo daqueles que as produzem e as colocam a serviço das disputas no campo da política.[28]

A partir desses apontamentos, parece que certas visões, seja de autonomia, seja de independência, seja nacionalista, adquiriram centralidade na vida política argentina, cabendo, em graus e tempos diferentes, às agendas políticas dos diversos atores políticos do país, a depender das contingências históricas. Por essa razão, a figura de Rosas antiimperialista tornou-se, igualmente, adequada aos propósitos políticos em disputa.

Todavia, ao investigar as apropriações e (re)significações das políticas desse governante, o referido historiador salienta que até a segunda guerra mundial as tendências revisionistas não abordaram seu caráter ditador, expresso, por exemplo, na perseguição aos opositores de seu regime. Isso também se verificou nas décadas seguintes, quando o tema foi apropriado pelo peronismo. Já em *Camila* desloca-se o foco de Rosas para o ditador, o que contrariava o uso corrente da imagem de político virtuoso, por ele encarnada.

A despeito da controvérsia sobre o revisionismo na Argentina, assinala-se que o estabelecimento de uma relação de continuidade entre as políticas de Rosas e o ideário de Perón somente ocorreu em 1957, quando Perón se converteu publicamente ao revisionismo, por meio do texto intitulado *Los vendepatrias*. A partir desse momento, Perón assumiu "*la dimensión cultural del enfrentamiento que estaba en marcha*", filiando o peronismo à tradição que localizava em Rosas um de seus centros. Segundo Cattaruzza: "*la adscripción a esa imagen del pasado era funcional al objectivo de Perón: distinguirse aun más de sus enemigos, dotando de un sentido histórico al combate presente*".[29]

Camila abre, portanto, outra perspectiva, ao suscitar a imagem de Rosas como tirano, *ditador arbitrário.* Ele não toma a forma de um personagem entrando diretamente em quadro, mas se manifesta por meio de seus oficiais e apoiadores – a elite econômico-política e a hierarquia eclesiástica. Sublinha-se, com isso, um traço de que o regime ditatorial não fora empreendido apenas por um segmento social exclusivo.

---

[28] Idem, Ibidem, p 196.

[29] Alejandro Cattaruzza; Alejandro Eujanian, op. cit., 2003, p. 170. Sobre o repertório revisionista adotado pelo peronismo, Cattaruza destaca nessa mesma página que: "la recusación de la tradición política "liberal"; la denuncia de um complot contra los destinos nacionales, que se atribuía al imperialismo aunque se hubiera iniciado a comienzos del siglo XX; mas adelante la impugnación a aquello que se llamó cada vez más frecuentemente en los circulos universitarios modelo agroexportador".

Em estudo sobre a abordagem dos principais fatos históricos em filmes nacionais, as investigadoras argentinas, Marcela López e Alejandra Rodríguez, chamaram a atenção para a diferença entre a representação de Rosas nos filmes de Manuel Antín, realizado nos anos 1970, e aquela empreendida por Bemberg, nos anos 1980. Segundo elas, Antín realiza o filme por ocasião do retorno de Perón à Argentina e, por essa razão,

> *construye un Rosas con las bases de apoyo: lo muestra con los saladeros, la peonada, con una política industrialista. Entretanto, en Camila, de Rosas lo único que se muestra es la cuestión represiva. En la versión de Antín, Rosas es quien puede luchar contra el imperialismo francés e inglés. En la de Bemberg, Rosas es la mazorca, la represión, la sociedad patriarcal.*[30]

Certamente, o foco de Bemberg voltava-se para outro sentido: o presente da realização do filme: o da transição democrática. Além disso, é provável que sua abordagem tenha atraído aquele olhar enviesado, que enxergava, em primeiro plano, sua origem social, despertando, talvez, no período em questão, certa animosidade entre aqueles que utilizaram a figura de Rosas antiimperialista para seus empreendimentos políticos.

Cabe, no entanto, insistir na seguinte indagação: que relação é possível inferir entre o período de Rosas, no filme *Camila*, e a transição democrática recente na Argentina? Ruffinelli já observara que diferentes cenas do filme permiten *leer* esta historia en términos actuales. Acrescenta que:

> *Cuando Maria Luisa Bemberg retomo esta historia en 1983, fue con conciencia clara de tener en sus manos a la vez una historia sentimental y un material político. O una historia-de-amor en el contexto de una situación política represiva. Entonces eran varios los elementos que, como en caja de resonancia, aludián al presente más allá de las fuentes históricas, encontrando sorprendentes paralelismos o contrastes.*[31]

Todavia, o curto período de realização do filme estava tomado por uma atmosfera ainda de grande tensão na Argentina. A sociedade estava imersa no impasse quanto às visões sobre o passado recente, violentamente marcado por

---

[30] "Cuando el cine narra la historia", *La Nación*. 20 de junio de 2009, In: http://www.lanacion.com.ar/1139934-cuando-el-cine-narra-la-historia, consultado em 21 de fevereiro de 2011.

[31] Jorge Ruffinelli, op. cit, p. 25.

torturas e desaparecimentos de pessoas.[32] Circulavam, ainda sobre o período, interpretações que explicavam o passado recente de ditadura identificando a permanência de certa cultura política autoritária na região, desde os processos de independência, conforme assinalaram Teixeira da Silva e Waldo Ansaldi.[33]

A Multipartidária – frente suprapartidária composta, em 1981, pelo radicalismo, o peronismo, o desenvolvimentismo, a democracia cristã e os intransigentes – buscava, inicialmente, recuperar apenas a representatividade para os partidos políticos. Com tal propósito, lançou, em agosto de 1981, o documento intitulado *Convocação ao país*, a partir do qual deram início ao processo de transição, apresentando-se como "*transmissores, orientadores e executores da opinião pública*".[34]

Contudo, essa Frente não incorporou de pronto as reclamações relativas aos direitos humanos. Ao contrário, havia divergências profundas, em seu âmbito, sobre a centralidade dessa questão, uma vez que se considerava que enfrentar a situação de violência empreendida pelos militares colocaria obstáculos para a reconciliação política do país e a condução para a democracia. Por essa razão, apenas "as minorias progressistas dos dois grandes partidos e da DC [Democracia Cristã] e do PI [Partido Intransigente]" compreendiam o quanto era necessário tratar a questão dos direitos humanos no processo de transição democrática, o quanto era necessário *acertar as contas* com o passado.[35]

---

[32] Certos trabalhos chamam a atenção para um aspecto peculiar do período de transição democrática, qual seja: a necessidade de *acerto de contas* com o passado recente de ditaduras, no qual, além da suspensão dos direitos políticos e civis, projetos foram destruídos, pessoas assassinadas e tantas outras torturadas. Nessa perspectiva, Barahona de Brito chama a atenção para a "política de memória" que consiste em ações desdobradas em dois níveis: de um lado, considerado mais estrito, localizam-se as políticas elaboradas para enfrentar o passado no período de transição, o que implica a constituição de memórias oficial e pública; de outro, "trata de cómo la sociedad interpreta y se apropia de su pasado (memoria social)." A autora acrescenta que: "las memorias historicas y los recuerdos colectivos pueden ser instrumentos para legitimar discursos, crear lealdades y justificar opinones politicas. Lo que las sociedades eligen recordar y olvidar y de qué forma es algo que condiciona, en parte, sus opciones futuras". Alexandra Barahona De Brito et. al.(eds). "Introducción", In: *Las politicas hacia el pasado: juicios, depuraciones, perdon y olvido en las nuevas democracias*, Madrid, Ediciones Istmo, 2002, p. 69.

[33] , Francisco Carlos Teixeira da Silva, "Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1974 -1985)", In: Jorge Ferreira; Lucilia Neves Delgado (orgs), *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007 (Brasil Republicano 4*)*. Waldo Ansaldi, (dir), *La democracia em América Latina: un barco a la deriva*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2007.

[34] Marcos Novaro; Vicente Palermo, op. cit., p. 620/21. Luis Alberto Romero, *História Contemporânea da Argentina*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006, p. 216.

[35] Marcos Novaro, op. cit., p. 625.

Após a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) à Argentina, no último trimestre de 1979, o cenário foi se alterando, pois vieram à tona as denúncias de tortura e desaparecimentos políticos que até então estavam circunscritas ao âmbito familiar e de poucos militantes políticos. A questão se aprofundou, ao longo dos anos 1980 e 1981, estabelecendo-se uma verdadeira *batalha pelas consciências*.[36] Segundo Novaro e Palermo estabeleceu-se um cenário no qual se

> contrapôs as denúncias dos familiares e dos organismos de solidariedade às declarações, matérias pagas e celebrações (militares, religiosas e de *forças vivas* civis muito variadas) que rendiam tributo aos *mortos pelo terrorismo*, comemoravam o *êxito da luta contra a subversão* e desacreditavam as versões interessadas sobre violações dos direitos humanos.[37]

Observa-se que o país estava divido entre as versões sobre o passado da *guerra suja* e da *guerra anti-subversiva*. De acordo com os referidos autores, a *batalha pelas consciências* acentuou-se após a guerra das Malvinas, no limiar do processo de transição. Dividiu "profundamente o campo político" que, por sua vez, não suportava mais tangenciar a questão dos direitos humanos em prol de um arranjo político que resguardasse os responsáveis pela tortura e pelos desaparecimentos. Isto, de algum modo, enquadrava em primeiro plano a questão da ruptura com o passado de ditadura.[38]

Esse clima "[mobilizava] opositores dispostos a desafiar ameaças, atentados e perseguições de todo tipo, de forma a forçar o regime a ceder naquilo que havia estabelecido como sua última trincheira em qualquer saída negociada".[39]

O fato é que a matéria dos direitos humanos foi, em curto período de tempo, adquirindo relevância e dividindo a opinião pública argentina, a ponto de alterar aquele quadro de imobilismo e de silêncio que, desde 1976, acometia a população – aproximado daquele outro quadro descrito, em período

[36] Idem., ibidem. 651/52

[37] Idem.

[38] Ao se debruçarem especificamente sobre as ditaduras militares recentes na Argentina, Novaro e Palermo destacam as diferentes interpretações sobre o problema da "tensão entre ruptura e continuidade" no momento inicial da transição de 1982/83, naquele país. Para os autores não houvera continuidade do poder militar, sendo que as dificuldades para o avanço do "pólo civil", em relação aos acordos e reformas que resultassem em deflagrada ruptura com o "regime retirante", se deram menos por qualquer tendência de continuidade e mais pela fragilidade do próprio poder civil. Marcos Novaro, op. cit., p. 619. De outro modo, menos otimista com o processo de transição na Argentina, Romero conclui que não houve ruptura com o passado autoritário. Luis Romero, op. cit., p. 235.

[39] Marcos Novaro, op. cit, 651/52.

passado, por Sarmiento –, além de abalar as negociações quanto à transição para a democracia, que desconsideravam as mazelas do regime.

O silêncio da sociedade é encenado no filme de Bemberg por meio de sua ausência. A condenação de Camila e Ladislao parece ser algo restrito à família, alguns amigos e às autoridades públicas. Não há manifestações sociais contrárias à medida aplicada contra o casal, exceto aquelas da mãe, do irmão e do ex-namorado de Camila, além das posições de advogados e de dois funcionários do cárcere, embora seja a matéria noticiada em jornais. Na sequencia referente à leitura da carta de Manuel Rosas – do púlpito da igreja –, a partir da qual se anuncia a sentença de morte para Ladislao e Camila, a platéia no salão da igreja ouve ensimesmada. Porém, enquadram a mãe e a babá de Camila lacrimejando e outra personagem coadjuvante que comenta sobre a vergonha que a situação acarretava à família.

O silêncio relativo ao passado de ditadura da Argentina começou a ruir, na segunda metade de 1982, ao descobrirem "as centenas de túmulos coletivos e sem identificação no cemitério de Grand Bourg, próximo ao campo de maio; logo depois, houve descobertas similares em Chacarita, Córdoba e Mar Del Plata".[40] Além disso, rompeu-se o pacto de silêncio quando agentes da polícia de Buenos Aires defenderam publicamente o *método* e o *alcance da estratégia anti-subversiva* que utilizaram, sendo que outros, "arrependidos (como o ex-delegado da Polícia Federal, Rodolfo Peregrino Fernandez, ou o cabo de Exército Raul Vilarño), deram depoimentos sobre o que sabiam".[41] Frente aos desdobramentos de tais revelações, não havia mais como manter silêncio:

> Começava o "show de horror" (González Bombal, 1995), durante o qual, mais do que a revelação de fatos passados, "aconteceram" pela primeira vez os fatos que até então e por tanto tempo puderam-se ignorar: a matança se tornou então *uma realidade imediatamente presente*.[42]

Nesse contexto, tratar da truculência de Rosas em relação aos opositores e, em especial, ao jovem casal Camila e Ladislao significou demarcar claramente uma posição em prol dos Direitos Humanos, embora o cenário se mantivesse ainda tenso. Afinal, a ruptura do silêncio, a revelação do terror, geraram diferentes interpretações entre a população que se encontrava tão envolvida no espetáculo de horror da ditadura.

---

40 Marcos Novaro, op. cit., p. 638.

41 Idem, Ibidem, p.638/39

42 Idem.

Inicialmente, tais revelações despertaram incredulidade. Segundo Novaro e Palermo:

> a contigüidade existente entre a vida cotidiana de milhões de pessoas e a das vítimas, assim como o funcionamento dos campos (a maioria deles havia operado em bairros densamente povoados das grandes cidades), reforçou esse efeito irreal. Simplesmente, não podia ser. Note-se que essa incredulidade não é mais negação é antes uma reação defensiva diante da presença crua de um fato difícil de inserir dentro de um esquema de interpretação, justificação e racionalização.[43]

Naquele contexto, questionava-se implicitamente a própria posição da população argentina frente aos horrores da ditadura. Indagava-se até que ponto a sociedade argentina não havia sido cúmplice daquelas barbaridades, ao se silenciar sobre elas. Entretanto, no curso da transição democrática, a fim de restabelecer a coesão social e construir a *nova ordem*, fomentou-se certo *mito da inocência*, a partir do qual se "[libertava] o grosso da sociedade das responsabilidades morais e políticas pelo que havia ocorrido".[44]

Todavia, se, de um lado, havia o clima de perplexidade que envolvia aqueles que permaneceram paralisados frente ao terror; de outro, o trauma daquela sociedade estava exposto: as mães e avós dos desaparecidos e dos filhos seqüestrados e ainda os sobreviventes das torturas, além de militantes políticos chamavam a atenção para as mazelas da ditadura, que se tornavam públicas por meio, inclusive, de representações artísticas e coberturas jornalísticas.

Terror, perplexidade e trauma. Em meio à tensão do primeiro pleito eleitoral argentino, após o colapso da ditadura, é realizado o filme *Camila*. A estréia ocorreu no primeiro dia do governo democrático de Raul Alfonsín, em 1984. Bateu recordes de bilheteria naquele país e foi indicado ao Oscar, naquele ano, como melhor filme estrangeiro.

É certo que "*el contexto para la comprensión de la película [Camila] es el presente de su filmación, no el de su "história"*." Camila é sem dúvida um personagem moderno, uma heroína que subverte a ordem estabelecida (pelo pai, pela família, pela lei, pela sociedade, pela religião e pelos costumes), em defesa da liberdade individual, como assinalou Ruffinelli. De acordo com esse autor, "*la Camila que vemos en la pantalla es la Camila actual, que en algunos aspectos podía parecerse a su hermana, la Camila de la história*".[45]

---

[43] Idem, Ibidem, p. 639.

[44] Marcos Novaro, op. cit., p. 643.

[45] Jorge Ruffinelli, op. cit, p. 30

Acrescente-se que o êxito de *Camila* talvez resida no fato de ter sido realizado e, de certa forma, exprimir aquele clima de tensão, de incertezas, sem afrontar explicitamente, contudo, o trauma, sem enfrentar diretamente o passado recente. É possível inferir que Bemberg utilizou a linguagem fílmica para lidar com os dilemas colocados ao se abordar o período de ditaduras, tais como:

> *Um primer dilema (...). Lo que se plantea en este punto es una discusión acerca de los lenguajes y las imágenes capaces de dar cuenta del horror, de hacerlo narrable y visible. Un segundo dilema, de orden ético, interroga sobre cómo comunicar la experiencia limite sin profanar la memoria del acontecimento: ¿cómo no trivializarlo?, ¿cómo no prolongar el horror a través de su representación? Finalmente, un tercer dilema, de ordem político, se centra en las oportunidades y los momentos historicos, y en las consecuencias políticas de determinadas representcaciones que acceden al espacio público* [em outros termos, dizem respeito à escolha quanto à memória que se quer privilegiar e por quê?].[46]

Ciente, talvez, de que "cutucar este passado ainda demasiado próximo e candente resultava tão problemático, gerava tantas tensões e recordações tão pouco gratas", Bemberg, embora sem compartilhar, talvez, das interpretações que consideravam a ditadura recente expressão de certa cultura política autoritária, situada em perspectiva de longa-duração, optou, em *Camila*, pelo recuo histórico.[47]

O recuo histórico nesse filme, a releitura da ditadura de Rosas, configura, portanto, uma estratégia de diálogo com o tempo presente, o que torna o filme tanto uma alegoria como uma metáfora política da ditadura recente.[48] Com isso, utilizando-se do recurso de linguagem, evitou-se, em *Camila*, intensificar diretamente a tensão do tempo presente, sem, contudo, se eximir

---

[46] Claudia Feld; Jessica Stites Mor (comp.), *El pasado que miramos: memoria e imagen ante la historia reciente*, Buenos Aires, Paidós, 2009, pp. 28/29.

[47] Marcos Novaro, op. cit., p. 645.

[48] Clara Kriger, ao analisar o cinema do período da redemocratização na Argentina, assinala que uma de suas características refere-se à "narrativa del Proceso", que reside na continuidade da "construcción de metáforas y alegorias que reflejan una sociedad sometida a situaciones perversas." A autora reforça tal argumento ao citar os apontamentos de Beatriz Sarlo sobre a litratura argentina de ficção produzida no período de ditadura. Para Sarlo, a despeito das diferentes estratégias literárias e ideológicas, tais obras se vinculam, por um lado, pelo "grado de resistencia a pensar que la experiencia del último período pueda confiarse a la representacion realista. Son textos que mantienen con ella una relación às veces distante, casi siempre oblicua y figurada en diferentes grados, desde la más directa relación metonímica hasta formas más complicadas de la alegoria y la metaforización". Clara Kriger, "La revisión del proceso militar en el cine de la democracia", In: Claudio España (Comp.), *Cine argentino en democracia (1983-1993)*, Buenos Aires, Fondo Nacional de las Artes,1994, p. 59.

do campo de *batalha pelas consciências*; afinal, demarcou-se no filme posição em prol dos direitos humanos.

Parayba, mulher macho e as ressonâncias do passado

O longa-metragem *Paraíba, mulher macho*, de Tizula Yamazaki, estreou em 1983 – em meio às articulações políticas e às mobilizações sociais, que resultaram na Campanha das *Diretas Já*, no ano seguinte, no Brasil.[49] O filme remete aos, igualmente agitados, anos 1930, na Paraíba, para tratar a história de amor entre a professora e poetisa Anayde Beiriz (interpretada por Tânia Alves) e o advogado e jornalista João Dantas (interpretado por Cláudio Marzo), assassino de João Pessoa (Walmor Chagas) – Presidente da Paraíba e candidato à vice-presidência da república, na chapa de Getúlio Vargas.

Tizuka Yamazaki, quando realizou esse filme, já guardava em seu currículo o longa-metragem *Gaijin, caminhos da liberdade* (1979), que fora exibido e premiado em festivais nacionais e internacionais de cinema. Havia co-dirigido, com Lael Rodrigues – com quem desenvolveu diferentes projetos de cinema nos anos 1980 –, o curta-metragem *Bom Odôri*, referente a uma dança de origem japonesa – da cidade Fukushima.[50]

Além disso, Yamazaki cursou cinema na Universidade de Brasília, entre 1970 e 1972, finalizando o curso na Universidade Federal Fluminense. Participara de diferentes projetos de filmagem sob a coordenação de Cecil Thiré, Hover Craft, Vladimir Carvalho e Nelson Pereira dos Santos.[51] Na seqüencia, a cineasta fez a assistência de direção em filmes de renomados diretores do cinema novo, como, por exemplo, em *O amuleto de Ogum* (1974) e em *Tenda dos milagres* (1977), de Nélson Pereira dos Santos, e em *Jorjamado no cinema* (1977) e em *A idade da Terra* (1978-1980), de Glauber Rocha.[52]

---

[49] Sobre a mobilização social nesse período ver: Maria Helena Moreira Alves, *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, 4ª Ed., Petrópolis, Vozes, 1987. Maria Paula Araújo, "A luta democrática contra o regime militar, 1974-1985", In: *Seminário 40 anos do golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro), 1964-2004, 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*, Rio de Janeiro, 7Letras, 2004, pp. 243-251.

[50] Sobre a abordagem etnica nos primeiros filmes de Tizuka, ver: Alexandre Kishimoto; Rose Satiko Gitirana Hikiji, "Nikkeis no Brasil, dekasseguis no Japão: identidade e memória em filmes sobre migrações", In: *REVISTA USP*, São Paulo, n.79, p. 144-164, setembro/novembro 2008.

[51] Fernão Ramos; Luiz Felipe Miranda (orgs), *Enciclopédia do cinema brasileiro*, São Paulo, Editora SENAC São Paulo, 2004, p. 578.

[52] Idem.

O segundo longa dessa cineasta brasileira nissei – que se consagrara com o filme *Gaijin* (filme considerado histórico sobre a imigração japonesa para o Brasil e de caráter biográfico) – suscitou polêmica antes mesmo da estréia, no início de setembro de 1983.[53] Isso porque o filme *remexe* a história da Revolução de 30, por conseguinte as interpretações históricas do período, além de recuperar do esquecimento uma personagem relevante daquela época, a professora e poetisa Anayde Beiriz (1905-1930).[54]

Tizuka Yamazaki, ao contar a historia de amor entre a poetisa – mulher de comportamento considerado liberal, transgressor e moderno para a década de 1920 – e João Dantas – ligado ao Partido Republicano da Paraíba e afilhado político de seu principal dirigente, o coronel Zé Pereira (interpretado por Oswaldo Loureiro) –, deslocou o foco do herói, comumente direcionado para João Pessoa, principal dirigente da Aliança Liberal no Nordeste.

O filme contrariou, desse modo, o neto de João Pessoa – suplente de deputado federal da Paraíba, pelo PDS, na legislatura 1982-1986 –, a sobrinha de Beiriz – que se incomodou com a representação da tia – e, sobretudo, a visão difundida sobre esse personagem político, inclusive nos manuais de História.[55]

Para dimensionar a construção do mito João Pessoa, como herói do período, vale a pena citar um trecho do verbete *Revolução de 1930*, do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*:

> Em 26 de julho João Pessoa foi assassinado em Recife por João Dantas, que apoiava o governo federal e era ligado a José Pereira, chefe do levante separatista de Princesa. O crime teve como móvel imediato um conflito de caráter privado e ligava-se também às lutas regionais, mas naquele momento toda a responsabilidade foi atribuída ao governo federal. O enterro de João Pessoa foi no Rio de Janeiro, acompanhado por uma grande multidão em ambiente de enorme comoção.

---

[53] "Cineasta rejeita crítica a "Parahyba" e diz temer assassinato cultural", In: *Jornal do Brasil*, Caderno B, 03 de setembro de 1983. disponível em: http://news.google.com/newspapers?id=eYoeAAAAIBAJ&sjid=1cwEAAAAIBAJ&pg=2193%2C663970, consultado em 02 de fevereiro de 2011.

[54] Nesse texto não detalharemos as análises sobre a personagem Anayde Beiriz e a relação com o feminismo dos anos 1970 e 1980, que constituem matéria de outro artigo de minha autoria, que se encontra no prelo.

[55] A figura de destaque nos livros de História, referente à Revolução de 1930, depois de Vargas, é João Pessoa, sendo que nos 18 livros de História Contemporânea da Paraíba não constam o mome de Anayde Beiriz, *Jornal do Brasil,* op. cit, 03/09/1983.

O assassinato reacendeu o ânimo revolucionário entre os políticos. Os conspiradores passaram a acelerar os preparativos militares e a pressionar os principais chefes.[56]

Note-se que, embora o verbete chame a atenção para a motivação de ordem particular para o assassinato do Presidente da Paraíba, associa-o aos conflitos políticos em curso. E ainda: ao destacar a comoção social em torno do sepultamento, sugere o alcance de difusão da figura de João Pessoa – construída já como um mito político, em decorrência, talvez, do uso desse fato pelos opositores do regime.

Sublinha-se, então, que o filme de Tizuka contrariou a difusão de tal mito, não apenas ao deslocar o foco do herói para Anayde Beiriz como também por assinalar que a motivação do assassinato foi basicamente de aspecto passional, em detrimento da motivação política comumente divulgada.

Em meio à polêmica quanto à abordagem histórica de seu filme, Tizuka foi contundente ao dizer: "Não conheço nenhuma visão imparcial da história. Pelo contrário, as versões são, de um modo geral, de uma parcialidade vergonhosa".[57]

Ainda nessa chave, talvez ignorando o comentário acima de Tizuka, o crítico Edgard Telles Ribeiro mencionou alguns aspectos do ofício do historiador para lembrar:

> o perigo com que se depara todo historiador que, no anseio de ilustrar determinada tese, acaba por subordinar e ordenar os fatos a partir de seu projeto. Tizuka não é historiadora. É cineasta. Só que, olhando para o presente e, sobretudo, para o passado, com o olhar seletivo, um olhar orientado para o que procura defender, a diretora correu o risco de tiranizar um pouco os fatos e as emoções, constrangendo possíveis sutilezas e necessárias incertezas. O resultado por vezes surge rígido, enquadrado, e, mesmo, demonstrativo.[58]

---

[56] Alzira de Abreu; Dora Flaksman, "Revolução de 1930", In: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária, FGV/CPDOC, 1984, p. 2941.

[57] Paixão e morte na Paraíba dos anos 30 trazem de volta a diretora de "Gaijin", In: *Jornal do Brasil*, Caderno B, 28 de agosto de 1983, disponível em: http://news.google.com/newspapers?id=p-keAAAAIBAJ&sjid=5MwEAAAAIBAJ&pg=1324%2C4336562. Consultado em 03 de fevereiro de 2011.

[58] Edgard Telles Ribeiro, "O assassino é João Dantas", In: *Filme Crítica*, nº43, jan-abril de 1984, p. 88. Disponível em: http://www.filmecultura.com.br/sistema_edicoes/index/index/edicao/43/pagina/00,

Seria desnecessário trazer, nessa passagem do texto, os questionamentos acerca da neutralidade do historiador, no que se refere à abordagem de fontes, para corroborar a fala de Tizuka. Igualmente, é desnecessário trazer os apontamentos sobre a especificidade do objeto fílmico, relativos à representação do passado, desenvolvidos por Rosenstone e Sorlin – para citar apenas dois autores –, que não desqualificam em nada as escolhas e procedimentos dos diretores quanto à realização de dramas históricos.[59]

Interessa destacar, isto sim, que o filme levou para a tela, no período de transição democrática, marcado por incertezas e embates quanto ao futuro político, mobilizações, atentados terroristas de grupos paramilitares e, ainda, pela efervescência dos movimentos de mulheres e feminista, um material político bastante ressonante. Embora, Tizuka Yamazaki e José Joffily Filho (co-roteirista do filme) tenham afirmado, em entrevista – o que talvez não pudesse ter sido diferente, naquele contexto político –, que o foco central de *Parahyba, mulher macho* estava voltado, exclusivamente, para Anayde Beiriz e seu relacionamento com Dantas, sendo o confronto político entre a Aliança Liberal e o Partido Republicano, no clima da Revolução de 30, apenas o pano de fundo da história.[60]

Em outros termos, é certo que o contexto político de 30 configurou pano de fundo da trama, mas os protagonistas e mesmo o antagonista estavam embrenhados naquele cenário político, que muito se aproximava do tempo presente, no qual o filme foi realizado, seja como metáfora, seja como alegoria.[61]

---

[59] Saliente-se, entretanto, que Pierre Sorlin assinala que: *Las interpretaciones del pasado cambian de época en época y los cineastas ponen en escena una de las versiones propuestas por los investigadores. En este sentido, el cine se limita a reflejar las indecisiones y los cambios de orientación de la historiografía. Las películas no se limitan a mostrar. La casi totalidad de las películas de larga duración cuentan algo.* Pierre Sorlin, "El cine, reto para el historiado", In: *ISTOR*, publicación trimestral de la División de Historia del Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE) y de Editorial Jus, S.A. de c.v, año v, número 20, Primavera de 2005, p. 23. Já Rosenstone conclui: *La historia filmada siempre será una reflexión sobre el pasado más personal que la que plantee un trabajo escrito.* Acrescenta: *Debemos empezar a pensar en la historia filmada como un modo de acercarnos al pasado a semejanza de formas pretéritas, un modo similar al de la historia oral, a la historia narrada por los poetas o fabulistas.* Robert Rosenstone, *El pasado en imágenes: el desafío del cine a nuestra idea de la historia*, Barcelona, Editorial Ariel, 1997, pp. 56; 64.

[60] *Jornal do Brasil*, op. cit, 28/08/1983.

[61] A partir da observação de Xavier sobre a continuidade da aplicação de alegorias e metáforas - utilizadas durante o período de ditadura – em filmes realizados durante a *abertura*, inferimos que *Parahyba, mulher macho* é uma metáfora política do período de transição democrática no Brasil, em que a ditadura civil-militar ainda não chegara ao fim. Ismail Xavier, *O Cinema brasileiro moderno*, São Paulo, Paz e Terra, 2001.

Conforme mencionado anteriormente, um filme dialoga com o tempo presente no qual é realizado.[62] Além disso, uma das questões centrais do processo de transição democrática refere-se a como a sociedade enfrenta ou *acerta as contas* com o passado recente de ditadura.[63] O filme de Tizuka Yamazaki reflete de alguma maneira essas questões. Para trata a história de amor, especialmente de uma personagem feminina da história brasileira contemporânea, considerada *avant la lettre*, de um dos episódios mais freqüentados pela historiografia, a Revolução de 1930, Tizuka obteve a assessoria de pesquisadores que, inseridos em seu tempo, realizavam determinadas leituras do passado, compartilhadas no *métier* dos historiadores, nos idos de 1970/1980.

Nesse sentido, o historiador José Joffilly – pai do co-roteirista do filme –, autor do livro *Anayde Beiriz: paixão e morte na revolução*, no qual o filme foi livremente baseado e cujas orelhas foram escritas por Tizuka Yamazaki, em 1980, em outra publicação, datada de 1979, estabelece, em diferentes passagens, um fio entre os desdobramentos da Revolução de 30 e o golpe de 1964, considerando que aquele episódio histórico abrira caminho para a ditadura de Getúlio Vargas.[64]

Saliente-se que a Revolução de 1930, como tema bastante frequentado, obtém significações distintas conforme os acentos dos estudos e às épocas em que foram realizados. Na década de 1970, por exemplo, as investigações, em linhas gerais, consideraram o movimento de 1930 importantíssimo para o processo de modernização da sociedade brasileira, admitindo-o "como uma revolução, embora de tipo específico, uma ruptura que rompeu apenas com parte do passado, uma modernização que conservou e valorizou aspectos da velha ordem". *Uma modernização-conservadora*.[65]

Acrescente-se que naquela década, emergiu outra vertente desses estudos que passou a se debruçar nas ações do Estado e, desse modo, retomou

[62] Miriam Rossini, op. cit.

[63] Barahona de Brito, op. cit.

[64] José Joffily, *Revolta e Revolução: 50 anos depois*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. Joffily insere-se, com esse apontamento, em certa tendência historiográfica que localiza uma cultura política autoritária numa perspectiva de longa-duração na América Latina, conforme assinalado anteriormente. Entre os expoentes dessa perspectiva, para citar alguns nomes, estão Jacques Lambert e Frank Tannebaun, citados respectivamente por: Teixeira da Silva, op. cit. e Ansaldi, op. cit.

[65] Lúcia Lippi de Oliveira, "A revolução e suas versões", In: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária, FGV/CPDOC, 1984, p. 2946. Para detalhar esse período, ver: Boris Fausto, *A Revolução de 1930: historiografia e história*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

os apontamentos de Raimundo Faoro (1959), "em que os traços de continuidade da vida brasileira são buscados na permanência e na atualização de um Estado patrimonial".[66] A tendência dos anos 1970 foi de associar diretamente a Revolução de 1930 ao Estado Novo e de situar, ainda, o autoritarismo no tempo longo, na perspectiva da longa-duração.[67]

Ao se filiar a essa perspectiva de análise, Joffily estabeleceu a relação entre a Revolução de 1930 e a ditadura civil-militar recente. Talvez por essa razão, enfatizou em suas publicações o caráter autoritário de João Pessoa. Destacou que o jornal da oposição, *Órgão da Paraíba*, fora "ditatorialmente silenciado, em 29/04/1930" por aquele governo, em decorrência de ter feito "acusações aos chefes da Aliança liberal, especialmente a Epitácio e [ao próprio] João Pessoa".[68] Tal prática autoritária, ainda segundo esse autor, teria marcado o exercício político do Presidente do estado desde a posse. Exemplifica: frente à derrota de seu candidato à Presidência do Clube dos Diários, em 28 de abril de 1929, João Pessoa teria impugnado o resultado eleitoral, promovendo novas eleições para favorecer seu aliado político.[69]

A temática do autoritarismo perpassa, igualmente, diferentes cenas do filme *Parayba, mulher macho*. A questão política suscitada pelo filme de Tizuka

[66] Lúcia Oliveira, op. cit. Todavia, nos anos 1980, por ocasião dos eventos em comemoração do cinquentenário da Revolução de 1930, novos estudos foram apresentados e uma nova abordagem parece ter passado a predominar. A partir de análises dos "diferentes momentos do período que se seguiu à revolução", tonou-se frágil a visão segundo a qual o período de 1930 a 1937 era compreendido como um bloco unitário. Os estudos dos anos 1980 passaram a considerar, então, que o Estado Novo não se encontrava necessariamente contido no movimento revolucionário de 1930 (idem, 2946.)

[67] Essa perspectiva opera apenas com a idéia de permanência, de continuidade na história, o que é contraposta, por exemplo, por Teixeira da Silva (op.cit), que, por sua vez, chama a atenção para as especificidades de cada período histórico. Contudo, os trabalhos sobre a transição democrática assinalam que se tratou de um processo *lento, gradual e controlado pelo militares*. Alguns deles, explicitam que tal período também não marcou ruptura com o período de ditadura. A despeito das mobilizações políticas desse momento histórico, Maria Paula Araújo assinala que "a ditadura chegava ao fim não por uma derrubada revolucionária, e sim por uma solução negociada entre as elites" (Maria Paula Araújo, op. cit., p. 163). Segundo ela, o fim da ditadura militar fora negociada por forças políticas envolvidas no campo de lutas democráticas, que buscaram restringir a atuação das esquerdas e manter sob controle as manifestações populares, "reproduzindo traços elitistas, autoritários e excludentes da democracia brasileira" (idem). Assim, a historiadora matizou o processo de transição, aproximando-se da perspectiva defendida por Adriano Codado quanto à continuidade do caráter autoritário no arranjo político da transição democrática no Brasil. Adriano Codato, "Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia", *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 25, p. 83-106, nov. 2005.

[68] José Joffily, op. cit., p 172.

[69] Idem, Ibidem, p. 199.

encontrava-se tão latente, por ocasião do lançamento, que Cláudio Marzo, procurando atenuá-la, em entrevista sobre o assunto assinalou:

> O público precisa entender que, ao invés de um documentário político, o que Tizuka quis filmar foi uma tumultuada história de amor, que tem como pano de fundo os acontecimentos políticos da Paraíba na década de 30: a candidatura de João Pessoa à Vice-Presidência, a revolta de Princesa, o assassínio de João Pessoa.[70]

O filme mostra os conflitos entre políticos, militares, latifundiários e industriais, aliados dos dois partidos. Em diferentes cenas, os perrepistas, do partido de Zé Pereira e de João Dantas, ocupam o lugar do arcaico, do interesse dos grupos tradicionais de latifundiários e comerciantes do sertão da Paraíba e de Recife, que se beneficiavam com a política empreendida pela política do café-com-leite, promovida pelo governo federal. Já os integrantes e seguidores da Aliança Liberal que ocupavam as ruas e praças da capital da Paraíba falavam de mudanças: alguns falavam de revolução; outros, de democracia. Palavras-chave de transições democráticas. Mas de qual período histórico? No filme, diretamente, do cenário de 1930.

A sequencia da posse do Presidente do estado da Paraíba exemplifica o referido lugar que ocupa a Aliança Liberal. Exibe-se a legenda com a data 28/10/1928 e mostra a multidão nas ruas assistindo inquieta ao desfile de João Pessoa em carro aberto pelas ruas da cidade. Escuta-se o discurso em *off*, no qual o Presidente vocifera que: "não há democracia sem eleições, não há boas eleições sem eleitores permanentes", que seu governo combaterá a corrupção e, ainda, que tributará os ricos.

A pré-produção e o roteiro do filme foram realizados em meio às eleições estaduais de 1982 – a primeira do processo de abertura –, e no curso das articulações políticas de oposição ao regime, que culminaram na reivindicação de eleições para a Presidência da República. Daí talvez a dificuldade de restringir o foco do filme à trajetória da protagonista. O filme fora realizado em um momento de efervescência política no Brasil.

As eleições de 1982 para vereadores, deputados e governadores, embora tenham marcado o fortalecimento da oposição ao regime civil-militar, ainda em curso, desenhou um cenário no qual obteve igualmente relevo as práticas clientelísticas e de fraude do pleito, empreendidas pelo Partido Democrático

[70] *Jornal do Brasil*, Op. Cit., p. 3, 03/09/1983.

Social (PDS), partido do governo, frente à previsão de que a oposição sairia vitoriosa na maioria dos estados.[71]

Tais práticas renderam algumas surpresas como, por exemplo, "as inevitáveis vitórias governamentais nos estados-chave de Pernambuco e Rio Grande do Sul, nos quais se esperava a vitória da oposição".[72] A derrota em Pernambuco deveu-se, de um lado, às divisões internas da oposição, sendo que o PDS estava unido; de outro, à fraude do sistema eleitoral e aos "acertos clientelísticos nas regiões do interior atingidas pela seca [que] permitiram ao PDS granjear, nas áreas pobres, uma posição suficientemente vantajosa para compensar a vitória da oposição" nos grandes centros urbanos.[73]

Em certas cenas *de Parayba, mulher macho* vê-se tais práticas consideradas clientelísticas (como, por exemplo, aquela em que Zé Pereira dá dinheiro aos pobres em troca de voto e propaganda) – mas, claro, de outro tempo. Além disso, parte da pré-produção do filme foi realizada nos estados da Paraíba e de Pernambuco, sendo que Tizuka e sua equipe, no final de 1982, filmaram em Recife, Olinda, Gravatá, Cabedelo, Ilha do Itamaracá, entre outras localidades, o que permite inferir que entraram em contato com o clima eleitoral de então.[74] Talvez, por isso, a cineasta tenha afirmado que: "o que se vê, ainda hoje, no Nordeste, é que embora [a] Aliança Liberal e [o] Partido Republicano não existam mais, os seus princípios continuam com outros nomes, assim como as mesmas brigas e artimanhas para se ficar ou se atingir o poder, derrubar outras pessoas.".[75]

A despeito da idéia de continuidade na história, implícita em tal entrevista de Tizuka, o filme mostra diretamente outro período de transição. Como assinalou Leslie Marsh:

> In a large sense, the film is about past regime and future possibilities. (…). The social and political infighting that led up to the 1930 Revolution in Brazil, which in turn led to fifteen years of rules by the populist dictator Getúlio Vargas, is juxtaposed with Anayde's struggles with traditional society. (…) Although the past and the present are not bridget here as was evident in the

[71] Moreira Alves, op. cit, p. 284. Sobre as eleições do período de transição, Codato assinalou que os resultados interferiram, em certa medida, no controle que os militares mantinham na condução desse processo de transição, acelerando "o ritmo de transformação do regime, sem mudar, todavia, sua direção conservadora" Codato, op. cit., p. 84.

[72] Moreira Alves, op. cit., p. 287.

[73] Idem.

[74] *Jornal do Brasil*, op. cit., 28/08/1983.

[75] Idem.

> film Gaijin, the political strife and breakdown of democracy that took place in the past before the institution of a different dictatorship some fifty years earlier resonates with the key transitional moment through which Brazil and its citizens were passing in the early 1980s.[76]

Todavia, torna-se inevitável o paralelo entre os dois períodos. Saliente-se, entretanto, que no filme, não se demarca diferenças significativas quanto às práticas políticas de integrantes de um e de outro partido em questão, principalmente no que se refere à intolerância e às práticas autoritárias.

A aproximação entre os dois partidos dialoga com certa tendência historiográfica que localiza nos conflitos estaduais apenas fissuras do próprio campo oligárquico.[77] Do mesmo modo, dialoga com aquela perspectiva que localiza, conforme assinalado anteriormente, o autoritarismo presente nas práticas políticas como um traço da cultura política brasileira.

Mas no filme, talvez pela necessidade de condensação, as questões ficam meio ambíguas. Tanto é assim que, em outra sequencia, já em contexto de conflito armado entre as partes, vemos João Pessoa recusar a orientação de um assessor segundo a qual ele deveria enviar as tropas para a região de Princesa, a fim de combater os aliados de Zé Pereira. Antes disso, ele resolveu ir pessoalmente conversar com Zé Pereira, que ameaçava emancipar o referido município. O encontro entre os dois acontece no meio da estrada, sendo que os dois carros que compõem a comitiva do Presidente da Paraíba são cercados por homens a cavalo, caracterizados como jagunços, que se antecipam à chegada do carro de Zé Pereira. Certa alusão à emboscada se desfaz logo quando o carro do líder perrepista do sertão entra em quadro.

O plano seguinte enquadra os dois líderes políticos, de pé em seus respectivos veículos, cumprimentando-se. Em seguida, João Pessoa observa que Zé Pereira está bem equipado, referindo-se aos homens a cavalo, e complementa, ao indagar se se tratava de jagunços. O perrepista responde afirmativamente, acrescentando que eram os mesmos homens que haviam votado em Epitácio Pessoa – tio e padrinho político de João Pessoa.

Percebe-se assim que as forças políticas, naquele contexto, estavam imbricadas. As distinções entre os grupos não eram claras. No filme, os ape-

[76] Leslie Marsh, Embodying Citizenship in Brazilian Women's Film, Video, and Literature, 1971 to 1988, dissertation submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy (Romance Languages and Literatures: Spanish) in The University of Michigan, 2008, p. 215.

[77] Marieta de Moraes Ferreira; Surama Conde Sá Pinto, *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*, Rio de Janeiro, CPDOC, 2006. p,15.

los de reformas democráticas se anunciam pela voz de Anayde Beiriz. Ela reivindica mudanças na legislação, tanto para garantir o voto feminino como para regulamentar as relações de trabalho.

Tais acenos não despertavam, entretanto, o interesse de João Dantas. Ao contrário, o aliado político do referido coronel interessava-se apenas pela postura irreverente (o corte de cabelo "La Garçon", por exemplo), a poesia e a paixão de Anayde Beiriz. A relação amorosa desse casal rende diferentes cenas de festa, de sarau, de sensualidade e de sexo. O encontro deles certamente não se dá no espaço da política. Nessa esfera, a relação do casal se desestabiliza e a mulher é quase silenciada violentamente.

As ideias de Beiriz aproximavam-na, em ideias, da Aliança Liberal, mas ela não entra diretamente nessa seara. Em tela, vê-se as duas principais vertentes políticas de 30 articularem política e violência; ao mesmo tempo, vê-se o entrecruzamento das esferas pública e privada. Cada lado tem seus algozes e armas. Os políticos estaduais e a polícia agem de forma arbitrária: sem mandato policial, em certa cena, ocupam a casa da fazenda da família de João Dantas e ameaçam matar a família dele. Esse, por sua vez, sente-se ultrajado em sua honra.

Em outra cena, em nome do governo, sem nenhum instrumento legal, autoridades locais (civis e policiais) ocupam a casa do advogado na cidade e reviram seu mundo privado. Sem proteção alguma à intimidade, tornaram público, na delegacia, os diários íntimos do casal, as fotos de nudez de Anayde e as poesias trocadas entre ela e Dantas, consideradas indecorosas. Certamente, o *efeito de real* produzido em tais cenas suscita a relação entre a violência policial do filme e aquela realizada durante a ditadura civil-militar recente.[78]

Em atmosfera de caos revolucionário e perseguição, chegamos ao clímax, vendo João Dantas fugir para Recife com a certeza do que haveria de fazer: em lá chegando, assassinou João Pessoa. Na cadeia, ao receber a visita de Anayde, Dantas pede a ela uma arma para pôr fim a própria vida, uma vez que não se encontrava em segurança. Ainda mais, tendo facilitado, com seu gesto *em defesa da honra*, a revolução – segundo as próprias palavras do personagem.

As cenas finais exibem o ambiente carcerário de tortura e homicídio, no qual Dantas fora assassinado, o que permite facilmente associar, novamente, à ditadura recente no Brasil. Esse desfecho, no qual João Dantas é assassinado pela polícia, contraria os apontamentos historiográficos, segundo os quais ele havia se suicidado – aludido, contudo, na trama.

[78] Sobre o conceito efeito de real aplicado ao cinema, ver: Miriam Rossini, op. cit.

Esse elemento peculiar do filme configura em mais uma chave de aproximação com a ditadura recente na qual se torturou e assassinou presos políticos, sendo um dos principais expoentes no Brasil, o jornalista Vladimir Herzog – morto em 1975. Parece, assim, que Tizuka tentou *acertar contas* com o passado, ao denunciar, mesmo que metaforicamente, os excessos e crimes políticos da ditadura recente no Brasil.

Anayde Beiriz, por sua vez, se já não tinha espaço naquela sociedade ainda completamente imersa na cultura patriarcal, pior ficou, ao ser identificada como *amante do assassino* de João Pessoa – o herói. Talvez, por essa razão caiu no *ostracismo da história* até Joffily e Yamazaki resolverem anistiá-la.

No filme, na cena final, Anayde, após a morte de Dantas, passa como um vulto pelas ruas da cidade, repletas de barricadas e trincheiras, em clima de guerra revolucionária. A protagonista, usando vestido vermelho, deixa cair algo da mão, como um vidro de remédio; depois, já não carrega sequer a bolsa. O último plano do filme congela um *close* de Beiriz, com um sorriso na face, o que suscita dúvida: se é expressão de nervoso pelas ruínas que se amontoam atrás dela ou pela perda de controle de seu próprio destino ou, ainda, se é expressão de loucura.[79]

Tizuka Yamazaki, em entrevista, assinalou que para ela a parte mais difícil do filme foi anunciar a morte da heroína, com a qual tanto se identificava, ao defender a liberdade de se escolher o próprio caminho.[80] Nos créditos do filme, assim como no livro de José Joffily, há um micro-texto que menciona o suicídio de Anayde: ela tomou veneno.

O filme suscita um paralelo inevitável entre a Revolução de 1930 e a transição democrática dos anos 1980. As cenas de populações nas ruas, as palavras de ordem, a agenda e as práticas políticas, entre outros aspectos, configuram certamente elementos de aproximação entre os dois períodos históricos. Todavia, o que indica pertencer exclusivamente ao tempo presente – período no qual o filme foi realizado – é a idéia de permanência da cultura política autoritária, as incertezas quanto ao acordo de transição democrática

[79] A morte da heroína ou seu enlouquecimento são temas recorrentes na literatura e nas óperas oitocentistas. Catherine Clément referindo-se exclusivamente às óperas daquele período assinala que elas cantam invariavelmente a derrota das mulheres. Para ela, "os traços da trama servem para prender as personagens e conduzi-las à morte por transgressão. Transgressões das regras familiares, das regras políticas, dos jogos do poder sexual e autoritário". Catherine Clément, *A ópera ou a derrota das mulheres,* Rio de Janeiro, Rocco, 1993, p.18.

[80] *Jornal do Brasil*, op. cit, 28/08/1983.

no Brasil e a presença da população nas ruas, quando se engendrava as movimentações de 1984.

Palavras finais

Camila e *Parayba, mulher macho* guardam aproximações e distanciamentos, além de diferentes possibilidades de análises, que, de certo modo, dialogam, respectivamente, com as especificidades dos processos de transição democrática da Argentina e do Brasil, relativos ao período em que os filmes foram realizados.

O filme de Tizuka Yamazaki e o de Maria Luisa Bemberg empreenderam as mesmas estratégias de diálogo com o presente: o recuo histórico para *acertar contas* com o passado recente. Se Bemberg se posicionou claramente favorável em relação aos direitos humanos, em um contexto de colapso da ditadura militar e de condução da transição democrática, em que o enfrentamento das mazelas do regime não podia ser ignorado, Tizuka, por sua vez, levou para a tela a incerteza quanto ao futuro da transição democrática brasileira, ao indicar a permanência de uma cultura política autoritária, os embates entre grupos, cujas tessituras se assemelhavam, as turbulentas trajetórias da personagem feminina – que significava o novo e o ideário de emancipação da mulher – e aquela do par amoroso, que encarnava a tradição; além de mostrar a disposição popular para ocupar a praça pública e apoiar projetos de mudanças.

As duas cineastas elegeram para seus filmes períodos históricos freqüentados pela historiografia de seus respectivos países e demarcaram posições que contrariavam as leituras correntes sobre os episódios em questão. Do mesmo modo, inscrevendo-se, em parte, na tendência cinematográfica caracterizada como de denúncia das ditaduras, mostraram circunstancias sombrias, truculentas e, no mínimo, arbitrárias da polícia e do cárcere, sob a política de Estado, isto é, com a conivência de Rosas e de João Pessoa.[81]

O distanciamento entre as duas obras reside mesmo nas peculiaridades das histórias de cada país, com as quais os filmes dialogaram.

[81] Sobre a classificação de filmes especialmente argentinos, do período de transição, como sendo de denúncia, ver: Clara Kriger, op. cit.

A criação da editora Expressão Popular e o MST

Andrea Lemos Xavier Galucio

Na história editorial brasileira algumas editoras se destacaram em função de uma linha de publicações que expressava projetos militantes de seus editores, principalmente após o golpe de 1964, na resistência à ditadura civil-militar. Foram os casos das editoras de partidos ou movimentos políticos de esquerda, mas também de editoras não originadas de organizações políticas e cuja visão crítica de seus editores foi que lhes garantiu esse papel. A editora Expressão Popular se insere nessa mesma perspectiva política de edição, porém, em outro contexto histórico e a partir de um projeto político definido no processo da luta pela terra.

A particularidade de sua origem pode ser identificada na análise comparativa com algumas das editoras existentes na história editorial brasileira com papel relevante no âmbito da militância política.

Editoras militantes no Brasil

A atuação das editoras partidárias, de forma geral, foi marcada por um curto período de existência. Editoras como a Ciências Humanas (1978, PCB e USP), Kairós (1978, PCdoB e OSI) e Brasil Debates (1979, PCdoB), por exemplo, criadas em fins de 1970 e ligadas a setores diferenciados dos partidos comunistas brasileiros encerraram suas atividades em princípios dos anos oitenta. Os motivos para o fim dessas editoras dizem respeito a três fatores: ao fato do êxito da empresa estar diretamente ligado ao êxito do projeto político, portanto, no momento em que este fora derrotado a editora também não sobreviveria; devido a uma "incapacidade administrativa", reforçando, então, que o lado empresarial não predominava, onde as empresas eram instrumentos de ação política e não tinham interesses econômicos; e por último a linha editorial não ser diversificada mas dirigida a um público muito específico.[1]

[1] Flamarion Maués Pelúcio Silva, Editoras de oposição no período da abertura (1974-1985): negócio e política, 2005.

O êxito de projetos políticos estará sempre subordinado e/ou dependente das condições materiais das empresas editoriais. Ainda que concordando com o fato de que tais iniciativas editoriais foram encerradas quando aquele projeto político perdera êxito, deve-se ressaltar o peso da particularidade dessas editoras, não perdendo de vista que seus projetos políticos estavam vinculados exclusivamente às ações de resistência de um contexto particular, de ditadura civil-militar, e ainda porque naquele momento publicar livros fazia parte de uma das atividades de militância de setores em oposição.

Certamente, nesses casos, as empresas foram criadas para concretizar fins políticos ou de militância política e, portanto, destaca-se que elas produziram tipos diferenciados de empresários no campo editorial brasileiro. Entretanto, as novas condições do mercado editorial, impostas aos editores, também foram construídas por parte deles e, conseqüentemente, as editoras de oposição ficaram em posição subordinada no conjunto da produção editorial brasileira. Isto não ocorreu apenas pela "incapacidade administrativa" das editoras de oposição, mas por dificuldades materiais das pequenas empresas em sobreviver financeiramente no mercado.

Ao profissionalismo supostamente inexistente ou "amador" na visão do autor[2] acrescenta-se o fato de que no período da "abertura" várias editoras passaram a publicar autores de esquerda, inclusive as de grande porte. Esse foi um fator que retirou daquelas pequenas editoras de oposição a exclusividade da divulgação de certas obras. Enquanto estas agiram em defesa de reforçar a luta democrática, outras editoras encontraram nos mesmos autores e obras o filão de vendas. É este o caso, por exemplo, da Editora Abril, que teve um grande sucesso editorial com as coleções Os Pensadores e Os Economistas, publicando autores de diversas linhas de pensamento, não representava por isso uma ação política de oposição, mas entrava no mercado de livros para competir e conquistar mais leitores. O mesmo se afirma sobre a editora Jorge Zahar que publicou autores marxistas, tendo em vista também uma estratégia de venda. Nas palavras do editor "...acho que fui o editor que mais publicou livros marxistas estrangeiros. (...) e aí prevalecia também uma razão de mercado. Esses livros tinham mais mercado que os livros antimarxistas."[3]

[2] Flamarion Maués Pelúcio Silva, Editoras de oposição no período da abertura (1974-1985): negócio e política, 2005.

[3] Jerusa Pires Ferreira(Org.), Jorge Zahar, São Paulo: EDUSP/Com-Arte, 2001. (Coleção Editando o Editor), v.5, p. 34 e 38.

Ainda a respeito das condições de publicação das editoras "de oposição", o fato de não apresentarem uma linha editorial diversificada e manterem a exclusividade de livros "engajados" relaciona-se por certo a falta de uma estratégia propriamente editorial, que na época já era realizada por outras editoras. A ausência de um catálogo diversificado contribuiu para o enfraquecimento comercial dessas editoras.

Outro caso relevante, além de mais antigo e mais longevo, de produção editorial militante a ser abordado diz respeito a editora do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Editorial Vitória, que acompanhando a clandestinidade do partido devido às perseguições políticas sofreu apreensões de livros ao longo de sua existência. Criada em 1944 por Leôncio Basbaum, membro do comitê central do partido, a editora publicou autores marxistas e atuou como distribuidora no Brasil dos livros clássicos socialistas publicados em Moscou pelas Ediciones em Lenguas Extranjeras, Nóvosti e Progreso. O auge de suas publicações ocorreu nos anos 1940 e 1950, período também em que sofreu maior repressão até então, sem, no entanto, deixar de publicar. O momento em que foram interrompidas suas publicações de forma quase definitiva ocorreu após o golpe de 1964, devido a atuação policial repressiva do regime militar. Apesar do seu novo diretor José Gutman resistir às proibições mantendo a circulação de alguns livros, as apreensões na editora continuaram a ocorrer até alguns anos após seu fechamento oficial, caracterizando-se numa perseguição que se manteve para garantir o fim da divulgação do marxismo no Brasil.[4]

Entretanto, ao debate sobre o papel de editoras militantes do pós-64 pode-se incluir, a título de exemplo, os casos de editoras não oriundas de partidos políticos e cujas atuações apresentaram a mesma perspectiva política. Como editoras sobreviventes no mercado no pós-64, vítimas da mesma perseguição política, mas que não deixaram de existir, ao contrário das apresentadas até o momento, pode-se afirmar que as editoras Civilização Brasileira e Brasiliense mantiveram suas militâncias, em graus distintos, pelo menos até a década de oitenta do século vinte publicando diversos autores do pensamento de esquerda.

O papel assumido pelos editores dessas empresas, Ênio Silveira e Caio Graco, respectivamente, até aqueles anos 1980, pode ser entendido pelo compromisso de empresários do livro de cunho progressista quanto a divulgação

[4] Luciana Lombardo Costa Pereira. Tese (Doutorado em Antropologia), Museu Nacional: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

de autores e temas que lhes garantiu o papel de editores militantes, atuantes ainda em manifestações políticas em prol do regime democrático[5].

A militância de editores ao longo dos vinte anos de regime militar esteve pautada por um mercado promissor para a produção de livros, entretanto, com grandes obstáculos políticos aos propósitos de resistência e crítica ao contexto político. Em fins do regime, em particular, entre 1979 e 1984, quando faliam aquelas editoras de oposição, analisadas no início do texto, as obras antes censuradas e/ou apreendidas tornavam-se publicáveis por diversas editoras. Nesses anos o setor de não-ficção, por exemplo, foi largamente contemplado por várias editoras, haja visto o sucesso editorial da literatura política, tais como: *As Veias Abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano e *O Governo de João Goulart* de Moniz Bandeira, dois livros entre os mais vendidos em 1978.[6]

É, portanto, nessa mesma linha da análise de editoras diretamente orientadas por um projeto político, mas acentuando as especificidades da nova conjuntura aberta nos anos 1990, e atentando para as características específicas com que uma editora engajada pode se relacionar com o mercado de livros, que se baseia a pesquisa em desenvolvimento sobre o projeto militante da editora Expressão Popular.

A Expressão Popular

O desafio posto na década de 1990 será de um mercado editorial dirigido pela lógica dos grupos de comunicação, na qual as editoras de pequeno porte estariam subordinadas. Esse quadro é resultante de duas décadas de política de incentivo ao crescimento do setor empresarial privado, o qual não estava apenas consolidado no Brasil dos anos 1990, como passava por um acelerado processo de concentração de capitais nas mãos de alguns grandes grupos empresariais e começava a receber investimentos mais pesados dos grandes grupos editoriais e de comunicação transnacionais.

A formação dos grupos editoriais no Brasil tem início ainda nos anos oitenta quando se verifica a mudança de posição das pequenas e médias empresas que naqueles anos já passavam a responder por um mercado que funcionava quase que paralelamente ao de didáticos ou das grandes empresas

[5] Andréa Lemos Xavier Galucio, Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro,2009.

[6] Sandra Reimão, Mercado Editorial Brasileiro 1960-1990, São Paulo: Com-Arte: Fapesp, 1996, p.70.

editoriais e gráficas. Elas chegaram aos anos 1990 como editoras sobreviventes da redistribuição no campo, pois, em geral, passaram a ocupar a posição de editoras subsidiárias dos grandes grupos ou se mantiveram tentando atingir um grau de profissionalização exigido, por sua vez, pelo novo modelo que sustentou as grandes editoras. As consequências das novas "necessidades", impostas pela dinâmica que vem se configurando desde os anos do regime militar, se desdobraram nos anos noventa na pluralidade das atividades dos chamados conglomerados de mídia, como afirmou Muniz:

> "A integração de empresas editoriais a grandes conglomerados de mídia, bem como os processos de inovação e convergência tecnológica que explodiram a partir dos anos 1980, são fatores que nos levam a considerar as problemáticas contemporâneas da editoração fundamentalmente como questões de comunicação. Hoje, é impossível pensar na dinâmica do setor editorial, em todo o mundo, sem levar em conta os movimentos que aproximam capital financeiro e capital produtivo, e a produção de conteúdos em diversas mídias, de modo integrado ou ao menos interconectado. Embora alguns autores destaquem a baixa rentabilidade das editoras em comparação com as empresas audiovisuais, por exemplo, o fato é que os grandes conglomerados midiáticos do mundo (Bertelsmann, Disney, Mondadori, TimeWarner, Planeta, Viacom, entre outras) possuem seus "braços editoriais".[7]

No campo editorial as editoras de didáticos foram protagonistas do processo hegemônico que instaurou um perfil profissionalizante típico das grandes empresas de comunicação. Disputando a hegemonia do mercado com as grandes empresas de didáticos, mas por meio de seus projetos, inseridos num processo internacionalizante das políticas culturais, é que foram criados os grupos editoriais, com ou sem a participação das editoras de didáticos.

No mercado editorial dos anos 1990, no qual as editoras de livro didático são comprovadamente as de maior faturamento surgem, entretanto, os agrupamentos de editoras como: Abril Cultural, Grupo Editorial Record, Grupo Scortecci, Grupo Editorial Summus, Grupo Ediouro, etc.. que passam a configurar o mercado junto aos grupos estrangeiros como Vivendi, Santilhana, Planeta, Oceano, etc.

No entanto, concomitantemente, uma nova proposta de edição se construía, como o demonstra a criação da editora Expressão Popular, que, com uma estratégia de preços mais baixos, calcada na renúncia aos direitos autorais

[7] José de Souza Muniz Junior, Movimentos recentes das editoras de livros e a situação dos trabalhadores do setor. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008, Natal. *Anais*..., 2008.

por parte dos autores e numa rede alternativa de distribuição, encontrou uma forma diferenciada de inserção na lógica do mercado, à luz da militância de seus editores e autores com fins de expandir o acesso ao livro.

O processo que deu origem à criação da editora deve ser entendido ainda no bojo da própria história do MST e com base em seu projeto de formação política, instituído em função de seu compromisso social. Desde a origem do movimento foram definidos objetivos centrais que expressavam a ampla perspectiva de luta de sua militância: *pela terra, pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa*[8], traduzida ao longo dos anos subsequentes nas diversas direções do conjunto de suas iniciativas.

Esse fato pode ser identificado na construção de seu projeto pedagógico, como analisou Roseli Caldart, para quem o projeto de Educação do MST se confunde com o próprio ser do movimento. Ao reconhecer a dimensão pedagógica do projeto político do MST como intrínseca à constituição do movimento, a autora exige "pensar no movimento social como princípio educativo, ou seja, como base da concepção de educação construída através da experiência humana de ser do MST, ou de fazer-se um nome próprio: Sem Terra."[9]

Uma das iniciativas para realização do projeto de Educação foi concretizada na construção de uma sede para o funcionamento da Escola Nacional Florestan Fernandes, realizada entre 2000 e 2005. A criação da Escola devém da realização de um dos projetos da Campanha Terra, lançada pelo MST, com apoio do fotógrafo Sebastião Salgado, após o massacre de Eldorado dos Carajás, entre os quais incluem-se dois outros grandes objetivos: *desenvolver a solidariedade e buscar uma sede nacional*[10].

Os acontecimentos daqueles anos da década de 1990 revelariam, contudo, um novo desafio para o movimento cujo enfrentamento exigiria um conjunto de iniciativas com fins de expandir a visão política no interior do MST e a respeito dele. O massacre de Eldorado dos Carajás teria exigido ampliar o debate acerca das condições da formação política de sua militância no contexto neoliberal brasileiro. Segundo o editor Carlos Belle, a Campanha Terra teria realizado esse propósito mais amplo, de criar meios para fazer as críticas ao governo e a ação policial.[11]

---

8 Carlos Bellé(editor da Expressão Popular) em entrevista à autora em 2010.

9 Roseli Caldart, Pedagogia do Movimento Sem Terra, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001, p.317.

10 Carlos Bellé em entrevista concedida à autora em 2010.

11 Carlos Bellé em entrevista à autora em 2010.

Destaca-se o empenho na formação política por meio dos cursos de formação organizados pelo movimento, constituídos por aulas expositivas e distribuição de material escrito, principalmente, no formato de apostilas. Houve um momento em que surgiu a ideia de se produzir livros no lugar das apostilas, o que teria ocorrido a partir de um exemplo de iniciativa editorial fora do movimento, porém de uma editora que mantinha vínculos com o MST. Segundo Flamarion Silva[12], o livro *Rememória: entrevistas sobre o Brasil do século XX*, lançado pela Perseu Abramo que agrupava várias entrevistas realizadas pela revista Teoria & Debate no início da década de 1990 teria sido o modelo inspirador.

Ao longo do 9º Encontro Nacional do MST realizado em 1998 a Secretaria Nacional do Movimento homenageou alguns intelectuais e militantes que consideravam "grandes lutadores e pensadores do povo brasileiro", como foram os casos das homenagens a Madre Cristina, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Isaac Akcelrud e José Gomes da Silva[13]. Quando essa homenagem aconteceu as entrevistas deles já tinham sido realizadas para a já mencionada Revista Teoria e Debate. A homenagem feita no referido Encontro aos "lutadores do povo" ocorreu em meio as discussões que buscavam criar formas de orientar e incentivar a militância a "assumir o compromisso de que seguiremos estudando e lutando por seus ideais..."[14] tais como os homenageados. A ideia de divulgar tais entrevistas numa publicação exclusiva para a militância do MST originou-se neste evento.

Logo após o Congresso foi então organizado o livro, sob o titulo *Rememória: semeando idéias e exemplos de vida*, ainda em 1998, cuja venda era proibida, pois se destinava a militância do MST, exclusivamente. Essa primeira experiência editorial representou no conjunto das iniciativas do movimento, desenhadas naquele momento pela Campanha Terra, como uma possibilidade de se produzir livros para a militância, já que comprá-los era inviável pelos altos preços do mercado editorial brasileiro.

A ideia de substituir as apostilas pelos livros passou a ser visualizada mais concretamente a partir dessa iniciativa conjunta com a editora Perseu Abramo.

---

[12] Flamarion Maués Silva (editor da Fundação Perseu Abramo nos anos 1990) em entrevista à autora em 2011.

[13] Esses quatro lutadores já haviam sido entrevistados pela Revista Teoria e Debate em princípios dos anos 1990.

[14] Secretaria Nacional do MST, Rememória: semeando idéias e exemplos de vida,São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e MST, apresentação, p.11.

Uma das campanhas reconhecidamente necessárias para o MST, portanto, dizia respeito a sua própria formação política. Nessa parceria com a Perseu Abramo registrou-se uma produção cultural por meio da contribuição teórica e política de intelectuais militantes: "Por isso, conclamamos todos os militantes do MST a estudar, conhecer e debater suas ideias e ideais. E seguir seus exemplos."[15]

Nesse contexto, a criação da editora assume, inicialmente, uma função complementar ao projeto da Escola Nacional, de formação política, inserida ainda na construção e consolidação de sua própria pedagogia. O militante "eleito" para coordenar tal iniciativa editorial no interior do próprio movimento, Carlos Belle, era na época coordenador do Encontro dos Amigos - cujas atividades centrais eram de arrecadação de recursos internacionais para sobrevivência do movimento. Desde então o militante Carlos Belle coordenou as atividades editoriais da Expressão Popular.

Foi, portanto, em um momento crucial da história do MST, em fins da década de 1990, que surgiu a ideia de se criar uma editora popular, inaugurando um novo projeto político-cultural no campo editorial brasileiro. A editora carregaria em seu nome um projeto de acesso ao livro de caráter popular. A marca Expressão Popular teria se originado após algumas tentativas de nomear a editora em função de seu objetivo de refletir um projeto de ampla distribuição do livro movido pela preocupação com o "*debate crítico, a necessidade de superação da propalada crise ideológica e a manutenção do projeto de transformação*"[16]. Dessa maneira, dar-se-ia à direção da linha editorial seu caráter político militante.

Apesar da análise do catálogo da editora estar em desenvolvimento nesse momento da pesquisa, apresenta-se a seguir as primeiras publicações para ser concluída a proposta desse texto sobre as condições históricas de criação da editora.

A linha editorial inicial se detinha na publicação de autores clássicos do marxismo. Em 28 de Junho de 1999, quando a Expressão Popular lançou sua primeira publicação, a editora enviou para seus colaboradores um exemplar do livro e uma carta que documentava seu livro de estreia.

O primeiro livro publicado pela editora Expressão Popular foi LENIN E A REVOLUÇÃO RUSSA, de autoria de Oziel Gomes, sobre o qual se afirma:

[15] Secretaria Nacional do MST, Rememória: semeando idéias e exemplos de vida,São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e MST, apresentação, p.11.

[16] Carlos Bellé em entrevista à autora em 2010.

> Nossa tarefa foi justamente procurar, a partir das obras escritas sobre Lênin e sobre a Revolução Russa, destacar de forma resumida seus aspectos principais e colocá-los de uma forma didática, para servir de introdução ao tema, já que a maioria dos livros do próprio Lênin, e os livros sobre sua vida ou sobre a Revolução Russa, são profundos, e de difícil acesso à maioria da militância[17].

A necessidade de inaugurar uma linha editorial dirigida para a militância aparece em diferentes documentos. A título de demonstração, no texto de introdução do primeiro livro afirma-se: "Lênin e a Revolução Russa estão ficando cada vez mais distantes dos que mais precisam conhecê-los: a militância de base das organizações sociais e políticas"[18].

Em 2009 a Expressão Popular comemorou dez anos de existência, tendo até então publicado 234 títulos, de 327 autores, alcançado a marca de mais de um milhão de exemplares impressos, graças a uma política marcada pelo baixo preço de seus livros e pela montagem de um catálogo que mescla referências teóricas fundamentais do marxismo a autores clássicos do pensamento social brasileiro com pesquisas recentes desenvolvidas em ambiente universitário. O assumido tom engajado de sua produção pode ser avaliado pela frase de Leandro Konder que foi adaptada para suas comemorações de uma década de funcionamento: "Uma editora na batalha das ideias"[19].

Atualmente podem ser observadas mudanças na vinculação da Expressão com o MST em função dos desdobramentos de sua posição no campo editorial brasileiro. Apesar de originar-se dos projetos estratégicos do MST em fins da década de 1990 – ligado a proposta nacional do Movimento de capacitar a formação de seus militantes – atualmente há um dissenso sobre o grau dessa relação. Tanto nas entrevistas realizadas quanto em documentos da editora, foram identificadas visões distintas de seus autores e/ou colaboradores a respeito do grau de comprometimento político-ideológico nas escolhas editorais realizadas ao longo de pouco mais de dez anos de funcionamento.

Apesar do principal coordenador do projeto da EPP afirmar que a Editora hoje não é uma editora do MST, pois teria adquirido uma autonomia que lhe garantiu ter o papel de atender à demanda de diversos movimentos sociais, é necessário avançar na pesquisa a respeito do projeto editorial da EEP que venha confirmar esta afirmação.

---

[17] Oziel Gomes. Lênin e a Revolução Russa. São Paulo: Expressão Popular, (2 edição) 2006.P.10

[18] Oziel Gomes, Lênin e a Revolução Russa, São Paulo, Expressão Popular, p.15.

[19] Leandro Konder, O marxismo na batalha das idéias, São Paulo, Expressão Popular, 2009.

A atividade cultural da editora Expressão Popular está desde sua origem vinculada ao histórico do MST, o que atualmente vem a distanciar um projeto do outro é a função intrínseca a uma editora, que ao se autonomizar cria suas próprias condições materiais para realizar seu projeto, passando a ocupar uma posição particular no mercado editorial. O projeto originalmente formulado para lançar determinados autores selecionados por integrantes do MST agora passa a ser dirigido quase exclusivamente por seus dois editores, o que dá a eles uma visão mais autônoma em relação ao Movimento. No entanto, esses mesmos editores admitem que suas escolhas passam pela (re)definição da linha editorial realizada em discussões com o Conselho Editorial, nas quais buscam manter fidelidade ao projeto mais amplo de atender às demandas dos movimentos sociais em geral.

Contudo a atuação da editora Expressão Popular tem revelado que a relação entre projeto político e atividade editorial pode gerar empreitadas mais bem sucedidas do que as analisadas no início do texto. E isso, por certo, se relaciona também a uma distinção entre o empreendimento da Expressão e as características administrativas daquelas editoras mencionadas no início do texto. A Expressão destaca-se em relação às editoras militantes existentes anteriormente no campo editorial brasileiro por sua origem na militância de um movimento social de trabalhadores de indiscutível expressão política no Brasil recente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST); e na contramão do eixo de mudanças que naquele momento alterava o funcionamento do campo editorial brasileiro, a crescente formação dos grupos editoriais.

Bibliografia:

AZEVEDO, Ricardo de e MAUÉS, Flamarion (orgs). Rememória: entrevistas sobre o Brasil do século XX. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

CALDART, Roseli. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

FERREIRA, Jerusa Pires (Org.). Jorge Zahar. São Paulo: EDUSP/Com-Arte, 2001.C oleção Editando o Editor), v.5, p. 34 e 38.

GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

GOMES, Oziel. Lênin e a revolução russa. São Paulo: Expressão Popular,

2009.

KONDER, Leandro. O marxismo na batalha das ideias. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MUNIZ JUNIOR, José de Souza. Movimentos recentes das editoras de livros e a situação dos trabalhadores do setor. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008, Natal. *Anais*..., 2008.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. A Lista negra dos livros vermelhos: uma análise etnográfica dos livros apreendidos pela polícia política no Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Antropologia), Museu Nacional: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Flamarion Maués Pelúcio. Editoras de oposição no período da abertura (1974-1985): negócio e política, 2005. Dissertação (Mestrado em História Econômica). USP, São Paulo, 2005.

STÉDILE, João Pedro e MANÇANO, Bernardo. Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

Documento:

Carta de divulgação do lançamento do primeiro livro da editora Expressão Popular.

Entrevistas:

Carlos Belle. Dezembro de 2010
Flamarion Maués Silva. Julho 2011.

Estudo comparativo sobre os movimentos sociais rurais na península ibérica e no Brasil

Paulo Pinheiro Machado[1]

Nos últimos dois séculos, os movimentos camponeses, por adotarem diferentes formas de expressão, freqüentemente foram considerados como uma manifestação isolada de bandoleirismo ou, em se tratando de movimentos que agruparam grandes contingentes populacionais resistentes a determinadas políticas de modernização, são simplesmente classificados como "reacionários" que se organizam em forma de "seitas" ou ajuntamentos herméticos de "fanáticos". Estes movimentos parecem ser impulsionados por forças irredutíveis às explicações racionais. Marcantes fronteiras culturais, produto de determinada formação intelectual urbana e industrialista, obliteravam a visão de intelectuais e pesquisadores acerca destas manifestações.

No estudo sobre o movimento sertanejo do Contestado (MACHADO, 2004) foi possível observar que os movimentos sociais rurais como um todo, mas principalmente os que assumem traços de linguagens religiosas, através da manifestação de alguns aspectos milenares e messiânicos, foram tratados pela maior parte da historiografia, mesmo em publicações recentes, como produto da manifestação de formas de patologia social. A antiga caracterização de "fanatismo", presente nas primeiras crônicas dos militares que narraram suas experiências na campanha do Contestado (CARVALHO, 1915; ASSUMPÇÃO, 1917; PEIXOTO, 1995), estava associada a uma interpretação de que as populações sertanejas, por miséria e abandono, tinham sido vítimas da exploração de indivíduos oportunistas, charlatões e enganadores que, com seus discursos sedutores, mergulharam pobres agricultores em "seitas fanáticas", numa manifestação coletiva de irracionalidade e loucura. Desta maneira, os sertanejos só eram pensados como indivíduos ignorantes e incapazes, sujeitos

[1] Professor Associado do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, em estágio Pós-Doutoral na UFF de 1º de julho a 31 de dezembro de 2010, sob a supervisão da Profa. Dra. Márcia Maria Menendes Motta.

à vontade alheia, representantes de um mundo arcaico e sem qualquer aptidão para, por si sós, superar suas mazelas e construir seu destino. Giovanni Levi (2000) estudando a atividade de um exorcista no norte da Itália, também observa esta atitude predominante da historiografia e das ciências sociais no estudo de antigos movimentos camponeses.

A partir da década de 1950, nas ciências sociais no Brasil, acompanhando uma tendência internacional, com o emprego do conceito sociológico (predominantemente weberiano) de messianismo, há uma releitura destes movimentos sociais com críticas à abordagem preconceituosa dos primeiros cronistas militares, sendo o conceito de "fanatismo" abandonado. Entretanto, para os cientistas sociais desta geração, mesmo identificando importantes razões econômicas, culturais e sociais que provocaram estes conflitos, a manifestação de movimentos messiânicos não deixava de ser uma "patologia", resultado de um isolamento social destas comunidades que, vivendo em estado de "anomia social", encontravam nas manifestações messiânicas uma forma "alienada" de rebelião (VINHAS DE QUEIROZ, 1966).

Atualmente, uma maior preocupação com a existência de múltiplas diferenças culturais e de expressão política, tem permitido a novos autores um reexame destes movimentos sociais, até o ponto de Duglas Monteiro (1974) considerar os sertanejos do Contestado como pessoas normais (ou pelo menos tão normais quanto os que os combateram). Trata-se de uma virada significativa de interpretação, início de um processo de estudo de relações sociais e culturais concretas vividas por estas pessoas, resgatadas do limbo da irracionalidade e da patologia social. De igual maneira, caem por terra as visões que identificam nestas populações apenas carências e debilidades. Pobreza, analfabetismo, condições precárias de saúde não são aspectos insignificantes, porém não podem ofuscar as condições concretas de construção de projetos, de luta política, de afirmação cultural que estas populações tentaram edificar para seu destino.

Para a literatura científica mais recente, o campesinato já deixou de ser considerado um grupo social conservador, sobrevivente de antigos modos de produção, uma camada resistente às mudanças. Trata-se de um grupo que possui muito mais dinamismo e capacidade de adaptação e apropriação de mudanças (WANDERLEY, 2004).

Desta forma, no estudo dos movimentos sociais rurais, é evidente que não devemos aplicar modelos anacrônicos e idealizados, mas precisamos

operar um trabalho com as fontes com uma sensibilidade mais desperta, para poder entender os significados precisos que determinados termos tinham em contextos peculiares. Quando os primeiros cronistas militares registram, com espanto, que os sertanejos do Contestado davam "vivas" à monarquia, e lutavam até a morte por este princípio, eles não conseguiam entender um outro sentido para "monarquia" que não fosse à restauração dos Braganças no trono brasileiro. Os caboclos, por sua vez, jamais lutaram pelo retorno dos Braganças, mas sim pelo que afirmavam ser uma "monarquia celeste" (MONTEIRO, 1974; FELIPE, 1995; GALLO, 1999; ESPIG 2004) que significava uma vida com justiça e bem-estar, um retorno a um passado mistificado, uma Idade do Ouro. De igual maneira, o campesinato não é um grupo "puro", que vive à parte dos outros setores e classes sociais, das relações locais e estatais de poder. Muitos movimentos sertanejos ganham expressão e força em conjunturas políticas macro favoráveis a seu crescimento ao à sua precoce extinção. O movimento do Canudinho de Lages (1897) foi alvo de forte repressão, vista até por alguns contemporâneos como desproporcional, muito mais pelo resultado do precário equilíbrio político de forças regionais, no início da República, do que pela suposta ameaça representada por um povoado de 400 devotos de João Maria na divisa entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina (MACHADO, 2008)

Estas dificuldades estão dadas para todos que procuram estudar uma história "vista de baixo", ou seja, grandes dificuldades em interpretar fontes produzidas pelas classes dominantes e por diferentes órgãos do Estado (HOBSBAWM, 1998) sobre camponeses, trabalhadores e homens pobres em geral. Apesar do recuo cronológico inviabilizar uma história oral, ainda há muita documentação judiciária e de viajantes - além de uma retomada de fontes já estudadas sob um novo olhar - suscetíveis a análises que possibilitem "ouvir" os camponeses.

Certamente caminhamos sob um terreno incerto, onde devemos evitar conclusões categóricas e indicações absolutas, mas um trabalho centrado na busca de estratégias populares deve descartar as primeiras máscaras de "turbas" ou da "manifestação irascível da ralé", visões recorrentes das classes dominantes, incapazes de entender uma lógica do protesto popular (RUDÉ, 1991). A reconstrução de determinadas formas ritualizadas de protesto e rebelião popular implica em procurar entende-las num contexto de legitimação de demandas, mesmo quando aparentemente se apresentem como movimentos em defesa de uma "Santa Religião", uma defesa do "Rei" e de relações ligadas

ao paternalismo do Antigo Regime. Como nos demonstra Thompson (1998), no estudo das mobilizações da plebe inglesa do século XVIII, muitas vezes o teatro do paternalismo e da submissão podia encobrir estratégias de defesa de direitos e formas de resistência a processos de modernização e expropriação, convertendo-se em eficazes meios de luta de classes.

Durante os séculos XIX a Espanha e, particularmente a região da Catalunha vivenciou a emergência de fortes movimentos camponeses, expressos em meio a importantes conflitos que opunham praticas liberais a antigos costumes, além de acirradas querelas advindas de conflitos regionais agravados com a centralização do Estado Nacional. As lutas contra a ocupação napoleônica foram o ponto de partida. Mas, depois de restaurada a monarquia espanhola, apesar da abolição formal da cobrança dos direitos feudais, a vida no campo continuou difícil, principalmente pelo aumento exorbitante dos impostos praticados pelo governo do Rei Fernando VII.

A participação dos camponeses catalães na guerra de sucessão ao trono espanhol (primeira guerra "Carlista" entre 1833-1840) demonstra que não se tratava de um simples alinhamento subordinado e automático aos setores sociais identificados com o clero e saudosos do absolutismo. Após a morte de Fernando VII, o trono passou a ser disputado pela regente Maria Cristina, representando os setores liberais e constitucionais, identificados com a modernização burguesa e com Madrid e, por outro lado, por Carlos Bourbon, irmão de Fernando VII e representante de um absolutismo de fundo religioso, apoiado por setores tradicionais da Espanha. A depressão econômica que se seguiu às guerras napoleônicas, a queda da renda agrícola e a secularização dos bens do clero jogavam importantes setores da população rural a apresentar-se como "voluntários" das tropas "Carlistas" (VILAR, 1990). Retorno ao passado? Busca da Idade de Ouro? Estes sentimentos estavam presentes. O clero e os setores ligados ao antigo regime absolutista souberam atrair os camponeses pelo fato de oporem resistência a medidas liberalizantes e por combaterem o poder central em Madri. O fim das antigas obrigações feudais deveria ser complementado por uma nova e polêmica legislação de terras que levantava para discussão o que se fazer com as terras comuns e as propriedades do clero.

As políticas liberais tiveram diferentes ensaios de aplicação na Espanha, gerando descontentamento crescente entre a população rural e vários setores urbanos, atingidos pelas políticas modernizadoras. Desde o reinado de Carlos III, (1759-1788), medidas liberalizantes do comércio dos cereais

eram implementadas por ministros "iluministas" fortemente influenciados pelo pensamento fisiocrático. Desejavam estes reformadores "destravar" as forças econômicas produtoras de riqueza, entendida pelo estímulo a uma agricultura comercial. Para tanto, consideravam necessário proceder a modificações da legislação e das práticas sociais e econômicas do Antigo Regime (FONTANA, 1979).

A Espanha viveu um choque político de grandes proporções com a invasão napoleônica de 1807 e a longa guerra de guerrilhas contra a ocupação francesa que se seguiu até 1913. A população pobre do meio rural passou a defender o Rei capturado pelos invasores, implementando violenta resistência às tropas napoleônicas. Os restauradores conseguiram legitimar seu retorno ao poder com Fernando VII, mas as dificuldades políticas se agravaram com a crise financeira do Estado e o processo de independência em marcha da maior parte dos territórios de ultramar.

Durante o Triênio Liberal (1820-1823) quando Fernando VII ficou submetido ao parlamento (as *Cortes*) as políticas de modernização voltaram a ser editadas. Uma das principais foi o processo de modificação do regime jurídico da propriedade sobre a terra, com a extinção do sistema de morgadio (*mayorazgo*), o fim das *manos muertas* e a abolição de impostos arrecadados pelo clero (CLEMENTE, 2005). Estas medidas reforçaram, na prática, o poder dos grandes proprietários. Os camponeses tiveram que se submeter ao pagamento crescente de impostos em dinheiro (em substituição às antigas rendas em gêneros que entregavam aos senhores e ao clero) o que agravou suas já precárias condições de subsistência (NEVES, 2003). O novo regime de propriedade acabava com vinculações de solares às terras e títulos, permitindo as partilhas por herança. Os bens do clero foram encampados pelo Estado, primeiramente das ordens religiosas, e arrematados por particulares para o abatimento da dívida pública (*desamortización*). Em conseqüência destas medidas, as *partidas realistas* (verificadas a partir de 1822), movimentos armados da plebe rural contra os liberais em apoio à restauração dos poderes absolutos de Fernando VII, cresceram e somaram-se aos invasores da Santa Aliança para derrubar o governo do Triênio liberal.

Reações a políticas de liberalização, particularmente de liberalização das propriedades fundiárias, aconteceram por vários países da Europa, não apenas na Espanha. Em Portugal nas décadas de 1820 a 1840 houve conflitos de semelhante natureza (TENGARRINHA, 1992 e FERREIRA, 2002).

A grande nobreza terratenente esteve, durante as duas guerras carlistas, aliada aos governos reformadores de Madri e em oposição ao movimento rebelde. As formas de superação do morgadio e a administração do novo estatuto jurídico da propriedade prejudicava, além de uma ampla camada de camponeses médios e pobres, alguns setores da pequena nobreza. A alta nobreza ocupava posições políticas de destaque, na direção de importantes setores "exaltados" e "moderados", além de forte participação na maçonaria (o que despertava ódio de vários setores do clero) e se favorecia tanto da política liberal do Triênio, como das reformas pelo alto promovidas por Fernando VII (ZAVALA, 1971).

Os liberais desejavam, de igual maneira, imprimir uma universalização de princípios jurídicos nas áreas civil, comercial e penal, para deslocar a legislação do Antigo Regime (BAHAMONDE e MARTÍNEZ, 2005). Isto resultava num processo de profunda modificação da estrutura do Estado, uma vez que atingiria os *Fueros* há séculos usufruídos por regiões que viviam com grande autonomia frente ao governo de Madri. Os *Fueros* estabeleciam privilégios de isenção do serviço militar, não aplicação de impostos a determinadas comunidades, administração sobre terras comunais, códigos penais e comerciais locais e outras peculiaridades. As duas guerras Carlistas tiveram a participação decisiva de bascos e catalães, além de habitantes do norte de Castela, regiões que até então usufruíam de grande autonomia em relação ao governo de Madri.

Desta forma, a oposição a determinadas medidas modernizadoras teve a clivagem regional como ponto de confluência de diferentes projetos políticos em disputa. A construção de uma imagem rebelde da Catalunha que se consolida durante a segunda Guerra Carlista (1846-49), referia-se tanto a atividade das *partidas* matinais de camponeses, como da atuação de trabalhadores urbanos (estes desenvolviam no início do séc. XIX formas "luddistas" de resistência à industrialização de Barcelona) apesar de significar diferentes perspectivas de luta, tinham em comum o fato de serem catalães lutando contra representantes de Castela.

A longa e complexa relação do clero católico com importantes camadas de camponeses catalães e de outras regiões da Espanha, não os tornou objeto passivo das políticas da Igreja. Importante registrar que a própria Igreja, como estrutura, não apresentou comportamento uniforme durante as Guerras Carlistas, havendo uma adesão do alto clero ao governo de Madri e uma forte

participação de sacerdotes entre os rebeldes carlistas (ARTOLA, 1973). O lema bradado pelos carlistas - *Diós, Pátria y Rey* – foi a síntese de um conjunto de demandas de grupos sociais heterogêneos, e que foi apresentando mudanças de significado no correr dos conflitos. Na trajetória do *Carlismo* durante o século XIX é possível vislumbrar um crescente abandono dos legitimistas e setores políticos mais ligados ao absolutismo e uma presença marcante das demandas populares, havendo inclusive a aproximação com políticos federalistas e republicanos em 1848.

Desta maneira, este plano de estudos tem como propósito avaliar as concepções políticas e as formas de atuação do campesinato espanhol durante as duas primeiras guerras carlistas (1834-40 e 1846-49) [2], estudando, além do impacto das medidas liberalizantes, suas demandas específicas sobre vida e relações no meio rural e a adesão ou oposição a diferentes formas de Estado em disputa no período.

O estudo sobre formas históricas de manifestação política e cultural do campesinato apresenta um conjunto muito significativo de obstáculos teóricos e metodológicos que, se alguns dificilmente podem ser resolvidos, devem pelo menos ser alvo de reflexão para o pesquisador e servir como advertência de todos os leitores de textos antigos ou de textos de outras culturas. Antes de tudo, o estudo do campesinato de outra época implica em estudar o conjunto de aspectos de uma cultura, como um sistema de significados, para poder entender os comportamentos "normais", as "situações-limite" e formas individuais de intervenção (GINZBURG, 1987).

Os camponeses não são um grupo social que integram uma cultura distinta do restante da sociedade envolvente, porém possuem diferentes tradições culturais e formas de relação com o Estado e as classes dominantes que os tornam realmente diferentes das tradições urbanas, particularmente com o início da industrialização. Estas diferenças se manifestam em seus atos cotidianos (como o trabalho, as festas, as colheitas) e em ocasiões excepcionais (como guerras e rebeliões). Como o historiador é um "tradutor" das sociedades passadas para os leitores do presente, sempre terá que procurar ser "fiel" aos significados dos textos antigos, mas buscará explicá-los com conceitos de hoje, para ser inteligível ao público atual[3]. Se o estudo do passado de uma sociedade

[2] A terceira Guerra Carlista, ocorrida entre 1873 e 1876 não será objeto de estudo deste plano por ser ligada a um contexto político e social muito distinto das duas primeiras.

[3] Este é um procedimento proposto por Peter Burke. PALHARES-BURKE, Maria Lúcia. *As muitas faces da História*: nove entrevistas. São Paulo: Editora da UNESP, 2000, entrevista com Peter Burke, pp 203-204.

pode ser comparado ao estudo de "um país estrangeiro", o que implica num complexo trabalho de compreensão de outros procedimentos culturais, o estudo do passado do campesinato pode ser comparado à análise de um "país duplamente estrangeiro" (LOWENTHAL, 1985).

É óbvio que, em última instância, a humanidade possui um repertório de comportamentos políticos e culturais que é presente em muitas épocas e em sociedades muito distantes cultural e cronologicamente, com no estudo comparativo entre os gregos do século V a.C. e os polinésios do século XIX, relatado recentemente por Marshall Sahlins (2006). Tucídides já afirmava, com algum exagero, que o comportamento humano é algo imutável e que este deve ser o verdadeiro objeto de investigação da história, fonte de sua utilidade real[4]. Negar esta afirmação não implica em afirmar que tudo é mutável a todo tempo. Mas implica em reconhecer que há aspectos culturais e sociais com longa permanência em diferentes sociedades humanas.

É neste momento que assume importância decisiva a realização de estudos comparativos. Estes, mesmo sendo recomendados por influentes historiadores, como Marc Bloch, foram nas últimas décadas alvo de críticas devastadoras, principalmente em ocasiões onde são elaborados por sociólogos e cientistas políticos, na busca por modelos explicativos e tipologias que envolvam muitos países e diferentes culturas. Nesta situação, fica muito fácil para cair-se em esquematismos e modelos com efeitos pirotécnicos, mas muito pouco úteis para o entendimento das diferentes sociedades comparadas.

As dificuldades são muitas, mas todas as áreas de conhecimento necessitam de estudos comparativos para questionar seus pressupostos e até seus consensos. Para Jack Goody (1996), os estudos comparativos são importantes instrumentos para se criticar o etnocentrismo e para se mitigar visões extremamente localistas. O crescimento do nível de especificidade dos estudos ocorrido nos últimos anos reclama pela realização de estudos comparativos, forma eficaz para se verificar a abrangência social e geográfica de determinados resultados. Há o sério risco de cair em superficialidade, em comparações rápidas, aparentes e descontextualizadas. A realização do estágio pós-doutoral

---

[4] "*Pode acontecer que a ausência do fabuloso em minha narrativa pareça menos agradável ao ouvido, mas quem quer que deseje ter uma idéia clara* ***tanto dos eventos ocorridos*** *quanto* ***daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em conseqüência de seu conteúdo humano****, julgará a minha história útil e isto me bastará.*" (grifo meu) TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. 3ª edição, tradução de Mário da Gama Cury. Brasília: Ed. UnB, 1987. Livro primeiro, capítulo 22. p. 28.

tem como um dos fins evitar estes problemas, já que estaremos trabalhando entre especialistas e interagindo com a comunidade acadêmica local.

Bibliografia de referência:

ARTOLA, Miguel. "La Burguesía Revolucionária (1808-1874)". *Historia de España Alfaguara*. Vol. V. Madrid: Alianza Editorial, 1973.

BAHAMONDE, Angel e MARTÍNEZ, Jesús A. *Historia de España*, siglo XIX. Madrid: Ed. Cátedra, 2004.

BERNALDO DE QUIROS, Julio. *El bandolerismo andaluz*: Constancio Bernaldo de Quiros y Luis Ardila. Madrid: Ediciones Turner, 1988. 262p.

BLOCH, Marc . *A Terra e seus homens*. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru: EDUSC, 2001.

CABRAL, Oswaldo R., *A campanha do contestado*. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1979.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Relatório apresentado ao General José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações de guerra no Contestado.* Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915.

CLEMENTE, Josep Carles. *Los reyes carlistas en la Espana contemporânea*. Madrid: A. Machado Libros, 2006.

D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *A campanha do contestado*: as operações da columna do sul. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1917. 392p.

ESPIG, Márcia Janete e MACHADO, Paulo Pinheiro (orgs.) *A Guerra Santa revisitada*: novos estudos sobre o movimento do Contestado. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

ESPIG, Márcia Janete. *A presença da gesta carolíngia no movimento do Contestado*. Canoas: ULBRA, 2002. 239p.

_____. *Personagens do Contestado*: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915). Tese de Doutorado História, UFRGS, 2008.

FELIPPE, Euclides J. *O ultimo jagunço*: folclore na historia do **Contestado**. Curitibanos: Ed. da Universidade do **Contestado**, 1995. 211p.

FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. *Rebeldes e insubmissos*: resistências populares ao liberalismo (1834-1844). Porto: Afrontamento. 2002.

FONTANA, Joseph.*La crisis del Antiguo Regimen, 1808-1833*. Barcelona:Anagrama, 1979.

_____. (org.) *Catalunya i Espanya al segle XIX*. Barcelona. 1987.

_____. *Los catalanes en la guerra de España*. Barcelona: Acervo, 1951.

FIGUEROLA, Jordi. *El bisbe morgades i la formació de l'església catalana contemporània*. Barcelona: Abadia de Montserrat, 1994.

GALLO, Ivone Cecília D'Ávila. *O Contestado*: o sonho do milênio igualitário. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. Trad. de Maria B. Amoroso. S. Paulo: Cia das Letras, 1987.

GOODY, Jack. *The East in the West*. Cambridge: Cambridge University Press. 1996.

HERMANN, Jacqueline. "D. Sebastião e a Cidade do Paraíso Terrestre. Notas sobre o movimento sebastianista da Serra do Rodeador." *Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, v. 19, p. 207-219, 2002.

HOBSBAWM, Eric J e RUDÉ, George. *Capitão Swing*: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

HOBSBAWM, E.J. (Eric J.). *A era das revoluções*: Europa 1789-1848. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____**.** *Rebeldes primitivos*: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 242p.

_____. *Sobre História*. São Paulo: Cia. Das Letras. 1998.

JIMENEZ, Juan Ramon. *Guerra en España:1936-1953*. Barcelona: Seix Barral, 1985. KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. 3a ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 329p.

KRANTZ, Frederick (org.). *A outra história*: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1990.

LAZARO CARRETER, Fernando. *Las ideas linguisticas en España durante el siglo XVIII*.. Barcelona: Critica, 1985.

LEMOS, Zélia de Andrade. *Curitibanos na historia do Contestado*. [s.l]: [s.n.], 1977 (Florianopolis : IOESC). 217p.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial:* a trajetória de um exorcista no

Piemonte do século XVII. Trad. Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LOWENTHAL, David. *The past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

LUZ, Aujor Ávila da. *Os fanáticos*: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos (contribuição para o estudo de antro-psico-sociologia criminal e da história do movimento dos . 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. 296p.

MACEDO, José Rivair ; ESPIG, Márcia Janete. "De Roncesvales ao Contestado: resignificações da memória carolíngia na Península Ibérica e no Brasil." *Estudos Ibero-Americanos* (PUCRS), Porto alegre, v. 25, n. 1, p. 135-159, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 21cm. 397p.

_____. "O conflito do Canudinho de Lages (1897)". *Estudos de Sociologia* (UNESP - Araraquara), v. 13, p. 65-78, 2008.

MARTINS, José de Souza . *Os Camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MINA, M. C. *Fueros y revolucion liberal de la monarquia constitucional em España (1780-1853)*. Madrid. 1974.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século*: um estudo sobre o surto milenarista do contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974. 281p.

MOTTA, Márcia M. *Nas fronteiras do poder*: conflito e direito a terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do RJ. 1998.

_____. (org.) *Terras Lusas: A questão agrária em Portugal*. Niterói: Ed. UFF, 2007.

MOUSNIOR, Roland. *Furores campesinos*: los **campesinos** en las revueltas del siglo XVII, Francia, Rusia, China.. Mexico: Siglo Veintiuno, 1976.

NEVES, Erivaldo Fagundes. "Propriedade fundiária: Península Ibérica e América Latina, século XIX." *Bahia Análise & Dados*, Salvador, Vol. 13, n. 1, pp. 87-97, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

ORTI, Vicente Carcel (org.) *Historia de la Iglesia en España*. Vol. 5. La Iglesia en la España Contemporánea. 1979.

PALHARES-BURKE, Maria Lúcia. *As muitas faces da História*: nove entrevistas. São Paulo: Editora da UNESP, 2000

PEIXOTO, Demerval (Clivelário Marcial). *Campanha do Contestado*. Curitiba : Fund. Cultural. 2ª edição. Coleção Farol do Saber, 3 vols., 1995.

POMPA, Cristina . Leituras do "fanatismo religioso" no sertão brasileiro. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 69, p. 71-88, 2004.

RODRIGUES, Rogério Rosa. *Os sertões catarinenses embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado*. 2001.Dissertação (Mestrado) – UFSC.

_____. *Veredas de um grande sertão*: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro na Primeira República. Tese de Doutorado em História, UFRJ, 2008.

RUDÉ, George. *A multidão na história*: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

RUIZ I CALONJA, Joan. *Historia de la literatura catalana*. Barcelona: Teide, 1954. 643p.

SAHLINS, Marshall D. *História e cultura*: apologias a Tucídides. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2006.

SANS GARCIA, Angel; GARRABOU, Ramon (orgs.) *História agrária de la España Contemporânea*. Vol. 1 Cambio social y nuevas formas de propiedad (1808-1850). Barcelona: Crítica, 1985.

SILVA, Lígia Maria Osório. *Terras devolutas e latifúndio*: efeitos da Lei de 1850. Campinas.: UNICAMP, 1996.

STULZER, Aurelio. *A guerra dos fanáticos*, 1912-1916: a contribuição dos franciscanos. Vila Velha: Vozes, 1982.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Conflitos Sociais Agrários: Formação e Lutas dos Camponeses Meridionais. *Cadernos de Sociologia*, P. Alegre, v. 6, p. 135-153, 1994

TENGARRINHA, José Manuel Marques Carmo Mendes, *Movimentos populares agrários em Portugal (1751-1825)*. Lisboa: Colibri, 1992.

THOME, Nilson, 1949 -. *Os iluminados*: personagens e manifestações místicas e messiânicas no **contestado**. Florianópolis: Insular, 1999. 278p.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. S. Paulo: Cia das Letras. 1998.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. 3ª edição, tradução de Mário da Gama Cury. Brasília: Ed. UnB, 1987.

UGARTE, Luxio. *La reconstrucción de la identidad cultural vasca*: Oteiza, Chillida. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 1996. 195p.

VÁRIOS. Igreja e questão **agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.

VALENTINI, Delmir José. *Da cidade santa à corte celeste*: memórias de sertanejos e a **Guerra do Contestado**. 2. ed Caçador: UnC, 2000.

_____. *Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil*: a instalação da Lumber e a Guerra na região do Contestado. Tese de Doutorado em História, PUC-RS, 2009.

VILAR, Pierre. *A guerra da Espanha*, 1936-1939. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 110p.

_____. "Camponês, operário e rebeliões 'nacionais': o caso da Catalunha no século XIX" IN KRANTZ, Frederick (org.). *A outra história*: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1990, pp 265-283.

VINHAS De QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social*: (a guerra sertaneja do contestado : 1912-1916). Rio **de** Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. 353p.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. "Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade." *Estudos Sociedade e Agricultura* (UFRJ), Rio, v. 21, p. 42-61, 2004.

WELTER, Tânia. *O profeta João Maria continua encantando no meio do povo*: Um estudo a respeito dos discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina. Tese de Doutorado em Antropologia, UFSC, 2007.

WOORTMANN, Ellen Fensterscifer; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra***:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

ZABALA Y LERA, Pio. *España bajo los borbones*. Barcelona: Labor, 1945.

ZARTH, Paulo A. "A ultima fronteira do Rio Grande do Sul." *Historia Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 3, n. 2, p. 75-84, 2002.

ZAVALA, I. M. *Masones, comuneros y carbonarios*. Madri: Ed. Celeste. 1971.

A compilação e reprodução de manuscritos durante o período colonial na Nova Espanha: o caso dos códices Telleriano Remensis e Vaticano A

Gláucia Cristiani Montoro[1]

Introdução

As fontes de nossa pesquisa são dois manuscritos de tradição indígena da região central do México conhecidos como Códice Telleriano Remensis e Códice Vaticano A. Trata-se de documentos híbridos de meados do século XVI que conjugam pictografias (um sistema de notação pictográfico característico do México Central) e anotações em caracteres latinos: em castelhano, no caso do Telleriano Remensis, e em italiano no Vaticano A. O segundo manuscrito (VA[2]) possui alguns assuntos adicionais, além daqueles que compartilha com o TR[3], os quais são três: um *Xiuhpohualli*, ou ciclo *calendárico* anual de 365 dias (divido em 18 festas, ou 18 "meses" de 20 dias cada); um *Tonalpohualli* ou calendário ritual (de 260 dias, dividido em grupos de treze, conhecido como *Trecenas*); e uma seção histórica.

Os resultados de nossa pesquisa de doutorado[4], onde realizamos um estudo codicológico do Códice TR e uma análise formal e estilística de suas pictografias, nos mostraram a importância da reconstrução da história de confecção e uso dos códices. A complexidade do Códice TR e outros ma-

[1] Bolsista do CNPq (Pós Doutorado Junior) no Departamento de História da UFF, com supervisão do Prof. Dr. Ronaldo Vainfas.

[2] Abreviatura para *Vaticano A*.

[3] Abreviatura para *Telleriano Remensis*.

[4] Gláucia Cristiani Montoro, *Memórias fragmentadas: novos aportes à história de confecção e formação do Códice Telleriano Remensis. Estudo codicológico*, Campinas, UNICAMP, 2008.

nuscritos, especialmente os coloniais, que normalmente são híbridos, revela características que afetam e/ou enriquecem a interpretação de seus conteúdos. O desconhecimento dessas características pode inclusive levar os pesquisadores a cometerem diversos tipos de equívocos.

No caso dos códices, é muito comum que os estudiosos nunca tenham visto os originais, especialmente devido às dificuldades de acesso a essas fontes. Isso não se deve somente às restrições impostas pelas instituições depositárias, mas também às localizações desses documentos: os códices mesoamericanos encontram-se hoje em distintos países da Europa e da América. No entanto, os estudos codicológicos realizados até agora em alguns desses manuscritos nos advertem que é preciso conhecer melhor essas fontes antes de estudar seus conteúdos em escrita alfabética ou pictográfica.

Desde que foram notadas as semelhanças entre os conteúdos do TR e VA que são feitas hipóteses sobre a natureza de sua relação. Porém, muitos estudiosos não chegaram a conhecer os dois manuscritos originais e não puderam ter acesso a estudos detalhados sobre esses originais. As reproduções disponíveis no século XIX e boa parte do XX foram feitas com técnica litográfica, que é um trabalho de reprodução por cópia, realizado por um artista do período, ou ainda com a fotocromográfica, uma litografia feita a partir de fotos coloridas, que também mostra inúmeras imprecisões e não representa uma reprodução fiel. A falta de conhecimento desses originais ou do acesso a boas reproduções acarretou uma série de equívocos, que marcaram os estudos subseqüentes dos códices TR e VA. Talvez o mais conhecido desses equívocos, o qual levou a conclusões determinantes e de grande divulgação, foi um pequeno estudo realizado por Thompson[5] em 1941. O autor elaborou a hipótese de que um protótipo foi utilizado como modelo para a execução tanto do Códice Telleriano Remensis como do Vaticano A. A partir de então muitas das variações existentes entre os conteúdos idênticos dos dois manuscritos foram explicadas em função desse modelo. Essa hipótese deu lugar, inclusive, à escolha de um nome para esse suposto protótipo: *Huitzilopochtli*. Por isso, o Telleriano Remensis e o Vaticano A são classificados como "Grupo *Huitzilopochtli*" no *Handbook of Middle American Indians*[6]. Esse trabalho teve grande repercussão, influenciando todos os estudos subseqüentes sobre

[5] J. Eric S. Thompson, "The prototype of the mexican codices Telleriano-Remensis and Vaticanus A", *Notes on the Middle American Archaeolgy and Ethnology*, Washington, v. I, n. 6, p. 24-26, 1941.

[6] John B. Glass, "A Survey of Native Middle American Pictorial Manuscripts", *Handbook of Middle American Indians*, vol. 14, part 3, Austin, University of Texas Press, 1975, p. 13.

esses dois manuscritos. No entanto, já foi provado por Quiñones Keber[7] que os argumentos de Thompson não podem ser sustentados na observação dos originais e até mesmo das reproduções hoje disponíveis, pois para a autora Thompson utilizou em sua análise a reprodução do duque de Loubat, que possui muitos problemas por ter sido realizada com técnica fotocromográfica.

Por outro lado, a percepção atual de que os facsimilares e as imagens digitalizadas de alta definição mostram todos os detalhes desses manuscritos também pode ocasionar equívocos ou, no mínimo, desconsiderar uma série de detalhes importantes presentes nesses códices, os quais enriqueceriam as análises interpretativas. Dessa forma, o conhecimento das fontes originais e ou de bons estudos sobre suas características materiais evitam que disseminemos idéias equivocadas. No caso dos dois manuscritos escolhidos, seu conteúdo foi utilizado nos mais variados tipos de pesquisa desde o século XIX, mas um estudo codicológico adequado ainda não foi realizado no Códice Vaticano A. Esse conhecimento de suas características materiais e sua comparação com o Códice Telleriano Remensis, já conhecido do ponto de vista codicológico[8], com toda sua complexidade, muito pode nos revelar sobre a dinâmica de confecção e cópia de manuscritos de tradição indígena durante o período colonial. Seus textos mostram os interesses dos frades em relação aos costumes indígenas, especialmente os religiosos. Neles sua própria cosmovisão foi mesclada com a nativa, revelando, muitas vezes, mais sobre o mundo europeu que sobre o americano. Já os conteúdos pictográficos, quando reproduzidos e alterados, sofreram também resignificações bastante complexas e profundas.

Entender a relação que existia entre os diversos documentos e textos produzidos durante o período colonial é de extrema importância para a utilização consciente e crítica dessas fontes. Os pesquisadores freqüentemente se esquecem que esses manuscritos foram manuseados e utilizados por séculos antes de terem sido "trazidos à luz" por estudiosos dos séculos XIX e XX. Histórias relatadas em textos da década de 1540 apareceram reproduzidas em códices pictográficos ou outros textos em caracteres latinos das décadas subseqüentes; imagens retratadas em códices foram utilizadas por diversos missionários e cronistas posteriores para escrever suas histórias; e códices pictográficos foram copiados e alterados ao longo de suas sucessivas reproduções. Estudar isoladamente essas fontes ou utilizá-las sem o prévio conhecimento

[7] Eloise Quiñones Keber, "The Codex Telleriano-Remensis and Codex Vaticanus A: Thompson's Prototype Reconsidered", *Mexicon*, vol. IX, n. 1, p. 8-16, 1987.

[8] Trabalho realizado em nossa tese de doutorado (Gláucia C. Montoro, op. cit.).

de suas relações com outras fontes do mesmo período ou anteriores pode levar a graves enganos.

No caso da região mesoamericana, muitos dos textos produzidos durante o período colonial, tanto por europeus como por indígenas, assim como os códices pictográficos coloniais e as anotações que freqüentemente os acompanham, foram utilizados abundantemente por seus contemporâneos e pelas gerações subseqüentes para a confecção de novos textos e códices.

Vários desses documentos pertenceram a ordens missionárias e ficaram armazenados nas bibliotecas de diversas unidades dessas Ordens na Nova Espanha, os quais foram consultados, complementados e copiados ao longo dos séculos. Nossa reconstrução da história de confecção do Códice Telleriano Remensis[9] demonstrou seu grande desgaste devido ao manuseio e às dezenas de intervenções que sofreu durante quase um século e meio antes de ser depositado na Biblioteca Nacional de França. As relações existentes entre crônicas coloniais, como as de Diego Durán, Tezozomoc, Tovar e José de Acosta, por exemplo, ou entre crônicas e códices, como as que ocorrem entre o Códice Tudela, a crônica de Cervantes de Salazar, o Códice Magliabechiano, o Códice Ixtlilxóchitl, dentre outros, somente vêm confirmar as estreitas conexões entre diversas fontes coloniais e a importância de manuscritos contemporâneos para a realização de novos documentos durante os séculos XVI e XVII.

Assim, conhecer as bases da ligação entre os códices Telleriano Remensis e Vaticano A não se refere somente ao estabelecimento de conexões entre esses dois manuscritos isoladamente, mas à compreensão de parte da dinâmica das cópias e reproduções de conteúdos promovidas por cronistas europeus ou indígenas, por frades ou tlacuilos (pintores/escribas indígenas) durante o início do período colonial na Nova Espanha. As relações entre os conteúdos pictográficos podem nos revelar, por exemplo, adaptações e mudanças nas convenções pictográficas indígenas, de forma a adequá-las às novas demandas e exigências coloniais; e os textos que acompanham essas pictografias, realizados em sua maioria por missionários, trazem a visão européia cristã, que interpreta o mundo indígena a partir de seus próprios referenciais, deformando os significados e mesclando as tradições nativas com as ocidentais. Assim, os dois códices abordados nesta pesquisa podem nos ajudar a desvendar particularidades da intrincada relação que existia entre os missionários europeus, os pintores indígenas e as tradições nativas e européias, tanto do ponto de

[9] Gláucia C. Montoro, op. cit.

vista de suas convenções artísticas e livrescas como da interconexão de suas cosmovisões e tradições.

Síntese dos Resultados

O primeiro ano de pesquisa de pós-doutorado[10] veio finalizar um trabalho iniciado em nosso doutorado, de reconstrução da história de confecção e uso do Códice Telleriano Remensis, com a análise de suas características materiais e um estudo formal e estilístico das pictografias, onde esteve concentrado nosso foco. O trabalho pode demonstrar as diversidades internas do manuscrito, que refletem a complexidade e pluralidade das tradições indígenas e algumas formas de adaptá-las a materiais, convenções e concepções ocidentais.

Como explicamos acima, o códice TR é um manuscrito híbrido, composto por pictografias e também por textos alfabéticos. No entanto, a análise que realizamos na tese doutoral esteve focada somente nas pictografias, uma vez que não foi possível realizar uma análise detalhada dos textos. Ao invés disso, decidimos explorar outros aspectos relacionados especificamente às imagens, que naquele momento consideramos essenciais para a compreensão do caráter pluralista das pictografias. Por isso, no pós-doutorado nos encarregamos do exame específico dos textos em caracteres latinos desse manuscrito, o Códice Telleriano Remensis.

Desta forma, no doutorado estivemos ocupados em entender a diversidade das pictografias, pois demonstramos que o códice foi confeccionado em diferentes estilos, de acordo com o tlacuilo que realizou cada parte do documento. Porém, não menos diversas são as anotações em caracteres latinos. Há textos em todas as seções do códice, onde normalmente foram inseridos para explicar o conteúdo das imagens, apesar de existirem textos que não se relacionam diretamente com elas, especialmente no final do manuscrito. Essas anotações são fruto do trabalho de vários indivíduos, que as inseriram paulatinamente em diferentes períodos da história de confecção do códice.

O fato das imagens virem acompanhadas por textos em espanhol, de o documento ter sido realizado com papel europeu e em formato de códice (livro europeu), da direção de leitura coincidir com a utilizada nos textos ocidentais, dentre outros motivos, revela que o TR foi patrocinado e compilado por espanhóis. O conteúdo dos textos em caracteres latinos sugere ainda que foi

[10] Projeto financiado pelo CNPq intitulado "Análise dos textos em caracteres latinos do Códice Telleriano Remensis".

compilado especificamente por missionários e sua semelhança com o Códice Vaticano A, e algumas similaridades entre o conteúdo textual de ambos, foi capaz de revelar um de seus possíveis autores, um frade dominicano chamado Pedro de los Ríos, hipótese que conecta ambos manuscritos à Ordem de Santo Domingo.

O estudo dos textos do TR abrangeu tanto o aspecto material e paleográfico, que inclui a determinação do número de autores e dinâmica de execução dos comentários, como o interpretativo. No que se refere ao primeiro aspecto, pudemos atribuir os textos do TR a 10 autores[11]. Encontramos 5 anotadores principais, pois são aqueles que realizaram as maiores contribuições, com textos mais extensos, e 5 autores que efetuaram somente pequenas frases ou escreveram palavras em língua *nahuatl* em algumas páginas.[12] As anotações são bastante heterogêneas e as seções do códice revelam distintos padrões de anotação, que nos ajudaram a comprovar hipóteses sobre a finalidade do manuscrito e sobre os interesses de seus comentadores.

Já a análise interpretativa nos revelou que as duas primeiras seções do códice, de conteúdo calendárico-religioso, são aquelas que despertaram maior interesse nos anotadores. Ao observar os textos dessas seções vimos que, em geral, quando abordam as cerimônias indígenas realizadas durante as festas os autores fazem com freqüência analogias a práticas cristãs. Também é muito reiterada a referência a mitos, cerimônias e costumes indígenas que tenham paralelo com aspectos da cultura ocidental cristã. Assim, para traduzir a cultura do Outro utilizam comparações com elementos de sua própria cultura.[13] Sendo frades cristãos, acabam explicando a religião indígena usando como referência elementos que fazem parte das narrativas bíblicas e práticas e liturgias da igreja católica. A menção ao dilúvio é a mais freqüente entre os anotadores, principalmente no caso de Pedro de los Ríos. Essas interconexões revelam, além de outras coisas, que os missionários buscavam elementos nas culturas dos povos nativos da América que pudessem explicar a existência

[11] A Análise anterior mais detalhada desses textos do Telleriano Remensis foi realizada por Quiñones Keber (Eloise Quiñones Keber, *Codex Telleriano-Remensis: ritual, divination and history in a pictorial Aztec manuscript*, Austin, University of Texas Press, 1995). Nesse trabalho, ela encontrou 6 autores.

[12] A numeração desses anotadores seguiu sua ordem de aparição no manuscrito, começando por aqueles com textos mais extensos, seguidos pelos que fizeram as pequenas inclusões.

[13] François Hartog, *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999, p. 224-245.

desses indivíduos dentro do contexto das Sagradas Escrituras[14]. Além disso, os textos mostram também uma grande preocupação com a idolatria indígena.

Quanto à pesquisa realizada durante o segundo ano de pós-doutorado[15], esta abrangeu a relação entre os códices Telleriano Remensis e Vaticano A, numa análise comparativa entre três aspectos: os textos em caracteres latinos, as pictografias e as características materiais. Parte desta análise encontra-se ainda em andamento, mas nos primeiros meses de estudo já foi possível encontrar uma série de elementos nos dois códices que nos ajudaram a elaborar algumas hipóteses provisórias, que somente poderão ser confirmadas depois de finalizadas todas as análises, uma vez que os aspectos estudados estão todos interligados.

As semelhanças entre os códices TR e VA são conhecidas de longa data, tendo sido feitas muitas hipóteses a respeito. Humboldt[16] foi o primeiro autor a notar essas semelhanças, ainda no início século XIX. Neste mesmo século foram encontrados nos textos de ambos os códices evidências de sua relação com Pedro de los Ríos. Outro passo importante no estabelecimento da conexão entre ambos foi dado também no século XIX, quando foram encontradas em seus textos evidências de sua relação com um frade da ordem de Santo Domingo chamado Pedro de los Ríos. A ligação do Códice Vaticano A com esse frade já tinha sido determinada desde o século XVII, mas no século XIX foi possível conectar também o Códice Telleriano Remensis a esse frade. Ela é fundamentada principalmente pela análise de duas passagens, cada uma no texto de um dos manuscritos: em terceira pessoa no texto do Vaticano A e em primeira pessoa no TR. Essa relação, associada à similaridade entre os dois manuscritos e à referência do nome de Ríos como o compilador do códice Vaticano A nas páginas desse mesmo manuscrito levaram os estudiosos a concluírem que o TR pertenceu ou passou pelas mãos desse frade, tendo sido ele o realizador das últimas anotações registradas em suas páginas.

Diversos autores exploraram a relação entre esses dois códices e as opiniões são divergentes. Seja com base na análise das pictografias ou no estudo

---

[14] Para saber mais sobre o assunto veja: Gláucia C. Montoro, O Dilúvio Universal e a América: relações entre as cosmovisões indígena e cristã no Códice Telleriano Remensis, *Tempo*, no prelo.

[15] Que congregou dois projetos: o primeiro intitulado "Comparação e análise dos textos em caracteres latinos dos Códices Telleriano Remensis e Vaticano A" e o segundo "A natureza da relação entre os Códices Telleriano Remensis e Vaticano A", ambos financiados pelo CNPq.

[16] Al. de Humboldt, *Vues des cordillères et monumens des peuples indigènes de L'Amérique*, Paris, F. Schoell, 1810, p. 279.

dos textos existentes em ambos, os autores se posicionam basicamente em dois grupos: o primeiro deles é a favor da existência de um ou mais protótipos, hoje perdidos, de onde ambos foram copiados. Por outro lado, o segundo grupo acredita que o Códice Vaticano A foi copiado do Telleriano Remensis.[17]

O trabalho de comparação mostrou-nos até agora que possivelmente todo o conteúdo do VA que se assemelha ao do TR foi copiado diretamente desse último. As diferenças entre ambos se devem à habilidade e escolhas dos tlacuilos no tocante às pictografias, e à reestruturação das frases e inclusões de mais algumas idéias por parte do anotador do VA que fez comentários nas seções semelhantes.

Os textos do VA foram claramente realizados por dois autores. O mais interessante dessa divisão é que os conteúdos coincidentes do Vaticano A com o Telleriano Remensis, ou seja, as seções do *Tonalpohualli*, do *Xiuhpohualli* e dos conteúdos históricos somente possuem textos do primeiro anotador, que também comentou outros assuntos do Vaticano A que não têm paralelo com os do TR. Anders[18] afirma que ambos anotadores eram missionários, tanto pelo conteúdo das anotações como pelo fato do segundo se auto declarar sacerdote em uma das páginas. Nessas anotações encontramos uma série de características que relacionam esse códice tanto ao Telleriano Remensis como a outros códices e manuscritos do período colonial mexicano. Elas foram detectadas no TR no primeiro ano de nossa pesquisa de pós-doutorado.[19] Neste primeiro projeto percebemos que os autores dos textos do TR fazem com freqüência conexões entre a cosmovisão indígena e a européia cristã.

Os textos do Códice VA trazem o mesmo tipo de interconexão entre as cosmovisões indígena e americana. No VA ela é mais óbvia que no TR, vindo ainda associada com um forte tom de julgamento das práticas indígenas e revelando outros tipos de reflexões, especialmente de fundo teológico, as quais eram comuns entre os missionários que atuavam na América durante o

---

[17] Existe ainda uma terceira possibilidade, que nos foi transmitida informalmente por Juan José Batalla Rosado, quem acredita que tenha existido um documento intermediário entre os dois, ou seja, que o conteúdo do TR foi copiado em outro manuscrito, que por sua vez serviu de base para a realização do VA.

[18] Ferdinand Anders/ Maarten Jansen, *Religión, Costumbres e Historia de los antiguos mexicanos: libro explicativo del llamado Códice Vaticano A*, México, Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 29-33.

[19] No projeto intitulado "Análise dos textos em caracteres latinos do Códice Telleriano Remensis", as quais foram analisadas detalhadamente no artigo que encaminhamos para publicação na revista Tempo com o título "O Dilúvio Universal e a América: relações entre as cosmovisões indígena e cristã no Códice Telleriano Remensis".

período colonial. As anotações do VA revelam também outras preocupações dos frades, como a discussão sobre a origem hebraica dos indígenas americanos, que ocupou a atenção de muitos missionários durante o século XVI.

Mas, apesar do aparecimento dessas outras preocupações, os anotadores do Vaticano A continuam, como no TR, a dar enfoque a assuntos do mundo religioso indígena que se relacionem com o universo cristão, como é o caso, por exemplo, da associação que o primeiro anotador – quem realizou os comentários nas páginas do VA que coincidem com as do TR – faz de uma determinada prática indígena com a comunhão. Esses novos aspectos ampliam o leque de discussões já trazidas pelos textos do TR no primeiro ano de nossa pesquisa e fortalecem a idéia de que os manuscritos estudados fazem parte de um corpus de documentos que revelam tanto as preocupações dos missionários como sua tendência a fundir a ideologia cristã com as histórias e práticas indígenas, tanto na Nova Espanha como em outras partes da América.

Nesse sentido, os conteúdos dos textos em caracteres latinos dos Códices TR e VA estão conectados a uma série de outros textos produzidos por missionários durante o período colonial, pois quer estivessem explicando as pictografias ou escrevendo livros esses missionários tinham interesses e preocupações em comum[20].

Enfim, as semelhanças encontradas entre os códices aqui abordados e a existência de similaridades entre outros códices coloniais nos advertem sobre a necessidade de realizar estudos detalhados desses manuscritos para que possamos melhor compreender a dinâmica de cópias e uso dessas fontes durante o período colonial. A existência de características nos textos do TR e VA que os conectam a outros tipos de documentos vem corroborar a necessidade desses estudos. É preciso, então, conhecer essas fontes do ponto de vista de suas características materiais a fim de reconstruir sua história de confecção e a história de seu uso e realizar análises que possam detectar possíveis conexões desses manuscritos com outros documentos do período. Assim, somente estudos específicos de cada um desses códices e de suas relações, tanto entre si como com outras fontes, podem nos ajudar a entender o processo de hibridização cultural neles manifesto.

[20] Alvim apontou a presença da cosmovisão européia em algumas crônicas missionárias do século XVI em: Márcia H. Alvim, *Dos céus e da terra: astrologia judiciária e descrição da superfície terrestre nos relatos missionários da Nova Espanha do Século XVI,* Campinas, UNICAMP, 2007, p. 99-141.

Pobreza e estratégias de sobrivivência no cotidiano de uma fronteira (1992-2006)

Luiz Eduardo Catta

Falar sobre fronteiras está em voga no país. Até o final do século passado as abordagens sobre essa temática estavam circunscritas a produções acadêmicas, em dissertações e teses, e eram pouco divulgadas através de publicações que pudessem motivar novos estudos. Entretanto, múltiplas e diversas abordagens sobre as fronteiras têm sido produzidas nos últimos anos alargando substancialmente as noções hermenêuticas, geográficas, antropológicas e principalmente históricas sobre o tema.

E dentre os diversos aspectos estudados sobre as fronteiras, ressalto aqueles que se referem às relações sociais que se estabeleceram naqueles espaços, à sua população em seus embates cotidianos, conformando uma sociedade bastante característica. E, ainda, nesse universo, destaco a importância que assumiu nesses novos estudos, os personagens marginais nessas sociedades de fronteiras, os quais, ao longo da história, sempre foram deliberadamente esquecidos, ou omitidos, como se não fizessem parte do processo de construção das mesmas.

É importante lembrar, que até bem pouco tempo falar sobre fronteiras remetia a uma a discussão histórica e geográfica onde os limites territoriais eram protagonistas de estudos acadêmicos que pareciam retomar aos esforços do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX, de construir uma história nacional brasileira. E também não podemos esquecer os estudos geopolíticos que tinham as fronteiras como preocupação central nas análises de estudiosos e políticos com interesses, na maioria das vezes, oficiais.

Certamente tais trabalhos têm grande valor no sentido de terem iniciado os estudos sobre a ocupação, sobre o povoamento e exploração do vasto território nacional desde o período colonial, nos permitindo informações valiosas sobre o processo histórico aqui desencadeado nos últimos dois séculos. E, no

mesmo sentido, compõem um arsenal valioso de documentos que nos permitem desvendar as relações socioeconômicas transcorridas nas mais diversas sociedades ali surgidas.

Assim, quando empreendemos nossos trabalhos iniciais no sentido de construir uma História Social de uma das muitas áreas de fronteira do país, da chamada "tríplice fronteira", amplo território no onde se encontram e se relacionam Brasil, Paraguai e Argentina, através de suas respectivas cidades, Foz do Iguaçu, Ciudad Del Este e Puerto Iguazú, muito pouco se tinha investigado sobre aquelas sociedades, sua gente e seu cotidiano.

Isto porque aquela região só veio a despertar algum interesse para os estudiosos quando ali se estabeleceu um mega-projeto desenvolvido pelos regimes ditatoriais então vigentes no Brasil e no Paraguai, a Usina Hidrelétrica de Itaipu, que atendia, além dos objetivos econômicos de ambos os países, aos interesses de hegemonia do Brasil na América do Sul. Concomitantemente, o interesse pela região se ampliou com o incremento das atividades de exportação e importação de produtos oriundos dos EUA, Europa e Ásia, que tornaram extremamente efervescente o comércio de bens, o contrabando, a circulação de pessoas, dinheiro, drogas e armas, abastecendo não apenas a população da região, mas de todos os países da "tríplice fronteira", com destaque inegável para o Brasil.

A partir de então, começaram a surgir trabalhos de pesquisa pontuais sobre aquela região, abordando principalmente o processo migratório e a ocupação territorial e, principalmente, o papel desempenhado pelos "pioneiros" na exploração das riquezas locais, que proporcionaram o "desenvolvimento" daquelas sociedades.

Entretanto, outros aspectos se sobressaíam em nossas preocupações. Mais precisamente, as decorrências perversas daqueles projetos construídos "de cima para baixo", ou seja, a construção da maior usina hidrelétrica do mundo e o incremento de um comércio de fronteira de produtos importados visando absorver trabalhadores desempregados dos grandes centros urbanos do país. O impacto por eles causados nas sociedades locais, com a chegada de milhares de pessoas em busca de trabalho na usina e ou no comércio de fronteira, resultou em inúmeras transformações no cotidiano da população que lá vivia, com muitos problemas econômicos e sociais, que foram desde a

reorganização do espaço urbano até a emergência de uma população excluída que se tornou uma "classe perigosa"[1] aos olhos das camadas dominantes locais.

Essa transformação abrupta e impactante naquelas sociedades, a importância que passou a desempenhar o comércio de fronteira que se tornou uma atividade fundamental para uma população desempregada vivendo da informalidade, de expedientes temporários ou esporádicos, guardadas as devidas proporções de tempo e espaço, têm similaridade com o contexto apresentado por Maria Inês Machado Borges sobre o cotidiano dos imigrantes em São Paulo na Primeira República.[2] Principalmente no que diz respeito à adaptação dessas levas de novos personagens que, em face de uma nova conjuntura econômica são obrigados a se dedicar a inúmeros expedientes informais para sobreviver, provocando um estranhamento e os decorrentes conflitos nas relações sociais que estabeleceram com as camadas dominantes.

Maria Odila da Silva, na Introdução da obra de Maria Inês Machado Borges, assim analisa os problemas enfrentados por aquela nova realidade, que muito se aproxima do que aconteceu, principalmente, em Foz do Iguaçu:

> (...) um processo social tenso e precário que diz respeito à dificuldade estrutural de institucionalização de nossa sociedade. O abismo social existente entre as massas trabalhadoras e as elites dirigentes favorecia a distância entre lei e costume, notoriamente aprofundada pela precariedade do seu convívio ambíguo com populações nômades, vivendo do trabalho temporário como cidadãos de segunda classe oriundos de setores informais da economia.[3]

E, não menos importante, é o fato de que, como muitas sociedades longínquas do território brasileiro, praticamente houve apenas preocupação em se escrever a história das classes dominantes locais, ou dos "vencedores", relegando ao esquecimento todos os demais personagens, os quais não aparecem nas fontes documentais, necessitando, portanto, um minucioso trabalho de pesquisa, de resgate de documentos onde possamos pinçá-los de alguma maneira e recuperar suas práticas cotidianas, os trabalhos desempenhados para sobreviver, e suas relações com as autoridades e com os setores dominantes. Como já mencionamos, tal tarefa se torna ainda mais difícil pelo descaso dos poderes públicos em salvaguardar documentos, ou qualquer tipo de docu-

[1] Louis Chevalier. *Classes laborieuses et classes dangereuses a Paris pendant la première moitè du XIX siècle*. Paris: Librairie Générale Française, 1978.

[2] Maria Inês Machado Borges Pinto. *Cotidiano e sobrevivência*: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914). São Paulo: Edusp. Fapesp, 1994.

[3] Maria Odila da Silva. Introdução. In: Inês Machado Borges Pinto. *Op. Cit*. P. 21.

mentação que remeta às atividades políticas, econômicas e sociais ocorridas naquelas cidades, não apenas dos setores mais pauperizados, mas do conjunto da sociedade.

Para recuperar a história dos segmentos populares de Foz do Iguaçu e da "tríplice fronteira" em toda sua dinâmica, que nos permitissem mostrar sua vida cotidiana em toda a sua dinâmica, precisamos proceder a um trabalho de busca nos arquivos oficiais e em publicações da cidade, principalmente jornais e revistas, a maior parte delas de circulação temporária, porque estas, de alguma maneira, refletem os anseios, as expectativas, os conflitos e as solidariedades existentes na sociedade, que não se preocuparam (talvez deliberadamente) com sua história, ou se preocuparam apenas com a história dos chamados "pioneiros" deixando de lado os segmentos populares. Afinal, como bem lembrou Michelle Perrot

> É preciso lembrar que as necessidades sociais não são idéias, entidades abstratas das quais se poderia descrever a curva, fazer a história linear. O desejo é a expressão de um sistema de relações sociais do qual ele não pode ser extraído sem inconvenientes.[4]

Na primeira etapa de nosso trabalho, que buscou recuperar o período de 1964 a 1992,[5] no qual a cidade a cidade de Foz do Iguaçu e região se viram imersas em um turbilhão de mudanças que redundaram no aparecimento de uma população pobre que se ampliou na medida mesma em que novos projetos eram impostos àquela área de fronteira, obrigando-os a desenvolver sempre novas estratégias para sobreviver num mundo cada vez mais excludente, além das fontes oficias contamos com as matérias publicadas pelo jornal *Nosso Tempo* entre 1980 e o início dos anos 1990, de ideologia eminentemente oposicionista aos regimes vigentes nos países da "tríplice fronteira", e que, portanto, se tornou porta-voz dos segmentos sociais que viam perseguidos ou excluídos de participação nos destinos da imensa região de fronteira.

E o que diziam aquelas fontes sobre as condições a que estavam relegados os pobres da cidade e sobre as condições de vida a que foram submetidos pelos projetos ali implantados que os excluíam dos principais benefícios?

---

[4] Michelle Perrot. *Os excluídos da história*: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992. P. 102.

[5] Luiz Eduardo Catta. *O cotidiano de uma fronteira*: a perversidade da modernidade. Cascavel/PR: Edunioeste, 2003; *A face da desordem:* pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira (Foz do Iguaçu, 1964-1992). São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

As fontes reconheciam que inúmeros problemas surgiram na cidade e para sua população a partir do momento em que a região passou a abrigar os novos projetos governamentais, mas apontava para os benefícios por eles trazidos, como a modernização das estruturas das cidades, o desenvolvimento econômico, e a abertura de um caminho sem volta para o progresso que, supostamente, beneficiaria a todos os segmentos sociais, transformando aquela região num pólo de desenvolvimento constante e ponto de referência na América do Sul. Para eles, isso tudo tinha um preço a pagar, e temporariamente a população tinha saber enfrentar e se acostumar com as desigualdades sociais escancaradas que existiam na região.

Entretanto, apesar dos discursos oficias e políticos que defendiam aquela ordem, o que se observava no dia-a-dia sendo mostrado pela imprensa de oposição, e de maneira mais aguda pelo jornal *Nosso Tempo*, era que as desigualdades se ampliavam a cada dia atingindo um número cada vez maior de pessoas sem trabalho, que perambulavam pelas ruas em busca de afazeres que pudessem render o mínimo para a alimentação, ou para pagar o aluguel do barraco em uma das inúmeras favelas que proliferavam pela cidade de Foz do Iguaçu.[6] Personagens que se esparramavam e circulavam pela área de fronteira trabalhando nos mais variados expedientes informais ou ilegais para sobreviver.

Nessa nova etapa de nossa pesquisa, que aborda o período entre 1992 até o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, passamos a contar com outras fontes para continuar observando as transformações ocorridas na "tríplice fronteira", e em Foz do Iguaçu em particular, tentando recuperar a vida cotidiana da população pobre e suas estratégias de sobrevivência naquela região. O jornal *Nosso Tempo* deixou de ser publicado, e passamos a utilizar enquanto fonte importante o jornal *Gazeta do Iguaçu*, além da documentação oficial produzida pela prefeitura e suas secretarias, bem como matérias publicadas nas sempre efêmeras revistas que foram publicadas irregularmente em Foz do Iguaçu.

Ocorre que agora o jornal em questão tinha um perfil marcadamente situacionista. Melhor dizendo, os proprietários da *Gazeta do Iguaçu* ao longo dos anos, eram empresários ou políticos que pertenciam a partidos diferentes daqueles que estavam no poder na cidade, porém pertenciam as camadas dominantes e como tal, tiveram sempre seus interesses resguardados. E seu

[6] Segundo o Jornal Nosso Tempo "pesquisas apontam ao menos 18 favelas maiores com um total de 40.000 favelados, sendo 20% da população urbana de Foz." *Jornal Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, agosto de 1988.

olhar sobre a sociedade sempre foi o olhar dos dominadores sobre os dominados. E muito do que estava ocorrendo na sociedade com os segmentos mais pauperizados, os conflitos que expunham as diferenças de interesses de classes, eram atenuados, interpretados segundo seus interesses ou simplesmente omitidos pelo jornal.

Assim, pessoas continuaram a chegar em grande número mesmo após a euforia provocada por Itaipu, advindas de outras cidades do Brasil, abatidas pela crise econômica provocada pelas novas políticas do governo democrático conservador que estava no poder, além de trabalhadores rurais cujas terras haviam sido perdidas para as grandes empresas agro-industriais. Os governos que se sucederam aos mandatários do período militar reconheciam as distorções sociais ali existentes e os problemas que tinham que ser resolvidos, Jogavam, invariavelmente, a culpa nos governos anteriores, admitindo que sua tarefa era tentar resolvê-los de acordo com as possibilidades, ressaltando seu empenho no sentido de desencadear o progresso e resolver os problemas que atingiam os setores empobrecidos da cidade. Um documento oficial, a Radiografia do Município de Foz do Iguaçu de 1993, constatava:

> Além disso, a cidade luta contra o processo de migração que atrai milhares de pessoas anualmente a Foz, com a falsa idéia de um promissor mercado de trabalho. Em vista disto, a atual administração municipal criou um Centro de Triagem para atender o processo migratório que, somados aos programas governamentais de fixação do agricultor em sua terra, poderá minimizar as expectativas mais alarmantes neste setor.[7]

Outro documento oficial, produzido pela gestão municipal em 2000, volta acusar o problema da chegada de novos personagens em busca de trabalho, sem que as medidas anteriores houvessem dado resultados positivos no sentido de inibir, controlar ou frear tal processo migratório:

> (...) além da infraestrutura o município precisa melhorar a qualificação de sua população, atraída desordenadamente para a cidade pelas facilidades do turismo de compras, modalidade econômica que se caracterizou pelo improviso e a informalidade, cujas conseqüências socioeconômicas continuam sendo a desqualificação dos trabalhadores, a predominância das atividades informais e desorganização fiscal e tributária.[8]

---

[7] *Radiografia do Município de Foz do Iguaçu*. Foz do Iguaçu, 1993. p. 16.

[8] Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. *Departamento de Informações Institucionais*. Foz do Iguaçu, 2000. p. 06.

E assim, os documentos oficiais continuaram justificando a imutabilidade dos desequilíbrios sociais que ocorriam na cidade, as condições precárias a que estava submetida a população mais pobre, atribuindo aos inimigos políticos, aos administradores passados o fato de Foz do Iguaçu não ter conseguido resolver problemas que não seriam de difícil solução, visto possuir uma arrecadação municipal composta, além dos impostos e tributos tradicionais, pelos royalties da Usina de Itaipu.

A partir do incremento das pesquisas que redundaram na produção de novos olhares sobre a tríplice fronteira, e sobre Foz do Iguaçu e sua população mais pobre em particular, pudemos perceber que no período em que o neoliberalismo se espraiou pelo mundo, e de maneira mais perversa nas bordas dos grandes países capitalistas, seus efeitos foram sentidos com maior intensidade naquela região. Isto porque as atividades econômicas que dão sustentação à ampla região da "tríplice fronteira" são o comércio e os serviços, vinculados ao turismo.

Nesse sentido, grande parte dos problemas enfrentados pelas cidades daquela região, que viram suas economias estagnarem e a ampliação da pobreza na sociedade, se devem a adoção pelos governos dos três países de políticas econômicas neoliberais que aprofundaram ainda mais as distorções e desigualdades sociais. Notadamente no Brasil, que praticamente movimentava toda a economia daquela região.

O Brasil no início dos 90 caminhava altaneiro no sentido de abraçar de forma intransigente o neoliberalismo, com governo federal e seus aliados nos Estados e municípios vendo na abertura total dos mercados, na chamada "globalização", o caminho para enfrentar uma crise que se abatia sobre os países capitalistas periféricos desde a década anterior. O neoliberalismo, segundo Perry Anderson, "trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional."[9]

Apesar das contradições enfrentadas nos países capitalistas mais desenvolvidos, que formularam e implantaram as receitas neoliberais desde os anos 70, os governos dos países que gravitavam em torno das grandes potências hegemônicas, se viram atraídos deliberadamente ou por pressão, a adotarem o

[9] Perry Anderson. Balanço do neoliberalismo. In: Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1995. p. 22

neoliberalismo, cujas conseqüências foram muito bem analisadas pelo mesmo Perry Anderson:

> Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas.[10]

E o Brasil, no início dos anos 90, em seu processo de redemocratização conservadora, mergulhou nas fontes dessa doutrina que se espalhava pelo mundo, vindo ao longo daquela década a apresentar um quadro de desigualdade social que era um dos mais acintosos do mundo, com um contingente populacional em estado de pobreza e de miséria que se ampliava na mesma medida da concentração de renda nas mãos de poucos.

Um dos argumentos dos governantes brasileiros, que alimentou as esperanças das camadas dominantes da região, era a de que a região da "tríplice fronteira" seria um espaço estratégico para dinamizar o comércio com os países da América do Sul e ampliar o intercâmbio comercial com os grandes países industrializados do oriente, Europa e América do Norte, colocando-a no centro articulador do futuro Mercado Comum do Sul, o Mercosul.

Não é para menos que tal expectativa mexia com os sonhos dos governantes e com as camadas dominantes locais, que viam nesse processo de globalização através do Mercosul, a grande alternativa para a expansão de seus negócios e a resolução dos problemas da cidade. Em 1993, o sonho de se tornar protagonista no processo de crescimento econômico do país, levava a prefeitura de Foz do Iguaçu a vaticinar:

> As estimativas são de desenvolvimento, tanto no aspecto turístico, como no fomento de atividades comerciais conjuntas com os países da fronteira. Segundo dados dos empresários paranaenses do setor de confecções, o Mercosul está incentivando sobremaneira a indústria brasileira e parcerias com a Argentina começam a ser desenvolvidas. Foz também servirá como importante cidade por onde devem entrar grande parte dos produtos comercializados no Mercosul.[11]

---

[10] *Idem*. p. 23

[11] *Radiografia do Município de Foz do Iguaçu*. Foz do Iguaçu, 1993. p. 17.

Porém, passados sete anos, continuava a expectativa de que o processo de globalização, e mais especificamente a concretização do Mercosul, viesse a alavancar a economia iguaçuense dentro de um novo "ciclo" econômico:

> A formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) pelo tratado de Assunção de 1990, acompanhando a globalização econômica, decretou o fim gradativo do terceiro ciclo. Novamente Foz do Iguaçu está diante de uma realidade econômica de ruptura com o ciclo anterior, visto que sua localização estratégica no Mercosul abra perspectivas para que o município seja o principal entroncamento do Cone Sul, reforçando o comércio internacional que já vinha sendo praticado na época áurea da exportação e do turismo de compras.[12]

E tal expectativa abrangia não apenas o incremento da economia da "tríplice fronteira", senão que acalentava o sonho do fim das atividades informais que tanto prejudicavam a acumulação de capitais por parte dos empresários lá estabelecidos. Não apenas em Foz do Iguaçu, mas também em Ciudad Del Este que, segundo a Gazeta do Iguaçu, reproduzindo entrevista com o pesquisador social paraguaio Jorge Rolón Luna, seria afetada de maneira inexorável pelo Mercosul, acabando com a economia informal no país:

> Jorge Rolón Luna acredita que a atual economia informal ou subterrânea do Paraguai pode acabar com a chegada do Mercosul. (...) Com o fim dos baixos impostos de importação que transformaram o Paraguai no paraíso das compras, se acaba também o comércio interno, conseqüente das facilidades de importação, além do turismo de compras e toda a estrutura turística do país. Com isso, o pesquisador paraguaio acredita que a economia do Paraguai como a conhecemos hoje, será destruída pelo Mercosul.[13]

À parte os sonhos das camadas dominantes, os elementos que caracterizavam a pobreza no mundo capitalista sob a égide do neoliberalismo estavam escancarados a todos aqueles que não viviam limitados às suas redomas, se esgarçando quanto mais nos deslocávamos para as áreas periféricas de todas as cidades. O "espetáculo da pobreza" não estava restrito a determinados espaços, senão que estava à disposição de todos os olhares que fossem lançados para as mais diversas sociedades, e da qual a "tríplice fronteira" não escapou ilesa.

No final do século passado e início deste, o Brasil apresentava os 10% mais ricos da população possuindo 46% da renda nacional, enquanto os 50%

---

[12] Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. *Departamento de Informações Institucionais*. Foz do Iguaçu, 2000. p. 06.

[13] *Gazeta do Iguaçu*. Foz do Iguaçu, 29/04/1992. P. 20.

mais pobres possuíam 14% da mesma.[14] Segundo o economista Ricardo Paes de Barros do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em entrevista para o semanário Isto É em 2002, dizia que eram "muito pouco arrojadas" as medidas para que as metas de redução da pobreza no país fossem alcançadas, fazendo a seguinte constatação:

> São considerados indigentes no País aqueles que recebem abaixo de R$ 50 per capita/mês, o que representa 12% da população. Enquanto isso, 33% dos brasileiros são considerados pobres, ou seja, um terço do País não tem condições de atender suas necessidades básicas, além de nutrição.[15]

Segundo a Organização das Nações Unidas, através do Programa da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 1999, no Brasil 43,5% da população ganhavam menos de dois dólares diários e 40 milhões de pessoas viviam na pobreza absoluta.

Em Foz do Iguaçu, os dados oficiais produzidos pela Prefeitura Municipal em 1993 apresentavam um quadro bastante preocupante sobre a pobreza que se alastrava sobre a periferia, mencionando um dos bairros mais carentes da cidade, o Porto Meira:

> (...) um levantamento da Prefeitura Municipal dava conta que metade da população da região portomeirense recebia em média de 1 a 3 salários mínimos. Um dado alarmante, sem dúvida, se considerar que nesta época, um terço da população de Foz recebia esta faixa salarial.[16]

É importante mencionar que, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), o salário mínimo em 1992 no Brasil era de US$ 43 para uma jornada de trabalho semanal de 44 horas, estando à época ligeira acima do Peru, com US$ 40 para 40 horas semanais de trabalho, e abaixo da Bolívia, cujo salário mínimo era de US$ 45 para uma jornada de 40 horas semanais de trabalho.[17]

Como falamos, os reflexos da adoção do neoliberalismo pelo governo brasileiro chegaram rapidamente à tríplice fronteira e aprofundaram os problemas sócio-econômicos na região, fazendo com que em Foz do Iguaçu,

---

[14] Bernardo Kliksberg. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez Editora; Brasília, DF: Unesco, 2003. p. 27.

[15] *Revista Isto É*. N. 1705, 05/06/2002. P. 10.

[16] *Radiografia do Município de Foz do Iguaçu*. Foz do Iguaçu, 1993. p.16.

[17] Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos). *O Salário Mínimo*. São Paulo, n. 4, abril de 1992. p. 31.

com uma população de 273.000 habitantes "a renda da população em idade economicamente ativa de 140.000 pessoas em 2000 [fosse] baixa, já que 69% dos trabalhadores [tinham] remuneração de até três salários mínimos"[18]sendo que se constatava que "cerca de 30.000 pessoas encontram-se desempregadas ou na economia informal"[19], estando à mercê, portanto de um desemprego crônico, e vivendo de expedientes variados e fortuitos que lhes permitissem a manutenção pessoal e de sua família.

Em 2001, a imprensa divulgava os mais recentes dados do IBGE que apontavam para o aumento da pobreza na cidade, sendo que "dos 258 mil moradores, 12,9% vivem em favelas [e] destes 8,5% estão abaixo da linha de pobreza".[20] Apontava, também, o situação de desemprego que se abatia sobre a população da cidade:

> O levantamento [do IBGE] revela também que apesar de o crescimento populacional ter baixado de 3,9% para 3,7% nos últimos cinco anos, a faixa de pobreza aumentou. A estimativa aponta que cerca de 33 mil pessoas estão sem trabalho e não têm o que comer.[21]

Essas pessoas desempregadas ou na economia informal dependiam em grande medida da presença de turistas na cidade de Foz do Iguaçu, uma vez que, muitas das atividades a que recorriam para ganhar algum dinheiro para seu sustento e de sua família era proveniente das vendas de bugigangas trazidas de Ciudad Del Este, no Paraguai, para visitantes de Foz do Iguaçu, ou do transporte de mercadorias conhecidas como muambas, oriundas também daquela cidade para abastecer turistas que não arriscavam passar pela Ponte da Amizade e enfrentar o pessoal da aduana, e mesmo para praticar diversos expedientes nos "subterrâneos" da sociedade da tríplice fronteira, como tráfico de drogas, prostituição, contrabando de armas entre outros, sempre tendo o enorme contingente de visitantes como figuras centrais desse processo.

Tal situação começou a se tornar cada vez mais preocupante para essa gente, que dependia dos turistas, a partir de meados da década de 1990, e durante todo o governo Fernando Henrique Cardozo, ocorreu uma diminuição

---

[18] Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. *Departamento de Informações Institucionais*. Foz do Iguaçu, 2000. p. 11.

[19] *Idem, ibidem.*

[20] *Gazeta do Iguaçu*. Foz do Iguaçu, 01/04/2001. P. 29.

[21] Idem, ibidem.

constante e preocupante do fluxo turístico para Foz do Iguaçu. Se em 1995 a cidade recebeu 4.315.063 visitantes, esse número foi decaindo ano após ano, passando a 2.926.929 em 1996, para 2.414.158 em 1997, depois para 1.924.964 em 1998, até atingir 1.791.771 em 1999[22], mostrando que "o município atravessa nos últimos cinco anos um entreato de crise e desaceleração econômica".[23]

Assim, muitos ficaram desempregados efetivamente, sem alternativas de ganhos, fazendo com que muitos recorressem a trabalhos no lado paraguaio da fronteira. Segundo estimativas oficiais da prefeitura de Foz do Iguaçu cerca de 5.000 moradores da cidade trabalhavam em Ciudad Del Leste em expedientes formais.[24] Entretanto, um número muito maior de moradores dependia de atividades as mais variadas, na informalidade, do outro lado fronteira.

A reportagem assinada por Zé Beto Maciel em 2002 na revista *Cabeza* procurava mostrar o papel desempenhado pela Receita Federal na coibição do trabalho informal na "tríplice fronteira", atendendo à política neoliberal do governo brasileiro, de controlar o fluxo de mercadorias do Paraguai para o Brasil, atividade essa fundamental para o sustento de milhares de trabalhadores desempregados:

> Não deu outra. A Receita Federal brasileira começou o arrocho. Primeiro reduziu a cota para US$ 150 e depois, patrocinada pela Abrinq [Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos], indústrias de bebidas, cigarros e eletrônicos, passou ao terrorismo fiscal. Sacoleiros foram perseguidos e agredidos nos hotéis em que se hospedavam árabes e coreanos presos em suas casa e apartamentos, fiscalização rigorosa na Ponte da amizade e no Posto Bom Jesus em Medianeira.[25]

Tais ações, segundo o jornalista, atendiam a aos interesses dos empresários brasileiros que viam seus lucros decaírem com a crise econômica que se alastrava. E seus efeitos foram devastadores para a população da "tríplice fronteira":

> Tudo para evitar o contrabando, o descaminho e a evasão de divisas. A Receita, a mesma que foi conivente por 10 anos com tudo isso sem desenvolver uma ação repressiva, jogou ao desemprego mais de 30 mil trabalhadores.[26]

---

[22] Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. *Departamento de Informações Institucionais*. Foz do Iguaçu, 2000. p. 15.

[23] *Idem*. p. 14.

[24] *Idem*. p. 43.

[25] *Revista Cabeza*. Foz do Iguaçu, ano 4, n.11, julho de 2002, p. 83.

[26] *Idem, ibidem*.

E a posição da Receita Federal de acabar ou diminuir o trabalho informal naquela região é reafirmada em reportagem feita pelo jornal A Gazeta do Iguaçu do mesmo ano, com o delegado daquele órgão:

> A intenção do órgão é reduzir drasticamente os índices de trabalho informal na fronteira, restabelecendo a legalidade nas operações comerciais realizadas entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Uma das principais reclamações dos cidadãos que trabalham neste ramo é que a prática comercial de décadas está sendo extinta sem que sejam oferecidas alternativas de sobrevivência para a imensa massa de desempregados formais resultante do fim do ciclo de compras em Ciudad Del Este.[27]

Os reflexos perversos dessa política se refletiram nos três lados da fronteira. Zé Beto Maciel aponta seus reflexos, primeiramente na vizinha cidade paraguaia:

> Ciudad del Este é hoje uma cidade falida com grande parte de seus moradores vivendo na miséria, sem de onde tirar seu sustento. Mais de 10 mil lojas foram fechadas. O quadro é de penúria e desolação. O que movimentava a economia da fronteira, hoje contabiliza prejuízos.[28]

Quanto à cidade de Puerto Iguazú, no lado argentino da fronteira, os reflexos da crise e da política neoliberal não foram menos danosos:

> Quem cruza a Ponte da Fraternidade para abastecer seu carro em Puerto Iguazú ou fazer uma comprinha – geralmente alimentos ou bebidas – é recebido por um batalhão de crianças com três, quatro, cinco, seis sete, oito anos. Elas querem vender torrones, alfajores, balas, cuidar do carro, indicar as casas comerciais e geralmente lhe pedem *'una monedita'* – ou seja, uma moedinha.[29]

Quanto a Foz do Iguaçu, a crise se intensificou de maneira incisiva. Pois além do Plano Real que afetou o comércio de exportação, com novas taxas de importação e exportação, novas regras cambiais, e o arrocho da Receita Federal, a cidade teve que absorver um enorme contingente de novos personagens que chegavam à cidade. Eram brasileiros que durante as décadas de 70 e 80 foram para o Paraguai em busca de terras e que começaram a ser expulsos pelos movimentos campesinos locais. Essa massa de novos trabalhadores desempregados e sem terra, que se agregaram à cidade por falta de opções,

---

[27] *Gazeta do Iguaçu*. Foz do Iguaçu, 07/08/2002. P. 10.

[28] Revista Cabeza. *Op. cit.*.

[29] *Idem*. p. 82.

também incrementaram o trabalho informal na "tríplice fronteira", além de fazerem parte das "classes perigosas" da cidade.[30]

Expandiu-se, conseqüentemente, o número de ambulantes ilegais, de pedintes, de crianças vivendo em busca de trocados pelas ruas da cidade, pois a maioria das pessoas vindas do campo ou de outras cidades, sem qualificação e num um mercado estagnado, não tinham como ser absorvidos pelo mercado formal de trabalho.

E, mesmo os trabalhos informais, eram intensamente disputados, pois envolvia o domínio sobre as áreas do espaço urbano das cidades da fronteira por pessoas ou grupos, o fornecimento, a receptação e a distribuição de produtos para os vendedores e o controle dos diversos tipos de atividade na economia informal.

Se existiam dificuldades para absorver os trabalhadores adultos, o trabalho das crianças era indispensável para incrementar os precários ganhos dos pais. E no cotidiano daquela fronteira isso era muito evidente a despeito dos esforços das autoridades em "higienizar"[31] as áreas centrais ou de maior movimento, onde elas se misturavam aos pedintes, camelôs e muambeiros que circulavam ou interagiam pela imensa área fronteiriça.

Continuava, assim, o processo de higienização da cidade, iniciado nos áureos tempos de Itaipu de crescimento da atividade turística, para torná-la digna aos olhos dos visitantes e das camadas dominantes locais, sempre aterrorizadas com os pobres, as crianças de rua, os camelôs, e todos que remetessem a um sentimento de perigo. E para isso contavam com a polícia e seus mecanismos de repressão.

Segundo a Gazeta do Iguaçu, o subinspetor da Guarda Municipal, servidor Maxiel José Pedroni, disse que "a retirada dos menores ociosos e dos adultos desocupados vai derrubar o índice de criminalidade nas ruas centrais da cidade."[32] Ainda segundo o subinspetor, "temos conseguido pegar pessoas em mandado de prisão e outros delitos. Ao serem detidos, encaminhamos

[30] Alberto Passos Guimarães. *As classes perigosas:* banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

[31] Sobre a temática, dentre as muitas que discutiram o processo de higienização das sociedades, ver Robert Moses Pechman. A invenção do urbano: a construção da ordem na cidade. In: Piquet, Rosélia e Ribeiro, Ana Clara Torres (orgs.). *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Fundação Universitária José Bonifácio, 1991; Sérgio Pechman e Lilian Fritsch. A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, n. 8/9, v. 5, set. 1984/abr. 1985.

[32] *Gazeta do Iguaçu*. Foz do Iguaçu, 25/04/2001. P. 25.

às instituições competentes. *Estamos tentando limpar um pouco o centro da cidade.*[33] [Grifo meu]

No que diz respeito à América Latina, e podemos detectar isso na "tríplice fronteira", a pobreza manifestou seus reflexos numa precária educação que forma "um vastíssimo contingente de jovens que tiveram de abandonar seus estudos, mas que também não têm lugar no mercado de trabalho"[34], e, portanto dependem de múltiplos trabalhos informais para sobreviver e para manter suas famílias.

A CEPAL no censo de 2000 mostrou que no Brasil, 41% das crianças pertencentes aos 25% de menor renda da população repetiam os dois primeiros anos do ensino fundamental, enquanto apenas 4,5% das crianças dos 25% com maior renda tinham o mesmo desempenho. Além disso, apenas 8% dos jovens aos 20 anos de idade pertencentes aos 25% de menor renda tinham completado o ensino fundamental, contra 54% dos 25% de maior renda.[35]

E outro aspecto que chama a atenção a partir da década de 1990 é o aumento da criminalidade, como assinala Bernardo Kliksberg:

> Sob o embate da pobreza, as famílias entram em crise e muitas vezes se desarticulam. A criminalidade cresce fortemente. É quase seis vezes o que se considera internacionalmente uma criminalidade moderada. Surge intensamente ligada a fatores como o aumento do desemprega juvenil, à baixa educação, e à deterioração da família.[36]

Nesse sentido, é sintomático perceber como as crianças de rua faziam parte fundamental da paisagem urbana de Foz do Iguaçu durante aquele período de crise que se abatia sobre a cidade. No universo caótico e frenético daquela cidade, onde se misturavam pessoas de toda a "tríplice fronteira", os menores de rua se mesclavam aos adultos na lida diária pela sobrevivência:

> Os menores, hoje um contingente estimado de 600 meninos - a estimativa da Secretaria da Criança é de que existem em torno de 500 - se organizam em grupos e recentemente se uniram aos vendedores ambulantes com número cada vez mais expressivo na Avenida Brasil.[37]

---

[33] *Idem, ibidem.*

[34] Bernardo Kliksberg, *Op. cit.* p. 09.

[35] Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). *Panorama Social da América Latina 2000*. Santiago de Chile, 2000.

[36] Bernardo Kliksberg, *Op. cit.* p. 09.

[37] *Gazeta do Iguaçu*. Foz do Iguaçu, 06/03/1993. P. 06.

Percebidos pelas camadas dominantes locais e pelo poder público como "marginais", "delinqüentes", "perigosos", entre outros adjetivos depreciativos, apareciam constantemente nas páginas dos jornais, que os radiografava em seu cotidiano de busca por algo que pudesse render alguns trocados, mesmo que através de atividades ilegais.[38]

O promotor da Infância e da Adolescência, Otacílio Sacerdote Filho dizia em 1993 que "a marginalidade nas ruas de Foz envolvendo menores delinqüentes é um problema meramente social".[39] Ainda, segundo o mesmo promotor, existia uma íntima ligação entre pobreza e marginalidade, idéia recorrente entre as camadas dominantes das sociedades ao longo da história.[40] O jornal Gazeta do Iguaçu constatava:

> De acordo com o promotor Otacílio, a maioria destes meninos vive em favelas. Não encontrando em casa um ambiente saudável, eles acabam nas ruas. Os pais estão despreocupados e até incentivam o filho à marginalidade pensando em obter dinheiro fácil.[41]

E o promotor afirmava sua convicção apontando dados sobre a criminalidade da cidade:

> Foz do Iguaçu tem registrado índices elevados e furtos, arrombamento a veículos e roubos praticados por menores que perambulam pelas ruas – os chamados 'ratos urbanos'. A média tem sido de 4 a 6 ocorrências por dia, principalmente na região central da cidade.[42]

A condição de pobreza da população, sem trabalhos formais ou informais, que levava muitos trabalhadores pobres a viverem sem expectativas de futuro, muitos mergulhados na depressão e no alcoolismo, não era vista pelas autoridades como um problema social, e ameaçava com prisão os pais que tinham seus filhos trabalhando nas ruas da cidade:

---

[38] Maria Lívia do Nascimento (org.). *Pivetes*: a produção de infâncias desiguais: Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2002.

[39] *Gazeta do Iguaçu*. Foz do Iguaçu, 07/03/1993. P. 05.

[40] Estela Scheinvar. Idade e proteção: fundamentos legais para a criminalização da criança, do adolescente e da família (pobres). In: Nascimento, Maria Lívia do (org.). *Pivetes*: a produção de infâncias desiguais: Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2002.

[41] *Gazeta do Iguaçu*. Foz do Iguaçu, 07/03/1993. P. 05.

[42] *Idem, ibidem*.

> A Promotoria da Infância e da Adolescência tem informações sobre pais irresponsáveis que ficam bebendo em botecos e mandam os filhos às ruas conseguir dinheiro para manter o vício.[43]

Apesar das transformações por que passou a cidade ao longo da década de 1990, ao adentrar no século XXI a região da "tríplice fronteira", e Foz do Iguaçu em particular, ainda não tinha conseguido resolver o "espetáculo" proporcionado pelas crianças pobres que ocupavam as ruas em busca de trabalhos que pudessem contribuir para o aumento dos ganhos de sua família e que continuavam a ser exploradas:

> Somente em Foz do Iguaçu, desde fevereiro deste ano, 124 crianças e adolescentes de cinco a 17 anos foram encontrados em condições humilhantes nas principais ruas da cidade. Das meninas que eram exploradas sexualmente, 20% buscavam dinheiro para a compra de drogas. Exploração, abuso sexual e prostituição, por vontade própria ou da família são casos relatados por elas.[44]

As mesmas cenas que causavam espanto, não apenas na população local, mas aos visitantes que circulavam pela cidade, de crianças vendendo ou transportando os mais variados tipos de produtos, ou se dedicando à todo tipo de afazeres que pudessem render uns trocados, se repetiam no alvorecer do novo século provocados pelas políticas excludentes dos governos que abrigavam a "tríplice fronteira":

> Fatores como desemprego na família, a miséria e a falta de perspectiva de vida levam duas cenas a se tornarem bastante comuns na região de fronteira entre Brasil e Paraguai. Meninos e meninas são vistos constantemente carregando mercadorias contrabandeadas de Ciudad Del Este ou parados em esquinas das principais ruas de Foz do Iguaçu, inseridos no mercado do sexo.[45]

O preconceito e o medo provocado nas camadas dominantes e nos turistas pela população pobre nas ruas, o que incluía as crianças das famílias pobres que se espalhavam pela cidade e pela região da Ponte da Amizade em busca de algum ganho, não permitia ver para a maioria delas aquela situação era a única possível para conseguir sobreviver em um meio cada vez mais excludente e violento. A imprensa, mesmo ligada aos setores dominantes da cidade, não tinha como esconder as tragédias que se abatiam no dia-a-dia de pessoas que dependiam das ruas para o seu ganha-pão:

[43] *Idem*, *ibidem*.

[44] *Idem*. 08/08/2002. P. 11.

[45] *Idem*, *ibidem*.

> Entre o movimento de carros e pessoas, J.M.C., 12 anos, carregava uma bolsa com cerca de 80 latinhas. Sua rotina havia começado às 7 horas da manhã. (...) Apesar dos 12 anos, a estrutura do menino aparentava 9 anos. Seus bracinhos lutavam contra o peso da bolsa. Sua única refeição foi uma caneca de café e um pedaço de pão.[46]

Como centenas de outras crianças, J.M.C., não era uma delinqüente como queriam as autoridades, e falava dos motivos que o levavam àquela rotina diária era que "tenho sete irmãos, [e] meu pai é mecânico e minha mãe foi operada de câncer, então preciso ajudar em casa."[47]

Muito embora uma parcela dessas pessoas, que dependiam das áreas de maior movimento para seus ganhos, acabasse dormindo sob as marquises dos edifícios, ou em qualquer lugar abrigado do centro da cidade, elas tinham que voltar ás suas moradias de vez em quando. E essa era outra questão importante a ser considerada no universo da pobreza que ainda persistia na "tríplice fronteira". Onde viviam as pessoas mais pauperizadas daquela sociedade? Segundo a imprensa "parte dela está em Foz, ocupa áreas invadidas, favelas e a periferia da cidade".[48]

Já em 1992 o problema da moradia em Foz atormentava não apenas aqueles que estavam em busca de um espaço para morar, mas também as autoridades municipais que, com planos habitacionais paliativos, sempre estavam em conflito com a população mais pobre da cidade, como atestava a imprensa local:

> As sub-babitações são o maior problema social de Foz do Iguaçu. Quase 13 mil pessoas moram em condições impróprias, ocupando áreas públicas, fundos de vale e terrenos particulares. Com a supervalorização dos aluguéis e a carência de projetos do Estado e da União na área de habitação popular, as famílias são obrigadas a morar em barracos.[49]

Foz do Iguaçu, segundo um documento da Prefeitura Municipal de 1993 calculava "que o déficit habitacional esteja entre 5 e 8 mil unidades", sendo que as "favelas, em pouco menos de dez anos, avançaram rapidamente, saltando de dez para 42 bolsões de extrema pobreza".[50]

---

46 *Idem*. 25/04/2001. P. 25.

47 *Idem*, *ibidem*.

48 Revista Cabeza. *Op. cit.*.

49 *Gazeta do Iguaçu*. Foz do Iguaçu, 01 de abril de 1992. p. 19.

50 *Radiografia do Município de Foz do Iguaçu*. Foz do Iguaçu, 1993. p.16.

Sem que ao longo da década o poder público enfrentasse efetivamente o problema de moradia da população mais pauperizada, a situação só foi se aprofundando, resultando no agravamento do quadro social da cidade dez anos depois, quando a política neoliberal do governo se abateu sobre os moradores de Foz do Iguaçu:

> Nas contas pequenas são 58 favelas, nas maiores aponta mais de 180 bolsões de pobreza. É a barbárie que gera desemprego, fome, miséria, violência e criminalidade. Foz tem em média um homicídio por dia. São 365 pessoas que morrem de causa violenta por ano.[51]

Persistia o conflito entre os projetos da prefeitura municipal que pretendia construir moradias populares na periferia para atender minimamente a demanda dos segmentos mais pobres, e os locais escolhidos para tal fim, geralmente muito distante do centro da cidade ou da Ponte da Amizade, onde se concentrava as atividades econômicas, ou onde se podia conseguir trabalho que rendesse algum ganho. Assim, muitos moradores, desempregados, não conseguindo pagar as mensalidades da casa que haviam adquirido, premidos pela necessidade de trabalho para sobreviver, vendiam sua moradia e retornavam às áreas centrais da cidade, como atestava matéria na imprensa em 2001:

> Os primeiros dados coletados pela Polícia Civil revelam que muitas pessoas que haviam sido retiradas das favelas Monsenhor Guilherme e Marinha – durante o desfavelamento realizado pela Prefeitura Municipal nos últimos dois anos – estão retornando para área central, principalmente à favela em torno do Cemitério São João Batista.[52]

Tal situação era ainda mais grave se levarmos em consideração que, segundo dados do IBGE publicados na imprensa, "Foz do Iguaçu possui 53 favelas em todo seu território", sendo que "as áreas estão ocupadas por 5,6 mil famílias"[53] vivendo em condições precárias, não tendo assistência médica, o que vinha aumentar a mortalidade infantil e materna; e, no mesmo sentido, não possuindo saneamento básico, que poderia servir de elemento preventivo, transformava as áreas periféricas e os "bolsões de miséria" em propagadoras de epidemias aumentando o índice de mortes em todas as faixas de idade.

Desemprego, trabalhos informais, menores de rua espalhados por todos os cantos daquela cidade turística em busca de pequenos ganhos, falta de mo-

[51] Revista Cabeza. *Op. cit.*.

[52] *Gazeta do Iguaçu*. Foz do Iguaçu, 04/04/2001. P. 31.

[53] *Gazeta do Iguaçu*. Foz do Iguaçu, 01/04/2001. P. 29.

radia e favelamento sem saneamento básico com as decorrentes doenças por ele provocadas, altos índices de criminalidade, formavam, nos primeiros anos do século XXI, um quadro social cada vez mais desigual em Foz do Iguaçu, e que servia de referência e espelho para as outras cidades da "tríplice fronteira", da mesma maneira atoladas em problemas provocados pelas políticas dos governos que abraçaram o neoliberalismo.

Bibliografia

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX*: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CATTA, Luiz Eduardo. *O cotidiano de uma fronteira*: a perversidade da modernidade. Cascavel/PR: Edunioeste, 2003.

_____. *A face da desordem:* pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira (Foz do Iguaçu, 1964-1992). São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses a Paris pendant la première moitè du XIX siècle*. Paris: Librairie Générale Française, 1978.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza*: impactos das reformas do FMI e do Banco mundial. São Paulo: Editora Moderna, 1999.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Panorama Social da América Latina 2000*. Santiago de Chile, 2000.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísitca e Estudos Sócio-Econômicos. 10 Anos de Política Salarial. *Estudos Sócio-Econômicos*. São Paulo, v. 1, nº 3, ago. 1975.

_____. *O Salário M*ínimo. São Paulo, nº 4, abril de 1992.

D'INCAO, Maria Angela (org.). *O Brasil não é mais aquele...* mudanças sociais após a redemocratização. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas:* banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

HOBSBAWN, Eric J. *Era dos extremos*: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez Editora; Brasilia, DF: Unesco, 2003.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. Campinas,SP: Editora da Unicamp, 2008.

MENDONÇA, Eduardo Luiz de. *A pobreza no Brasil*: medidas e sentidos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. Dissertação de Mestrado (Mestrado m Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

NASCIMENTO, Maria Lívia do. (org.). *Pivetes*: a produção de infâncias desiguais: Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2002.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas*: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

_____. A invenção do urbano: a construção da ordem na cidade. In: Piquet, Rosélia e Ribeiro, Ana Clara Torres (orgs.). *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.

PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, n. 8/9, v. 5, set. 1984/abr. 1985.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.

PINTO, Maria Inês Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência*: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914). São Paulo: Edusp-Fapesp, 1994.

PROGRAMA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Informe sobre Desenvolvimento Humano*. Nova York, 1999.

_____ *Informe sobre Desenvolvimento Humano*. Nova York, 2000.

RAMALHO, Jether pereira & Arrochellas, Maria Helena (org.). *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo/Recife: Editora Hucitec, UFPE-CNPU, 1978.

VALENTINE, Charles. *La cultura de la pobreza*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1970.

VALLADARES, Lucia & COELHO, Magda Prates (org.). *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.